

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
UNIDADE ACADÊMICA CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

VANDREÇA VIGARANI DORREGÃO

**A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA ATIVIDADE
LEITEIRA: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Giovana Ilka Jacinto Salvaro.

Coorientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam.

**CRICIÚMA/SC
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

D716p Dorregão, Vandreça Vigarani.

A participação de mulheres na atividade leiteira : um estudo do município de Orleans/SC / Vandreça Vigarani Dorregão. - 2018.

150 p. : il.; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2018.

Orientação: Giovana Ilka Jacinto Salvaro.

Coorientação: Dimas de Oliveira Estevam.

1. Mulheres na agricultura. 2. Agricultura familiar. 3. Divisão do trabalho por sexo. 4. Mulheres no desenvolvimento rural. 5. Leite - Produção. I. Título.

CDD 23. ed. 331.4830

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla – CRB 14/1101

Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

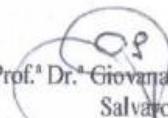
VANDREÇA VIGARANI DORREGÃO

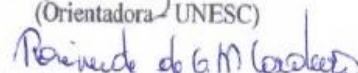
**A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA ATIVIDADE
LEITEIRA: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 28 de Março de 2018.

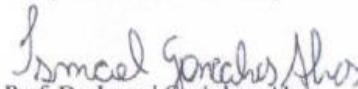
BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Giovana Ilka Jacinto
Salvato
(Orientadora - UNESC)

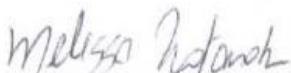

Prof.ª Dr.ª Rosineide de Lourdes
Meira Cordeiro
(Membro - UFPE)

Prof. Dr. Rafael Rodrigo Mueller
(Membro - UNESC)


Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
(Coorientador - UNESC)


Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves
(Membro - UNESC)


Vandrea Vigarani Dorregão
Mestranda


Prof.ª Dr.ª Melissa Watanabe
Coordenadora do PPGDS - UNESC

À minha mãe, agricultora familiar,
Zuleide Vigarani Dorregão,
protagonista da sua e da minha
história.

AGRADECIMENTOS

Neste momento, em que finalizo mais essa importante jornada de minha formação, gostaria de estender meus agradecimentos àquelas (eles) que fizeram parte, direta e indiretamente de todo o percurso.

À Universidade do Extremo Sul Catarinense, por meio do Programa de Desenvolvimento Socioeconômico – PPDGS, e todas(os) Doutoradas(es) e Mestras(es) com os quais tive a honra de conviver e aprender.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela oportunidade de cursar o Mestrado com Bolsa-Taxa integral. Desejo que esta importante política pública, através do seu órgão de representação, vença as dificuldades impostas para seu fortalecimento e continuidade.

Ao Centro Universitário Barriga Verde – Unibave, minha Instituição de origem, onde obtive minha graduação (2010), e onde atuo profissionalmente desde 2008, pelas oportunidades de crescimento profissional e principalmente pela oportunidade a mim concedida de cursar o mestrado, sem nenhuma restrição.

Às mulheres agricultoras, participantes desta pesquisa. Obrigada por compartilharem comigo suas histórias de vida.

Ao extensionista da Epagri, Marcelo Pedroso, pelo pronto atendimento em todos os momentos em que precisei.

À Epagri de Orleans, pela disponibilidade em me receber e contribuir com o desenvolvimento desse trabalho.

À minha orientadora, Professora Doutora Giovana Ilka Jacinto Salvaro. Pelos idos de 2006 tive a honra e oportunidade de conhecê-la no curso de Psicologia no Unibave. E a partir de então não deixei mais de ser sua aluna. Acompanhou-me durante a formação e principalmente quando da conclusão de curso, ao me oportunizar estudar categorias ligadas a minha origem: juventude e agricultura familiar. Ao chegar no Mestrado, me deparo novamente com a oportunidade de tê-la ao meu lado, como minha orientadora. Agora, possibilitando novos horizontes de estudo, mas ainda ligados a minha origem, a agricultura familiar. Ela me ensinou o verdadeiro sentido e paixão de ensinar e de ser professora. A ela atribuo muito do que sou e estendo, hoje, meus sinceros agradecimentos por tudo que representa em minha formação. Espero que possamos trilhar ainda muitos caminhos, juntas. Você é especial.

Ao meu Coorientador, Professor Doutor, Dimas de Oliveira Estevam. Um ser humano admirável, defensor da agricultura familiar, do cooperativismo, e que muito contribuiu para minha formação.

Às Professoras Giani Rabelo, Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, aos Professores Ismael Gonçalves Alves e Rafael Rodrigo Muller (suplente), participantes da banca de qualificação e defesa, pelo aceite e contribuições na construção do trabalho.

Às minhas companheiras de Mestrado, as quais tive a honra de conviver. Às “Qualheiras”: Andreza Cruz; Camila Bueno; Carolina Biz; Maristela Quartiero De Faveri; Nicole Victor Gomes e Simone Nunes. À vocês minha eterna amizade e obrigada por compartilharem tantos momentos.

Às minhas amigas, Fábيا Alberton Galvani e Fernanda Zanette Oliveira pelas palavras sinceras, pelos momentos de descontração, pelo apoio em tantas ocasiões, e por acreditarem em mim, principalmente nos momentos de desalento.

Ao meu amor, companheiro de vida, Enilson Fontanella Goulart. Paciência, superação e amor foram sentimentos que predominaram nesses dois anos. Vencemos juntos, mais uma batalha!

Ao meu pai, Santos Dorregão, agricultor familiar, pela história de luta e superação. À minha mãe, agricultora familiar, por tudo que representa para mim e para minha família: sinônimo de fortaleza, paz e amor. Ao meu irmão, Valter Vigarani Dorregão, agricultor familiar, por todo apoio a mim concedido. À minha irmã, que também foi agricultora familiar, mas que saiu em busca de outros caminhos, por todo apoio a mim concedido.

Enfim, meus agradecimentos à minha família, por todas as concessões e restrições, que “me colocaram” neste lugar.

“Mulher, semente de vida.”

Terezinha Baldo Volpato e Juliana
Köenig Duarte (2017).

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a participação de mulheres na atividade leiteira no município de Orleans/SC. A pesquisa desenvolvida é de caráter interdisciplinar pela articulação de conhecimentos produzidos por diversas áreas para alcance do objetivo proposto com o estudo. A abordagem da pesquisa é de natureza qualitativa, a partir do que propõe Fernando González Rey (2005). De acordo com o autor, a pesquisa qualitativa não corresponde a uma definição instrumental, é epistemológica e teórica, e se apoia em processos diferentes de construção de conhecimento, voltados para o estudo de um objeto distinto da pesquisa quantitativa tradicional. Para o alcance do objetivo proposto, foram realizadas pesquisas documentais em órgãos e setores como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, Secretaria do Estado de Agricultura de Santa Catarina, dentre outros, e entrevistas com dez mulheres agricultoras familiares que trabalham com atividade leiteira no município de Orleans. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas mediante autorização das mulheres. Para análise da pesquisa, partiu-se da construção de indicadores, elaborados pela pesquisadora, a partir da transcrição das gravações e da intensa leitura das entrevistas. De acordo com González Rey (2005), os indicadores são aqueles elementos que adquirem significado a partir da interpretação do pesquisador e que não estão explicitamente ou diretamente expostos. A partir da definição dos indicadores, foi possível elaborar as categorias que organizaram a estrutura da análise do trabalho. Essas categorias possibilitaram nomear e conceituar questões e processos que aparecem em seu curso (GONZÁLEZ REY, 2005). Com esta pesquisa, verificou-se a representatividade da atividade leiteira para a reprodução e fortalecimento da agricultura familiar no município pesquisado. Além disso, no que se refere à participação das mulheres na atividade leiteira, em grande medida, o estudo evidenciou que elas participam ativamente do processo produtivo em tarefas relacionadas ao cuidado dos animais, higienização e ordenha. As atividades relacionadas ao gerenciamento, orientação e comercialização da produção são atribuídas ao homem. As mulheres são protagonistas do processo, no entanto, não se reconhecem enquanto tal. Este trabalho contribuiu com estudos e suscitou reflexões importantes acerca da divisão sexual do trabalho em contextos rurais e da agricultura familiar. O processo estudado evidencia a importância de promoção de políticas públicas que viabilizem condições igualitárias

mulheres e homens, rompendo com as situações que configuram desigualdades de gênero enquanto condições historicamente naturalizadas.

Palavras-chave: Gênero. Divisão sexual do trabalho. Mulheres agricultoras. Agricultura familiar. Atividade leiteira.

ABSTRACT

The present research has as its general objective to analyze the participation of women in the activity of dairy farming in the city of Orleans, in the state of Santa Catarina. The developed research has an interdisciplinary nature as the knowledge produced has been articulated through different areas to reach the objective proposed in the study. The research approach is of a qualitative nature, as proposed by Fernando González Rey (2005). According to the author, the qualitative research does not correspond to an instrumental definition, it is thus, theoretical and epistemological, and therefore it is based on different processes of knowledge construction, toward a study of a distinct object of the traditional quantitative research. In order to reach the proposed objective, there were carried out documental research in organizations and departments, such as the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, Secretaria do Estado de Agricultura de Santa Catarina, among others, and interviews with ten women who work in the family farming that work in the activity of dairy farming in the city of Orleans. The interviews were recorded in audio and transcribed after being authorized by the women. For the research analyses, indicators were constructed by the researcher based on the author's transcriptions of the audio recording and intense reading of the interviews. According to González Rey (2005), the indicators are those elements that acquire significance from the work of interpretation of the researcher and they are not explicitly or directly exposed. Once the indicators had been defined, it was possible to elaborate the categories that organized the analysis structure of the work. These categories made it possible to nominate and conceptualize issues and processes that appeared in its course (GONZÁLEZ REY, 2005). With this research, it has been verified the representativeness of the dairy farming activity for the reproduction and strength of family agricultural activity in the city researched. Furthermore, regarding women activity in the dairy farming, largely present, the study showed that they participate actively in the productive process in the tasks related to caring for the animals, sanitation and milking. The tasks related to management, orientation and commercialization of the production are attributed to men. Women are protagonists of this process; however, they do not recognize themselves as such. This work contributed to the studies and raised important reflections regarding sexual division in the work in the rural and agricultural farming context. The process studied shows evidence

regarding the importance of promoting public policies that promotes equal conditions for women and men, thus breaking through with the situations that configure the inequality of gender as naturalized historical conditions.

Keywords: Gender. Sexual Division in the workplace. Agricultural women. Family Farming. Dairy activity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica de Santa Catarina e Orleans - Brasil	72
Figura 2 – Mapa do município de Orleans/SC.	83

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Apresentação geral das mulheres entrevistadas	84
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Total – Município de Orleans (1970-2010)	73
Tabela 2 - População Urbana e Rural – Município de Orleans (1970-2010)	73
Tabela 3 - População Urbana x Rural; Homens x Mulheres – Município de Orleans (1970-2010).....	74
Tabela 4 – Trabalhadores por sexo e grandes setores da economia (2015).....	75
Tabela 5 - Produção Agrícola Municipal (2013-2015)	76
Tabela 6 - Produção de Leite (mil litros) no Brasil e nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (2010-2016)	77
Tabela 7 - Produção de Leite (mil litros) nas Mesorregiões de Santa Catarina (2010-2016)	78
Tabela 8 - Produção de Leite (mil litros) AMREC (2010-2016) (municípios selecionados).....	79
Tabela 9 - Produção de Leite (mil litros) AMREC e AMUREL (2010-2016) (municípios selecionados).....	80
Tabela 10 – Estabelecimentos Agropecuários com cultivo de fumo na Região AMREC (municípios selecionados).....	93
Tabela 11 – Números total de vacas e produção de leite por unidade familiar	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Representatividade da renda da produção leiteira na unidade familiar	119
Gráfico 2 – Número total de vacas ordenhadas nas Mesorregiões do Oeste e Sul Catarinenses (1990-2016)	121
Gráfico 3 – Número total de vacas ordenhadas nas regiões da AMREC ..	122
Gráfico 4 - Número total de vacas ordenhadas no município de Orleans/SC (1990-2016).....	122
Gráfico 5 - Formas de comercialização do leite pela unidade familiar	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera.
AMUREL	Associação dos Municípios da Região de Laguna.
BAT	British American Tabacco.
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.
DQMRQ	Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira.
PPIGRE	Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia.
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais.
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	33
2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E RURAL: AGRICULTURA FAMILIAR E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ATIVIDADE LEITEIRA	45
2.1 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E RURAL: A AGRICULTURA FAMILIAR EM PERSPECTIVA.....	45
2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM CONTEXTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ATIVIDADE LEITEIRA	54
3 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, AGRICULTURA FAMILIAR E ATIVIDADE LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE ORLEANS	71
3.1 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ORLEANS	71
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR E ATIVIDADE LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE ORLEANS	77
4 A ATIVIDADE LEITEIRA COMO POSSIBILIDADE DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ORLEANS/SC E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES	82
4.1 APRESENTAÇÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS	82
4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO.....	85
4.3 CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO	86
4.4 A “ESCOLHA” PELA ATIVIDADE LEITEIRA COMERCIAL: CONTINUIDADES, RUPTURAS E O PROTAGONISMO FEMININO	94
4.5 O COTIDIANO DA ATIVIDADE LEITEIRA: NOVOS PROCESSOS E DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES	98
4.6 O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO LEITEIRA: AVANÇOS E DIFICULDADES NA PERSPECTIVA DAS MULHERES	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICE(S)	146
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO DO COMITÊ DE ÉTICA	147
APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	149

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a participação de mulheres, no contexto da agricultura familiar, na atividade leiteira, no município de Orleans/SC. Para situar o foco desse tema, traz-se à tona uma discussão ainda muito recente com relação à condição da mulher na sociedade, especialmente no campo do trabalho. Os “avanços” da humanidade, em diversas áreas, implicaram em mudanças pouco significativas com relação à condição das mulheres, o que permanece e se perpetua, são as diferenças marcadas fortemente, entre homens e mulheres, ou seja, a supremacia do masculino sobre o feminino. Alves (2016) ressalta a relevância das transformações pelas quais o mundo tem passado, nas áreas econômicas, sociais, ambientais e culturais, mas destaca a importância da redução das desigualdades de gênero para o progresso civilizatório, na história da humanidade.

No que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho, Hobsbawm (1995), ao apresentar o contexto dos anos dourados, que foi de evolução econômica, crescimento extraordinário que manteve as classes industriais e até aumentou seu número de empregados, afirma que “as mulheres casadas, até então mantidas fora do mercado de trabalho, entraram nele em número crescente.” (HOBSBAWM, 1995, p. 262). Os períodos das Guerras também produziram uma pequena transformação no lugar ocupado pelas mulheres, uma vez que substituíram os homens nos seus locais de trabalho, enquanto lutavam na Guerra. No entanto, esses acontecimentos marcados em determinado período histórico não foram suficientes para uma equidade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

De acordo com Pedro (2005), a história da humanidade é uma narrativa masculina, onde somente os homens fizeram história, as mulheres não aparecem como sujeitos ativos nesse processo. E ainda para a autora, as mudanças promovidas pela guerra foram provisórias, uma vez que após o período de guerra homens e mulheres voltaram aos seus “devidos lugares”, marcando então a volta das mulheres para casa.

Para Paulilo (2004), a exclusão das mulheres de várias formas de direito vem de tempos, inclusive, no campo político, o próprio acesso ao voto aconteceu um século após a Revolução Francesa. E na agricultura familiar, objeto de estudo da presente pesquisa, evidencia-se essa exclusão quanto ao direito de acesso à terra, por exemplo, pois a possibilidade de uma mulher ter acesso à terra é muito menor do que a de um homem (PAULILO, 2004). Segundo a autora, esse processo de exclusão é de longa data e se reflete também na falta de políticas

públicas voltadas para a agricultura familiar. Para a autora, a tradicional exclusão feminina do acesso à terra faz com que elas também sejam ignoradas pelas políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, mesmo que as leis brasileiras condenem a discriminação por sexo.

A agricultura familiar, de acordo com Wanderley (2001, p.22), não é uma nova categoria analítica da sociedade rural, mas na atualidade, no Brasil, “assume ares de novidade e renovação.” Segundo a autora, trata-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferenciando-se do camponês tradicional. No entanto, “[...] a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais.” (WANDERLEY, 2001, p.23).

Para Wanderley (2009, p. 156), a agricultura familiar define-se como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Para a autora esse caráter familiar não é apenas um detalhe, mas o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como age econômica e socialmente.

A agricultura familiar representa o setor numericamente majoritário do agro brasileiro. De acordo com dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2006)¹ o Brasil possuía, em 2006, 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, sendo que destes, 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares. Diante desses dados, a agricultura familiar representa 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários do país, ocupando uma área pouco maior de 80,25 milhões de hectares, o que representa 24,3% da área total (IBGE, 2006).

De acordo com Schneider (2014), o surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil são recentes e se devem a três fatores igualmente importantes:

O primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990; e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas, que

¹ O último Censo Agropecuário foi realizado em 2006.

passaram a reconhecer este setor e dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). (SCHNEIDER, 2014, p.25).

Mior (2005) destaca que a partir dos anos de 1990 vários trabalhos acadêmicos enfatizam a importância do fortalecimento da agricultura familiar para o desenvolvimento do rural como um todo. O autor refere-se ao documento “Diretrizes de política agrária e de desenvolvimento sustentável” da FAO/INCRA² de 1994, o qual apresentava como diretrizes para o desenvolvimento rural, a ampliação e o fortalecimento da agricultura familiar através do processo de reforma agrária, da criação de um ambiente institucional favorável à consolidação deste tipo de agricultura, com linhas de crédito rural para custeio e investimento, pesquisa agropecuária, assistência técnica, extensão rural e infraestrutura.

No entanto, o acesso das mulheres a esse tipo de política pública é restrito. Paulilo (2004) traz um dado importante, da assessora especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a área de ações afirmativas. De acordo com Andréa Butto, a pesquisa realizada, entre 1996 e 2002, confirma que, apenas, 7% de mulheres foram beneficiárias do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF³). O que comprova os aspectos que demarcam as desigualdades de acesso a políticas públicas, entre homens e mulheres na agricultura familiar.

Aliada a essa questão, na agricultura familiar, Grandi (2003) ressalta que a divisão do trabalho, na maioria das unidades de produção, é feita sob a orientação do chefe da família. Conforme a autora, o pai é que exerce a função de administrador da propriedade, dando à organização familiar seu caráter extremamente patriarcal, pois nem os filhos e nem a esposa tem autoridade para contestar as ordens do chefe da família, o que culmina no processo de divisão sexual do trabalho condicionado a questões culturais que determinam a posição de cada indivíduo na propriedade e na família.

Diante desse cenário, traz-se a discussão para o campo da agricultura familiar no que tange as relações de trabalho e

² FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

³ PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O PRONAF é uma política de crédito para custeio e investimento, que a cada ano é lançada no âmbito do Plano Safra da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2014).

consequentemente a divisão sexual do trabalho, especialmente, na atividade leiteira. Na agricultura familiar, a organização do trabalho decorre da constituição familiar, onde geralmente os homens assumem a atividade produtiva principal e as mulheres assumem os afazeres domésticos. As regras de herança, mercado de terras, dentre outras políticas que envolvem a categoria familiar, não são neutros no que se refere ao gênero (SILIPRANDI, 2004).

Esse processo decorre de determinada construção social e “naturalização” acerca da condição diferenciada de mulheres e de homens na sociedade, inclusive quanto à divisão sexual do trabalho. Essas diferenças que são constatadas nos comportamentos de homens e mulheres não são dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim definidos pelo “gênero” e, portanto, ligados à cultura (PEDRO, 2005). O uso da categoria gênero, de acordo com Pedro (2005, p. 78), “tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito.”

Scott (1995), ao conceituar a categoria gênero, diz que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, a partir das diferenças que são percebidas entre os sexos e também que o gênero é uma forma primária de dar significado a relações de poder que se estabelecem. Para explicar essa definição, Scott (1995) traz quatro elementos que nos ajudam a compreender esse conceito. O primeiro deles se refere aos símbolos culturais que estão disponíveis e que evocam representações simbólicas e contraditórias, como por exemplo, Eva e Maria, que são símbolos de mulheres na tradição cristã ocidental, mas também mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção (SCOTT, 1995). Ainda de acordo com a autora, têm-se os conceitos normativos, os quais expressam interpretações dos significados dos símbolos e que são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, e que afirmam de maneira categórica e inequívoca, o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino, a partir de uma posição dominante declarada como única possível.

Além disso, Scott evidencia que o gênero é construído por organizações e instituições. Entre outros exemplos que demonstram a construção do gênero na economia e na organização política, a autora exemplifica com o caso dos grupos religiosos fundamentalistas atuais que querem ligar suas práticas à restauração do papel “tradicional” das mulheres, supostamente mais autêntico. E, por último, tem-se a identidade subjetiva, a qual possibilita entender como se constituem as identidades de gênero. Para autora, é preciso examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são construídas e relacionar seus

achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas (SCOTT, 1995).

Diante dessa conceituação, é possível compreender que a forma como acontece a divisão sexual do trabalho acaba sendo determinada por esses aspectos, demarcando um lugar, uma condição, tanto para os homens quanto para as mulheres. Para Scott (1995, p. 88), o “[...] propósito foi clarificar e especificar como se deve pensar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais, porque essa reflexão nem sempre tem sido feita de maneira sistemática e precisa”, ou seja, não relevando os aspectos sociais que a configuram e constituem, produzindo desigualdades e discriminação em relação à condição da mulher no trabalho. Para a autora, “[...] o lugar da mulher na vida social humana não é, de qualquer forma direta, um produto das coisas que ela faz, mas do significado que suas atividades adquirem através da interação social concreta.” (SCOTT, 1995, p. 86).

Para exemplificar a afirmação de Scott, faz-se referência ao estudo de Magalhães (2009), por evidenciar que o espaço da agricultura familiar é marcado fortemente por uma divisão sexual do trabalho. O autor cita a atividade leiteira como uma atividade que sempre foi desenvolvida pelas mulheres da família, mas devido a mudanças de uma atividade de subsistência para uma atividade de mercado, mudanças significativas podem ser verificadas, uma vez que as atividades comerciais são desempenhadas pelo homem e, quando questionados a respeito dessa divisão, os agricultores respondem afirmando a naturalidade do processo, pois sempre foi assim. O autor afirma que essa naturalização dos fenômenos sociais a partir do determinismo biológico é muito comum para explicar as diferenças de comportamento entre homens e mulheres, mas a divisão do trabalho é uma construção cultural, que advém de fenômenos históricos que a constituíram no decorrer da humanidade.

No caso do município de Orleans, as atividades agropecuárias representam uma parcela importante na composição do Produto Interno Bruto - PIB do município, sendo a terceira atividade mais representativa, antecedida pela indústria e pelos serviços (IBGE, 2015). Com relação à atividade leiteira, em 2009, foram produzidos 6.870(mil litros); em 2010, 7.928(mil litros); em 2011, 9.125(mil litros); em 2012, 9.185(mil litros) e no ano de 2013, 10.950(mil litros) (IBGE, 2015).

De acordo com dados do IBGE (2015), dentre os 12 municípios da Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC⁴, Orleans está em primeiro lugar na atividade leiteira, com uma produção de 14.653 (mil litros) no ano de 2015. Entre os demais municípios associados da AMREC, destaca-se Lauro Muller, com uma produção de 6.575 (mil litros), Urussanga com 5.694 (mil litros), Nova Veneza com 4.929 (mil litros), Içara com 4.672 (mil litros) e Forquilha com 4.383 (mil litros).

Considera-se que o aumento dessa modalidade de produção poderá contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconômico do município, além de possibilitar novas formas de valorização de atividades e de produtos para as famílias que permanecem na agricultura.

Siliprandi (2004) destaca que as mudanças no contexto da agricultura familiar são inúmeras e constantes, sendo que as mulheres inseridas neste contexto podem estar por vezes ocupando novos espaços, direcionando, inspirando inclusive a busca por alternativas diferenciadas que sejam capazes de dar melhores condições às suas propriedades e principalmente à sua família.

A escolha pela temática, perpassa também pela história de vida da pesquisadora, que é filha de agricultores, nasceu e cresceu nesse contexto que é permeado pelas incertezas, instabilidades e pelas riquezas que esse modo de vida oferece. Uma trajetória de vida que oferece subsídios para pesquisar os modos de produção, os modos de vida daqueles que estarão envolvidos na pesquisa.

Posto a contextualização acerca do tema e diante de novas alternativas de produção na agricultura familiar, surgiu a seguinte pergunta de pesquisa: Como ocorre a participação de mulheres na atividade leiteira no município de Orleans/SC? Diante desse tema, pretendeu-se, enquanto objetivo geral, analisar a participação de mulheres na atividade leiteira no município de Orleans/SC.

Para atendimento desse objetivo geral, foram propostos os seguintes objetivos específicos: descrever a representatividade da produção da atividade leiteira no cenário das atividades agropecuárias do município; verificar as transformações da produção na propriedade

⁴ Atualmente, a AMREC é formada por 12 municípios associados, a saber: Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga. Disponível em: <<http://www.amrec.com.br/index/municipios-associados/codMapaItem/42512>>. Acesso em: 26 nov.2016.

dos agricultores familiares; identificar a representatividade da produção leiteira para a propriedade dos agricultores familiares; verificar como a atividade leiteira é realizada na propriedade e quais são as tecnologias utilizadas na produção; analisar as mudanças tecnológicas e seus efeitos na divisão sexual de trabalho na atividade leiteira; identificar os critérios de divisão de tarefas na propriedade de acordo com a configuração familiar e divisão sexual do trabalho; a partir do campo de estudo de gênero, descrever e analisar as atividades realizadas pelas mulheres na atividade leiteira.

Para conhecimento, contextualização e justificativa acerca da problemática de pesquisa no mês de maio do ano de 2016 foi realizada uma revisão bibliográfica na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, com o objetivo de localizar os estudos realizados quanto à temática pretendida. Nesta base de dados, é possível fazer a busca por palavras-chave, identificando o trabalho pelo autor, ano e instituição.

Para a pesquisa pretendida, optou-se pelas seguintes palavras-chave: “agricultura familiar e gênero”; “agricultura familiar e atividade leiteira”; “mulheres e atividade leiteira”. Os estudos localizados compreendem os anos de 1998 a 2014.

As palavras-chave “agricultura familiar e gênero” remeteram ao total de 104 estudos. A partir de uma leitura sistemática dos resumos, foi possível selecionar 11 estudos, (GRANDI, 1999), (MELO, 2003), (OLIVEIRA, 2008), (FERNANDES, 2008), (SILVA, 2009), (COSTA, 2009), (PISONI, 2009), (OSORIO, 2009), (ALVES NETA, 2013), (MOMO, 2013) e (MESQUITA, 2013), os quais apresentaram como temática central, a análise das relações de gênero estabelecidas no contexto da agricultura familiar, desigualdades socialmente construídas entre homens e mulheres agricultores(as) familiares, divisão sexual do trabalho, além de discussões acerca de políticas públicas, como o Pronaf Mulher, que se configura como uma importante possibilidade para as mulheres agricultoras, entre outros estudos.

Com relação às palavras-chave, “agricultura familiar e atividade leiteira”, localizou-se 45 estudos, dos quais, a partir de uma leitura sistemática dos resumos, foram selecionados, sete trabalhos, (MELLO, 1998), (MARASCHIN, 2004), (SANTIAGO, 2010), (MORAES, 2010), (RODRIGUES, 2011), (SCHMITZ, 2014) e (LUZ, 2014). As temáticas apresentadas pelos estudos envolveram discussões acerca da evolução da atividade leiteira, as transformações dessa atividade produtiva, a participação da mulher na atividade leiteira, dentre outros estudos. Por último, por meio das palavras-chave “mulheres e atividade leiteira”,

foram localizados quatro estudos e, a partir de uma revisão sistemática, foram selecionados dois estudos (SANTIAGO, 2010) e (SCHMITZ, 2014), sendo estes já localizados anteriormente.

Destaca-se que por meio do levantamento realizado, buscou-se identificar o que vem sendo estudado a respeito do tema, com o objetivo de compreender a viabilidade da pesquisa pretendida, possibilitando reflexões a respeito, a partir do recorte temporal e das principais categorias abordadas neste trabalho. Constatou-se que poucos estudos vêm sendo realizados nessa área. Com isso, essa pesquisa visou contribuir com a construção de conhecimentos na área, preenchendo algumas lacunas, especialmente para a sua região de abrangência.

A pesquisa desenvolvida é de caráter interdisciplinar na medida em que dialoga com conhecimentos produzidos por diversas áreas para alcance do objetivo proposto. Leis (2011) enfatiza a interdisciplinaridade como um processo de resolução de problemas ou de abordagem de temas que, pela sua complexidade, necessitam ir além de uma única disciplina. Com isso, o autor pressupõe que “a interdisciplinaridade reside na capacidade de integrar modos de pensar várias disciplinas para produzir um avanço ou salto do conhecimento a um patamar que seria impossível de ascender por meios disciplinares.” (LEIS, 2011, p.107-108).

Este estudo integra saberes e conhecimentos de áreas distintas, pois, a complexidade da problemática das mulheres, como agentes de desenvolvimento socioeconômico, envolve questões implícitas e explícitas, que demandam ir além das vias disciplinares para a construção do conhecimento. A forma de olhar, sob o enfoque interdisciplinar, possibilitou descobertas integradoras de âmbitos distintos.

De acordo com Leis (2011), a prática da interdisciplinaridade não nega as bases epistemológicas das disciplinas, mas supõe o equilíbrio de dois aspectos, de um lado uma visão integradora de diversas disciplinas e, por outro, um salto cognitivo que não seja baseado em somatória de abordagens disciplinares. Como afirma Raynaut (2011, p. 87), não se pretende abater o conhecimento disciplinar, mas, “modestamente, tentar tornar possível o diálogo e a colaboração entre as disciplinas tal como existem, sem colocar em questão, logo de início, suas fundamentações teóricas e metodológicas”, por isso a importância de um enfoque interdisciplinar nessa pesquisa.

A abordagem de análise desta pesquisa é de natureza qualitativa, a partir do que propõe González Rey (2005). De acordo com o autor, a pesquisa qualitativa não corresponde a uma definição instrumental, é

epistemológica e teórica, apoiando-se em processos diferentes de construção de conhecimento, voltados para o estudo de um objeto distinto da pesquisa quantitativa tradicional.

González Rey (2005) mostra que a pesquisa qualitativa se debruça sobre o conhecimento de um objeto complexo, a saber: a subjetividade, cujos elementos estão implicados simultaneamente em diferentes processos constitutivos do todo, os quais mudam em face do contexto em que se expressa o sujeito concreto. De acordo com o autor, ciência não é somente racionalidade, é subjetividade em tudo que implica, é emoção, individualização, contradição, enfim é a expressão do fluxo da vida humana, que se realiza por meio de sujeitos individuais. O estudo da subjetividade pressupõe a superação de dicotomias que caracterizam produções teóricas nas ciências humanas, como social-individual, interno-externo, afetivo-cognitivo, intrapsíquico-interativo (GONZÁLEZ REY, 2005).

A partir dessa abordagem, aceitamos a origem diferenciada do objeto de pesquisa nas ciências humanas e sociais, em que o sujeito é interativo, motivado e intencional e adota uma posição diante das tarefas que enfrenta (GONZÁLEZ REY, 2005). De acordo com o autor, a pesquisa feita a partir desses sujeitos, não pode ignorar essas características, pois o que acontece é uma comunicação constante entre pesquisador e pesquisado, um diálogo permanente que toma formas diferenciadas. Portanto, o pesquisador e suas relações com o sujeito pesquisado se tornam os principais protagonistas da pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2005).

A pesquisa qualitativa não exige a definição de hipóteses formais, pois sua função não se propõe a provar nem a verificar, mas a construir, e não demanda a explicitação do que vai ser provado (GONZÁLEZ REY, 2005). De acordo com o autor, as hipóteses são momentos do pensamento do pesquisador comprometidos com o andamento da pesquisa, as quais estão em constante desenvolvimento, ou seja, as hipóteses se sucedem umas às outras como momentos de construção teórica, fora do qual não tem nenhum sentido.

Para Creswell (2010), a pesquisa qualitativa é um meio de explorar e entender os significados que indivíduos atribuem a um problema social ou humano. Para o autor, o processo de pesquisa envolve as questões e procedimentos que emergem: a coleta de dados é feita tipicamente no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisados acerca dos dados coletados.

Como descrito anteriormente, a pesquisa aqui proposta analisou, no contexto da agricultura familiar, a participação de mulheres na atividade leiteira, no município de Orleans/SC. Para tanto, além da abordagem qualitativa, foi utilizado o método indutivo. De acordo com Bérni e Fernandez (2012), neste método o conhecimento científico inicia pela experiência, ou seja, pela observação livre, sem preconceitos dos fatos e fenômenos observados. Ainda de acordo com os autores, “parte-se de observações singulares, que se referem exatamente aquele fenômeno observado num lugar e num tempo específicos.” (BÉRNI; FERNANDES, 2012, p. 36).

Para atendimento do objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa de campo. Para Flick (2009), o acesso ao campo é mais crucial na pesquisa qualitativa, onde o contato buscado pelo pesquisador é o mais próximo ou mais intenso. Para o autor, o pesquisador e os sujeitos pesquisados têm uma importância peculiar na medida em que suas competências comunicativas constituem o principal “instrumento” de coleta de dados.

Para González Rey (2005), no reconhecimento da comunicação como processo que articula a pesquisa qualitativa em seus diferentes momentos, o pesquisador tem presença e participação constante dentro da instituição, comunidade ou grupo de pessoas que está pesquisando, o que dá acesso a fontes importantes de informação informal.

No processo de construção do estudo, foi utilizada a pesquisa documental, que de acordo com Gil (2011), se semelha à pesquisa bibliográfica, sendo que a pesquisa documental é realizada em materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico. A pesquisa documental foi realizada em órgãos e setores como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, Secretaria do Estado de Agricultura de Santa Catarina, dentre outros. Na pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas como recurso adequado ao estudo proposto⁵. Na entrevista qualitativa, de acordo com o que propõe Creswell (2010), o pesquisador conduz de forma a ficar face a face com os participantes, desenvolvendo a entrevista com questões abertas, não estruturadas, que são em pequeno número e objetivam a suscitar concepções e opiniões dos participantes.

Os sujeitos de pesquisa foram mulheres que trabalham com a atividade leiteira, no campo da agricultura familiar no município de

⁵ O projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNESC.

Orleans. Para tanto, foi utilizado o critério de acessibilidade em que, de acordo com Gil (2011), o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso.

Diante disso, as entrevistas foram realizadas em algumas das comunidades do município de Orleans. O número estimado de comunidades rurais que compõem o município de Orleans é de aproximadamente 40 comunidades. Por contato prévio e pela presença significativa da produção leiteira, foram entrevistadas dez (10) mulheres das comunidades de Brusque do Sul (uma entrevistada), Morro da Palha (três entrevistadas), Barracão (uma entrevistada), Rio Laranjeiras (duas entrevistadas), Boa Vista (uma entrevistada), Chapadão (uma entrevistada) e Curral Falso (uma entrevistada).

As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas mediante autorização das mulheres. Para análise da pesquisa, partiu-se da construção de indicadores, elaborados pela pesquisadora, a partir da transcrição das gravações e da intensa leitura das entrevistas. De acordo com González Rey (2005), os indicadores são aqueles elementos que adquirem significado a partir da interpretação do pesquisador e que não estão explicitamente ou diretamente expostos.

O indicador só se constrói sobre a base de informação implícita e indireta, pois não determina nenhuma conclusão do pesquisador em relação ao estudado; representa só um momento hipotético no processo de produção da informação, mesmo que conduza a aparição de novos indicadores por meio de novas ideias do pesquisador associadas à construção de indicadores precedentes. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 112).

A partir da definição dos indicadores, foi possível elaborar as categorias que organizaram a estrutura da análise do trabalho. Essas categorias possibilitam nomear e conceituar questões e processos que aparecem em seu curso (GONZÁLEZ REY, 2005).

Diante disso, o trabalho foi organizado em quatro capítulos. O primeiro deles é a introdução, na qual foram expostas as categorias centrais do trabalho, como divisão sexual do trabalho, agricultura familiar, alinhadas a justificativas para realização da pesquisa, objetivos e procedimentos metodológicos.

Em seguida, no segundo capítulo, construiu-se um capítulo para discorrer acerca do desenvolvimento socioeconômico e rural, além

apresentar determinada discussão da agricultura familiar e da divisão sexual do trabalho articulada ao contexto da atividade leiteira.

Após, o terceiro capítulo tratou do desenvolvimento socioeconômico, agricultura familiar e atividade leiteira no município de Orleans, local onde foi realizada a pesquisa. Neste momento, foi apresentada uma breve caracterização do município pesquisado, a partir de dados sócio demográficos, econômicos, dentre outros. Além disso, foram apresentados números a respeito da produção de leite no país, nas mesorregiões de Santa Catarina, em alguns dos municípios da região da AMUREL (Associação dos Municípios da Região de Laguna) e AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera), a qual Orleans faz parte, situando assim, a representatividade da atividade leiteira para o referido município e para o fortalecimento da agricultura familiar.

No quarto capítulo intitulado “Atividade leiteira como possibilidade de reprodução da agricultura familiar de Orleans/SC e a participação das mulheres”, em diálogo com os capítulos precedentes, foram apresentadas as mulheres participantes da pesquisa, as unidades de produção pesquisadas, situando acerca das modificações ocorridas pela escolha de uma nova atividade produtiva para manutenção da unidade familiar, também o cotidiano da atividade leiteira, as modificações tecnológicas envolvidas no fazer da atividade, além do processo de comercialização, apontando os avanços e dificuldades envolvidos nesse processo.

2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E RURAL: AGRICULTURA FAMILIAR E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ATIVIDADE LEITEIRA

Em consonância com o objetivo de pesquisa apresentado na introdução, foram articuladas algumas das categorias centrais de análise do tema. Iniciou-se com uma reflexão sobre a temática do desenvolvimento socioeconômico e rural, agricultura familiar num paralelo com a problematização do trabalho de mulheres nos contextos rural e urbano, articulando as categorias gênero e trabalho.

2.1 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E RURAL: A AGRICULTURA FAMILIAR EM PERSPECTIVA

O progresso é possível a partir do horizonte de possibilidades do homem, sendo que o caminho para alcançá-lo é perceptível com base no sentido comum, e que depende de dotar a sociedade de instituições que possibilitem o indivíduo de realizar plenamente suas potencialidades (FURTADO, 1980).

Sen (2000) considera que o processo de desenvolvimento só acontece mediante a expansão de liberdades reais possíveis de serem desfrutadas pelas pessoas. Para o autor, para que aconteça a liberdade, essa depende além dos avanços tecnológicos⁶, da modernização, da industrialização, depende das disposições sociais e econômicas, direitos civis, dentre outros aspectos dos quais o ser humano depende para seu pleno desenvolvimento.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos [...] a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade. (SEN, 2000. p. 18).

⁶ Avanços tecnológicos entendidos a partir das modificações em torno da atividade leiteira. Mais a frente, será tratado desse aspecto de forma mais detalhada.

Diante disso, a concepção de desenvolvimento perpassa pelas capacidades individuais do ser humano, que é capaz de contribuir diretamente nesse processo. Da mesma forma, Furtado (1980) ressalta que a concepção de desenvolvimento tem dois sentidos distintos: o que se refere à evolução de um sistema social de produção, o qual se torna mais eficaz mediante o progresso das técnicas e ao processo de acumulação; e o que se refere ao grau de satisfação das necessidades humanas. Portanto, “[...] a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social [...].” (FURTADO, 1980, p. 16).

De acordo com o autor, o aumento da eficácia do sistema de produção não garante a melhor satisfação das necessidades elementares da população, pelo contrário, o que se observa é que com a introdução de técnicas mais sofisticadas, o que se tem é a degradação das condições de vida de uma massa populacional. Com o avanço do processo de acumulação, parte da população não alcança o nível de renda real necessária para satisfazer o que considera necessidades elementares em decorrência de formas de consumo muito mais sofisticadas (FURTADO, 1980).

A reflexão acerca do desenvolvimento no período após a Segunda Guerra Mundial ocasionou a tomada de consciência quanto ao atraso econômico em que vive a maioria da humanidade, sendo constatado a partir dos índices de mortalidade infantil, grau de alfabetização, enfermidades contagiosas, os quais amalgamaram as ideias a respeito do desenvolvimento, bem-estar social e modernização (FURTADO, 1980).

Observa-se a incapacidade do indivíduo de intervir nessa situação, estando como sujeito passivo, vivenciando as consequências, positivas e negativas, com oportunidades limitadas acerca de um processo histórico que o colocou em tal condição. Diante disso, vale destacar o que Sen (2000) argumenta sobre a economia e o processo de desenvolvimento centrado na liberdade do indivíduo e na sua condição de agente. Ao passo que “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros.” (SEN, 2000, p. 26).

De acordo com Sen (2000), vive-se num mundo de opulência, com significativas mudanças que vão além da economia. Para o autor, o século XX foi marcado pela possibilidade estabelecida de um regime democrático e participativo como modelo de organização política. No entanto ainda se vive num mundo cerceado por privações, destituição e opressão, onde persistem problemas antigos juntamente com novos, a exemplo da pobreza, necessidades essenciais não satisfeitas, violação de

liberdades, dentre outros aspectos que demarcam desigualdades e uma condição de privação dos direitos essenciais do ser humano (SEN, 2000).

Para Sen (2000) superar os problemas existentes, é condição essencial para o processo de desenvolvimento. No entanto, a condição de agente dos indivíduos é primordial para que esse mesmo indivíduo possa lidar com as privações que lhe são postas na sociedade, mas é restrita pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos (SEN, 2000).

Considera-se que a perspectiva de desenvolvimento socioeconômico apresentada vem ao encontro das compreensões de desenvolvimento rural e agricultura familiar que orientam a pesquisa em questão. Sendo assim, segue-se com a reflexão a partir de autores/as que tematizam/problematizam o rural e a agricultura familiar.

Carneiro (2012) destaca que pesquisas têm apontado para mudanças no meio “rural” de uma forma que não foi prevista pela Sociologia Rural, pois o que havia era a compreensão de que estava estabelecida uma oposição entre campo e cidade, como realidades espaciais e sociais descontínuas, com ênfase na subordinação da primeira em relação à segunda. As diferenças entre esses dois espaços tenderiam a desaparecer a partir de um processo de urbanização, tido como natural e inevitável (CARNEIRO, 2012).

Sobre este aspecto e trazendo para o foco o campesinato, destaca-se a oposição de Abramovay (2007) a respeito da visão marxista da tendência inevitável à desintegração ou decomposição do campesinato, demonstrando a unidade e a sua identidade, como uma forma peculiar - não capitalista, assim o campesinato tenderia a desaparecer por não enquadrar-se nos modos de produção previstos pelo capitalismo.

A relação do camponês com a sociedade, sob esse ângulo o conduz fatalmente à autonegação: seu ser só pode ser entendido pela tragédia de seu devir. Sua definição é necessariamente negativa: ele é alguém que não vende sua força de trabalho, mas que não vive basicamente da exploração do trabalho alheio. Neste plano, então, no mundo capitalista, o camponês pode ser no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente sua extinção. (ABRAMOVAY, 2007, p. 52).

Sob essa ótica, desenvolveu-se uma Sociologia Rural, que, segundo Martins (2001), tem um pesado débito com as populações rurais, uma vez que as gerações foram vitimadas por uma sociologia que se dedicou a inovação, em que a prioridade era a própria inovação, deixando aos filhos o débito social do desenraizamento e consequente migração para as cidades ou para as vilas pobres próximas das grandes fazendas de onde saíram, indo para lugares de poucas oportunidades e de nenhuma qualidade de vida.

Aos poucos, observa-se que essas populações têm seus próprios códigos de conhecimento e sua própria concepção de destino e que são tão verdadeiros quanto os códigos e concepções de setores da sociedade dos quais os sociólogos se sentem mais a vontade em tratar (MARTINS, 2001).

Para Carneiro (2012, p. 25), “[...] a dinâmica do mundo rural não caberia mais na afirmação da tendência do esvaziamento social, econômico e cultural”. Novas formas de sociabilidade e de relações sociais a partir de uma complexa rede de atores sociais que vão além do processo de urbanização e consequente homogeneização entre campo e cidade (CARNEIRO, 2012).

Três principais correntes de pensamento acerca do mundo rural nas sociedades contemporâneas são apresentadas por Carneiro (2012), a saber: a primeira delas se refere ao fim do mundo rural em decorrência da diminuição da população agrícola em decorrência do modelo produtivista que está relacionado ao processo de urbanização das localidades rurais a partir da generalização do padrão de vida urbano, o que atestaria o fim do rural; a segunda perspectiva defende a permanência das diferenças espaciais e sociais, mantendo a dualidade campo-cidade, de modo a negar o fim do mundo rural e da dualidade que se estabelece em relação ao urbano, havendo uma aproximação entre os padrões de vida da população rural e urbana; a “[...] terceira corrente sustenta o fim da dicotomia rural-urbano para qualificar realidades sociais distintas nas sociedades contemporâneas.” (CARNEIRO, 2012, p. 27).

A autora ainda traz a versão norte-americana denominada de Sociologia da Agricultura, que em decorrência do processo de modernização e o redirecionamento das análises sociológicas centradas nas sociedades rurais, considera que a agricultura deve ser vista como profissão. Conforme ressalta Carneiro (2012), a diversidade de posições deve-se ao fato do mal-estar dos pesquisadores ao se depararem com uma realidade que vai além da dualidade rural-urbano.

Para Martins (2001, p. 32), o mundo rural foi estudado a partir do interesse dos sociólogos pelo viés de negatividade, por aquilo que parecia estar incongruente com as fantasias da modernidade, ou seja, “[...] não por aquilo que as populações rurais eram e sim pelo que os sociólogos gostariam que elas fossem.”

Neste trabalho, vamos discorrer a partir do que Carneiro (2012) traz acerca do “novo rural brasileiro”. Essa visão vai romper com a representação do mundo rural atrelada somente à atividade agrícola. Martins (2001) destaca os estudos que comprovam que o rural pode existir fora da economia agrícola.

Pode subsistir como visão de mundo, como nostalgia criativa e auto defensiva, como moralidade em ambientes moralmente degradados das grandes cidades, como criatividade e estratégia de vida numa transição que já não se cumpre conforme as profecias dos sociólogos. Essa transição é antes inconclusa passagem, um transitório que permanece, uma promessa de bem-estar que não se confirma, uma espécie de agonia sem fim. (MARTINS, 2001, p. 32).

É desse rural que se está falando. Um rural com capacidade de se reinventar e inovar a partir das oportunidades e condições que lhe são inerentes num espaço que depende de fatores que vão além das suas capacidades. Com isso, Carneiro (2012) destaca o turismo, a transformação dos espaços rurais em áreas de lazer como alternativas encontradas por essas famílias para permanecerem em suas propriedades.

Para Carneiro (2008), a questão ambiental reorienta o olhar para o meio rural e novas formas de ocupação do espaço geram uma imagem do rural diferente, a terra como produtora e a terra como paisagem. Aliado a esse processo, a crise da superprodução, anos de 1980, indica um esgotamento econômico e social desse contexto, o que culmina com a reivindicação por uma alimentação mais saudável atrelada ao objetivo de recuperar o meio ambiente a partir da produção em pequena escala (CARNEIRO, 2008).

Com isso, o espaço rural será percebido não apenas como produtor de bens materiais, mas como uma rica fonte de bens simbólicos que inspiram outra dinâmica econômica e social (CARNEIRO, 2008).

O rural associado a essa ressignificação da natureza e da cultura passa a ser visto como lugar de outro tipo de trabalho, não mais restrito à produção de alimentos e de matérias-primas para as indústrias, mas como de produção de bens simbólicos que alimentam a indústria cultural e a comunicação entre universos culturais distintos, sejam de origem urbana ou de origem rural. (CARNEIRO, 2008, p. 25).

Sobre esse aspecto está o que se pode chamar de pluriatividade. Para Carneiro (2012), a novidade do rural contemporâneo está na possibilidade de combinações, nos mesmos espaços, de atividades consideradas do meio urbano, como o setor de serviços. Sendo assim, “a pluriatividade é uma noção que resulta das evidências sobre a inserção plural dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho e sobre a diversificação dos usos dos espaços rurais.” (CARNEIRO, 2012, p. 39). A partir desse viés, argumenta-se que a agricultura familiar ganha espaço e reconhecimento diante da sua importância para o desenvolvimento socioeconômico e rural, de um lugar, de uma cidade, de um país.

Wanderley (2009) faz uma reflexão a partir de alguns aspectos e hipóteses que contribui para um melhor entendimento sobre a compreensão de agricultura familiar que fundamenta a pesquisa. Segundo a autora, a agricultura familiar é um conceito genérico que congrega situações específicas e particulares. A agricultura familiar moderna está inserida num contexto socioeconômico que a obriga a se adaptar e realizar modificações na forma de produzir sua vida social tradicional, e nesse sentido, “deve-se, portanto, considerar a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais.” (WANDERLEY, 2003, p. 48).

No Brasil, a agricultura familiar passa por um processo de (re)descobrimto, conforme destaca Schneider (2014). A partir disso, o autor contextualiza a formação e evolução da agricultura familiar no Brasil, fazendo uma apresentação dos principais dados e informações. De acordo com o autor, a agricultura familiar no Brasil tem sua trajetória ligada ao processo de redemocratização do país, aliado ao processo de desenvolvimento, em que o Estado e as políticas públicas, após a constituição de 1988, tiveram um papel de extrema relevância no reconhecimento de demandas da sociedade (SCHNEIDER, 2014).

Para o autor, o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é recente e se deve a três fatores. Seriam eles: a retomada do movimento sindical após o término da ditadura militar, a atuação dos mediadores e intelectuais com debates acerca do tema no início da década de 1990 e, por último, a atuação do Estado e suas políticas públicas, com consequente reconhecimento do setor especialmente a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (SCHNEIDER, 2014).

A evolução desses fatores ao longo dos últimos 20 anos, segundo Schneider (2014), pode ser dividida em três fases. Na primeira fase, o autor se refere ao (re)descobrimto da agricultura familiar no período de 1990 a 1995. Neste período há a afirmação política e acadêmica da categoria agricultura familiar, encontrando lugar tanto nos movimentos social e sindical quanto no acadêmico. Isso se deve ao fim da ditadura militar, o que possibilitou diversas mobilizações em prol do crédito, melhoria de preços, comercialização diferenciada e implementação da regulação referente à previdência social (SCHNEIDER, 2014). Aliado a esse contexto, Schneider (2014) destaca a mobilização dos movimentos sociais rurais que culminaram na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf no ano de 1996, com o decreto da Presidência, nº 1.946 - 28/07/1996 e depois, cria-se a Lei da Agricultura Familiar, nº 11.326/2006.

O PRONAF tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares e suas ações são orientadas pelas seguintes diretrizes:

- I - melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de ocupação e renda;
- II - proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, ao desenvolvimento e à difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- III - fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;

- IV - adequar e implantar a infra-estrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno, dentro do calendário agrícola, e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
- V - atuar em função das demandas estabelecidas, nos níveis municipal, estadual, federal e do Distrito Federal, pelos agricultores familiares e suas organizações;
- VI - agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios por ele proporcionados sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
- VII - estimular a participação dos agricultores familiares e de seus representantes no processo de discussão dos planos e programas;
- VIII - promover parcerias, entre os poderes públicos e o setor privado, para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- IX - estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisa e produção, dentre outras;
- X - apoiar as atividades voltadas para a verticalização da produção dos agricultores familiares, inclusive mediante financiamento de unidades de beneficiamento e transformação, para o desenvolvimento de atividades rurais não-agropecuárias, como artesanato, indústria caseira e ecoturismo, notadamente como forma de facilitar a absorção de tecnologias;

XI - incentivar e apoiar a organização dos agricultores familiares. (BRASIL, 2000)⁷.

Nessa fase, destacam-se também os estudos, publicações e pesquisas acerca da categoria agricultura familiar, realizadas por autores como Abramovay (1992), Veiga (1991), Lamarche (1993; 1994) e Schneider, (2014).

Na segunda fase, Schneider (2014) destaca a criação do PRONAF até a criação da Lei da Agricultura Familiar em 2006. Para o autor, é nesse espaço de tempo que a agricultura familiar vai se consolidar no âmbito político, “[...] tornando-se uma categoria social que atrai a maior parte dos programas e políticas de desenvolvimento rural. ” (SCHNEIDER, 2014, p. 27). Vale destacar que, em 2003, quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou seu governo no Brasil, novos Programas foram criados visando o estímulo da Agricultura Familiar, a exemplo do Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (SCHNEIDER, 2014). Mas, para Schneider (2014), a maior afirmação institucional, que obteve maior alcance para a agricultura familiar foi a aprovação da Lei da Agricultura Familiar – Lei 11.326/2006.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011)*

⁷ Informações dispostas no Decreto nº 3.508, DE 14 DE JUNHO DE 2000, que revogou o **DECRETO nº 3.200, DE 6 DE OUTUBRO DE 1999**, que revogou o **DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3508.htm>

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Na terceira fase, o debate sobre Agricultura Familiar trata do momento atual e, segundo Schneider (2014), esse momento estaria atrelado à divulgação do Caderno Especial do Censo Agropecuário de 2006, que ocorreu em 2009, trazendo dados importantes acerca da agricultura familiar. A partir desse fato, foi estabelecido o lugar da agricultura familiar e o seu papel para o desenvolvimento do rural no Brasil (SCHNEIDER, 2014).

Após essa contextualização acerca da categoria, faz-se necessário demonstrar o lócus das mulheres em processos de trabalho, especialmente, das mulheres agricultoras, que nesta pesquisa são as protagonistas principais.

2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM CONTEXTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ATIVIDADE LEITEIRA

Antes de tratar de aspectos relativos à divisão sexual do trabalho em contextos da agricultura familiar e da atividade leiteira, em uma perspectiva histórica, faz-se menção a importantes estudos sobre mulheres, divisão sexual do trabalho e a mobilização do gênero como categoria de análise, também, no âmbito do trabalho urbano capitalista.

A partir do *locus* das mulheres nesse processo, cabe um paralelo entre mulheres urbanas e rurais em contextos de trabalho, como forma de argumentar que, independente do contexto em que vivem, as desigualdades se repetem, em virtude das relações de gênero que se estabelecem. Essa problematização não pode ser feita, sem considerar e relevar as relações de gênero constituídas cultural, econômica e socialmente.

No clássico estudo intitulado “Mulher na sociedade de Classes – mito e realidade”, originalmente publicado em 1969, Saffioti (2013) ressalta que quando do surgimento do capitalismo, esse se dá em condições adversas à mulher. Para a autora, a mulher estaria em desvantagem social, primeiro no nível superestrutural, em que as capacidades femininas são subvalorizadas, justificadas pela supremacia masculina e também no nível estrutural, na medida em que as forças produtivas se desenvolviam, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. Saffioti (2013) enfatiza que o novo regime

estabelecido torna clara a divisão da sociedade em classes sociais e a exploração econômica de uma sobre a outra e lança mão da tradição para justificar a marginalização de alguns setores da população.

De acordo com Saffioti (2013), as mulheres das camadas sociais envolvidas na produção de bens e serviços nunca foram alheias ao trabalho. Para a autora, nas economias pré-capitalistas, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa, pois trabalhava nos campos, e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados, oficinas, tecia e fiava, dentre outras tarefas que realizava. “Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental.” (SAFFIOTI, 2013, p. 62).

Nas sociedades pré-capitalistas, embora as mulheres fossem consideradas inferiores aos homens nas instâncias jurídica, social e política, participavam do sistema produtivo, desempenhando, um relevante papel econômico (SAFFIOTI, 2013). Este papel, segundo Saffioti (2013), era considerado inferior, menos relevante que o do homem, sendo considerado subsidiário no conjunto das funções econômicas da família. E por ser considerado um trabalho subsidiário, não relevante, logo será “desnecessário”, na medida em que o sistema capitalista vai avançando. Nas palavras de Saffioti (2013, p.34-35),

Tanto na economia feudal quanto na economia de burgo, e sobretudo nesta última, que prepara o advento da economia urbana, fabril, o emprego da força de trabalho feminina encontra sérias barreiras. Impedindo a penetração das mulheres ou oferecendo-lhes as posições subalternas e menos compensadoras, as corporações de ofícios, mais do que a economia agrária da época medieval, conduzem a um processo de marginalização da mulher do sistema produtivo a uma etapa mais avançada.

A posição subordinada da mulher em relação ao trabalho produtivo demarca uma condição de submissão que está posta em decorrência do trabalho reprodutivo que é desenvolvido pelas mulheres, sugerindo que este trabalho seja menos importante do que o trabalho produtivo.

Neste ínterim, vale ressaltar o que Abramo (2007) traz a respeito da Nova Economia da Família, modalidade que surge em meados dos anos 60 e objetiva responder a uma série de problemas que não haviam sido bem resolvidos pela teoria neoclássica e, entre esses aspectos, estão

os determinantes do comportamento da oferta laboral feminina. De acordo com a autora, a Nova Economia da Família “[...] estuda o comportamento dos membros da família usando o instrumental metodológico e conceitual da microeconomia: as famílias são tratadas como unidades de decisão que maximizam uma função de utilidade submetida a restrições.” (ABRAMO, 2007, p. 27). A autora destaca que a grande novidade desta modalidade está ao considerar o trabalho doméstico como categoria econômica, com o mesmo estatuto conceitual que o trabalho assalariado, postulando que as atividades de mercados e as atividades domésticas acabam por determinar-se mutuamente.

Neste momento da história, é dada importância à discussão acerca dos determinantes da participação das mulheres no mercado de trabalho e à “economia do matrimônio”, ao passo que se analisa a distribuição do tempo dos vários membros da família entre o trabalho assalariado, o trabalho doméstico e o “ócio”, reconhecendo-se que o tempo que não é dedicado ao trabalho no mercado não é necessariamente o tempo ocioso, implicando na visibilização do trabalho que é desempenhado pelas mulheres na esfera reprodutiva (ABRAMO, 2007).

Para Machado (1999, p. 17), “papel reprodutivo se estende as atividades ligadas ao cuidado com os filhos e as atividades domésticas necessárias para garantir a reprodução e a manutenção da força de trabalho.” Para a autora, o sentido do papel reprodutivo envolve desde a reprodução biológica, concepção e gestação, até a manutenção, os cuidados das crianças até a vida adulta, durante toda sua vida. Nas sociedades capitalistas, o papel reprodutivo acaba sendo responsabilidade da mulher (MACHADO, 1999).

Afirmar que as diferenças entre homens e mulheres decorrem de uma condição biológica, pressupõe compreender o masculino em relação ao feminino. Assim, a mulher é considerada como detentora de uma “fraqueza natural” que implicaria e legitimaria a sua sujeição e subordinação em relação ao homem, que por natureza é mais forte, inteligente, mais rápido e que estaria preparado para chefiar uma família. (GRANDI, 1999).

Como já destacado, de acordo com Saffioti (2013), o surgimento do capitalismo acontece em condições extremamente adversas à mulher.

No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas

traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (SAFFIOTI, 2013, p. 35).

De acordo com Souza-Lobo (2011, p. 9) “o problema consiste na visão estrutural sobre a natureza do trabalho feminino, que impede a problematização das formas históricas e culturais da divisão sexual do trabalho e fixa-as em termos de reprodução dos papéis sociais.”

Essa problematização não pode ser feita sem considerar e relevar as relações de gênero constituídas culturalmente, as quais delineiam espaços específicos para homens e mulheres, no mercado de trabalho. Para Souza-Lobo (2011, p. 11), “as relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino – os gêneros.” De acordo com Chies (2010), a situação diferencial entre homens e mulheres na sociedade, especialmente no campo do trabalho, justifica-se pela ideia de que o trabalho da mulher é algo secundário diante do trabalho realizado pelo homem.

Abramo (2007) destaca que os trabalhadores do setor secundário seriam débeis política e economicamente e teriam menos aversão às incertezas provenientes do mercado de trabalho, e sendo assim, os que melhor se enquadram nessas características, são as mulheres casadas, os jovens e os imigrantes temporários. Desse modo, “cabe ressaltar que gênero e trabalho atravessam todo o tecido social. São construções históricas e culturais, fundamentalmente constituídas por sujeitos e, ao mesmo tempo, constituidoras dos mesmos, sejam homens ou mulheres.” (SALVARO, 2004, p. 46).

Ao utilizarmos o termo gênero, ou relações de gênero, estão implicadas relações de poder entre homens e mulheres (SOARES, 2004). Para a autora, quando o gênero trata da construção social da identidade sexual, designando direitos e oportunidades de acordo com o sexo e este, por sua vez, refere-se a diferenças biológicas entre homens e mulheres, acaba por determinar as condições que colocam as mulheres em situação de desigualdade, inferioridade em relação ao homem. “A construção social do ser homem tem um maior *status* que a construção social do ser mulher.” (SOARES, 2004, p. 113).

Faria (2009) refere-se à invisibilidade do trabalho desenvolvido pela mulher, destacando o trabalho doméstico e de cuidados. A esse respeito, Hirata e Kergoat (2007) destacam que uma grande massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível e é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. Ao trazermos essa discussão para o contexto rural, percebe-se que as mesmas condições, de inferioridade, desigualdades e preconceitos se repetem.

Diante dessa contextualização, pretende-se avançar nas discussões acerca dessas categorias que denotam espaços específicos para as mulheres, consideradas biologicamente frágeis, inferiores, mas que se originam a partir de construções sociais e culturais. Traz-se, então, a discussão acerca do trabalho de mulheres diante do processo de desenvolvimento articulando a categoria gênero.

Sen (2000) ressalta o caráter da mulher enquanto agente, que segundo ele, com os movimentos feministas, está recebendo atenção. De acordo com o autor, essas mulheres já não são mais vistas como apenas receptoras de auxílio para melhorar seu bem-estar, mas sim vistas cada vez mais, tanto por homens e por elas mesmas, como agentes ativas de mudança, capazes de promover transformações sociais que podem alterar a vida de homens e mulheres. Não se pode desconsiderar as desigualdades que arruinaram o bem-estar das mulheres e as sujeitaram a um tratamento desigual (SEN, 2000).

Vale ressaltar o caráter cultural e histórico que coloca a mulher nesta condição de inferioridade em relação ao homem, em virtude de um determinismo biológico que considera a mulher, sexo feminino, mais frágil em relação ao homem. Considerar e compreender o papel da condição de agente é essencial para reconhecer os indivíduos enquanto pessoas responsáveis, que podem agir ou se recusar a agir de determinada maneira.

Acerca dessa questão, é importante retomar a discussão em torno da categoria gênero, pois fica evidente que a naturalização a respeito da condição da mulher não é nada mais do que construções culturais, políticas, econômicas e históricas, não tendo nada a ver com o determinismo biológico.

Ao retomar a categoria gênero, recorre-se a Scott (1995), a qual demonstra que o termo gênero, tratado pelas feministas americanas queria, inicialmente, enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo. Para a autora, a palavra rejeitava o determinismo biológico que estava implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Sendo assim,

[...] o termo gênero, também é utilizado para designar relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados a homens e às mulheres. (SCOTT, 1995, p. 52).

Scott (1995) ao conceituar a categoria gênero considera dois aspectos importantes, o primeiro refere-se ao gênero enquanto um elemento constitutivo de relações sociais a partir das diferenças percebidas entre os sexos. No segundo aspecto, a autora destaca que “[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p. 86).

Considerando esses aspectos, no que tange à divisão sexual do trabalho, erroneamente estaria explicada a demarcação do trabalho para homens para as mulheres, pois as diferenças estariam estabelecidas a partir da natureza biológica, que naturalmente designa os papéis sociais de homens e mulheres.

De acordo com Souza-Lobo (2011), as pesquisas sobre o trabalho feminino em relação à dinâmica do mercado de trabalho apontam uma segregação ocupacional, os grandes “guetos ocupacionais” da mão-de-obra feminina. Nesse sentido, vê-se uma segmentação do mercado de trabalho que inclui mulheres nos grupos de mão-de-obra secundária, que se caracterizam pela instabilidade, baixos salários e desqualificação (SOUZA-LOBO, 2011).

Abramo (2007) apresenta essa discussão, a partir de Michael Piore⁸, e destaca que duas características dos trabalhadores ao setor

⁸ Michael Piore faz parte do corpo docente do Departamento de Economia do MIT desde 1966, e também detém atualmente uma nomeação conjunta com o Departamento de Ciência Política. Ele também é atualmente um Visiting Senior Fellow em Relações Internacionais e Públicas do Instituto Watson para Assuntos Internacionais e Públicos da Brown University. Ele obteve seus diplomas de graduação e pós-graduação na Universidade de Harvard, onde escreveu sua dissertação de doutorado sob a direção de John T. Dunlop. É diretor fundador do Programa MIT-México e ex-diretor associado do Centro de Tecnologia, Política e Desenvolvimento Industrial. Atuou como presidente da

secundário seriam a sua menor aversão a insegurança e incerteza referente à atividade econômica, ou seja, sua instabilidade no emprego além do compromisso débil com o trabalho. Sendo assim, os que melhor se enquadram nessas características são as mulheres casadas, os jovens e os imigrantes temporários (ABRAMO, 2007).

Nesse processo, é reforçada a condição diferenciada entre as mulheres e os homens no que tange os aspectos que demarcam os espaços de ambos no quesito trabalho. Isso decorre do entendimento acerca da “naturalização” em face do trabalho que as mulheres desempenham, ou seja, o trabalho reprodutivo. Fica evidente que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, e é realizado não somente para elas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (HIRATA; KERGOAT, 2007).

De acordo com as autoras, pouco a pouco as análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho, assim como o trabalho profissional, abrindo os caminhos para considerar as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional, o que abriu espaço para se pensar a divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOART, 2007).

Ao tratar das categorias, gênero e trabalho no que se refere aos estudos rurais, é importante destacar que as reflexões tiveram maior visibilidade a partir de 1980 (CORDEIRO; SCOTT, 2007). Para a autora e o autor, os processos que contribuíram para este momento foram a produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino, especialmente no rural, os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos, além das pesquisas sobre campesinato, ribeirinhos/as e outros grupos de extrema relevância.

A ação coletiva das mulheres agricultoras foi, sem dúvida, muito significativa para o momento político da época, sendo que as lutas estabelecidas,

Sociedade para o Avanço da Socio-Economia (SASE) e como membro eleito do comitê executivo da American Economic Association. Ele foi membro do Prêmio MacArthur (1984-1989), membro do Comitê Executivo da Associação Econômica Americana (1990-1995) e membro do Conselho de Administração do Instituto de Estudos Trabalhistas da Organização Internacional do Trabalho (1990-95) (1996). (MIT POLITICAL SCIENCE, 2016).

[...] alcançaram maior visibilidade política em torno de quatro eixos: reconhecimento do trabalho na agricultura e nos sistemas agroextrativistas; lutas pelo direito à terra e pela reforma agrária; acesso aos benefícios da Previdência Social; participação das mulheres na estrutura sindical. Seja como associadas a sindicatos, seja como diretoras de sindicatos e federações (CORDEIRO; SCOTT, 2007, p. 420).

De acordo com Faria (2009), no Brasil, a organização e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais teve destaque no processo da Constituinte, no final dos anos 1980, com a ampliação do direito à seguridade social, tendo garantida a aposentadoria no valor de um salário mínimo. Segundo a autora “as trabalhadoras rurais conquistaram reconhecimento, embora a efetivação dos seus direitos seja demorada e não altere automaticamente a relação familiar e sua responsabilização pelo trabalho doméstico.” (FARIA, 2009, p. 13).

Conforme texto da FAO (2016), as lutas das mulheres também foram intensificadas no processo de redemocratização do Brasil (1980), o que ocasionou mudanças nos espaços público e privado, inclusive no meio rural. Foram feitas reivindicações pelos direitos econômicos e sociais, incitadas pela necessidade de reconhecimento como trabalhadoras, agricultoras e cidadãs e, para isso, reivindicaram o direito de acesso aos sindicatos de trabalhadoras rurais, na luta pelo acesso à previdência social e à terra (FAO, 2016).

Para Faria (2009), essas questões tornam-se centrais para discutir a divisão sexual do trabalho e a visão acerca do trabalho reprodutivo, desempenhado apenas pelas mulheres. Para a autora, “[...] a família não é uma unidade homogênea a está perpassada por conflitos e interesses de gênero, em particular marcados por uma relação de poder desigual entre homens e mulheres.” (FARIA, 2009, p. 25).

O que está posto é uma situação de invisibilidade do trabalho da mulher no meio rural, o que culmina na desigualdade quanto à inserção produtiva e esquecimento com relação às políticas públicas (FAO, 2016). Então, por mais que as mulheres estejam inseridas e envolvidas com as diversas atividades da unidade familiar, como roças, quintais, nas hortas, criação de pequenos animais, essas atividades são consideradas como “ajuda para a família”, culminando na invisibilidade, pois se considera que o trabalho produtivo é extensão do trabalho reprodutivo, doméstico, ocasionando a desvalorização deste (FAO, 2016).

Esses fatos corroboram com Sen (2000), que destaca a existência de trabalhos empíricos que evidenciam a importância de considerar e respeitar o bem-estar das mulheres e que este é influenciado pelo potencial dessas mesmas mulheres de terem acesso a recursos e oportunidades como uma renda independente, ou o direito à propriedade, participando ativamente das decisões dentro e fora da família. De acordo com o autor, todos estes aspectos são igualmente considerados no que concerne à contribuição positiva para fortalecer a voz ativa e a condição de agente das mulheres. Demonstrando, de fato, a sua contribuição para o bem-estar da sociedade.

É importante refletir sobre um aspecto que levou ou leva a essa condição “desprivilegiada” da mulher. Essa condição é reflexo do trabalho que esta desempenha no âmbito do trabalho doméstico e de cuidados, que é um trabalho considerado invisível (FARIA, 2009). Para Paulilo (2004), é preciso atentar para a discriminação, em que não se consideram as lidas femininas nas estatísticas oficiais e, por isso, decorre a expressão “trabalho invisível”; e este processo reflete a desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, inclusive a família.

Nesse aspecto, acredita-se ser relevante integrar a essa discussão o que Chies (2010) destaca sobre as transformações sociais que levaram as mulheres a se integrar ao campo de trabalho assalariado acabaram por criar profissões específicas e assim desenvolvidas ocupações estereotipadas como femininas.

Ao considerar que existem profissões específicas para homens e mulheres, reforça-se as desigualdades entre ambos. Essas diferenças, segundo a autora, expressam a inferioridade da mulher e são reforçadas ideologicamente, mascarando a realidade. “A mulher como dona de casa é uma identidade rigidamente imposta pela cultura brasileira, mas a deturpação da realidade está justamente em se pensar que essa identidade é natural, ou seja, o espaço doméstico pertence ‘naturalmente’ à mulher.” (CHIES, 2010, p. 511). A autora ressalta que esse pensamento é fruto de construções sociais, mas a sociedade, como mecanismo ideológico, acaba por reproduzir a naturalização dessa condição.

Essa discussão pode ser levada para o campo da agricultura familiar, onde se reproduzem também condições de desigualdades de gênero e de preconceitos, evidenciando uma naturalização das mulheres agricultoras em relação ao trabalho que desempenham e ao espaço que ocupam, ou seja, um espaço considerado inferior ao ocupado pelos homens.

Siliprandi (2004) destaca algumas semelhanças e diferenças acerca da condição de mulheres urbanas e rurais, o que pensam e como vivem estas mulheres, situadas em contextos, supostamente diferentes e como têm vivido as transformações que acontecem nestes mundos (urbano e rural) e pensam suas relações de família e trabalho. A autora destaca que existe um “novo rural brasileiro” onde cada vez mais se misturam, não só as atividades econômicas como também os valores, os modos de vida. Do ponto de vista da organização da atividade econômica, nem as cidades podem ser identificadas apenas com as atividades industriais, nem o campo apenas com a agricultura e a pecuária, ocasionando uma integração cada vez mais complexa da agricultura ao restante da economia (SILIPRANDI, 2004).

Diante dessa condição, é preciso ampliar nosso olhar acerca desses contextos:

[...] olhar para o rural e o urbano existentes no Brasil hoje, apesar das enormes diferenças regionais existentes, nos impõe outros tipos de cuidados: não os considerar exclusivamente carentes ou dinâmicos economicamente; não os relacionar apenas com o atraso ou com o progresso; não pressupor que sejam exclusivamente agrícolas ou exclusivamente industriais e de serviços; e sobretudo não os tomar como mudanças estanques, sem comunicação ou interdependência (SILIPRANDI, 2004, p. 125).

Nesse processo, enquanto parte integrante desses contextos, as mulheres acabam por serem levadas também a repensar o seu lugar, a sua condição, a partir das relações de trabalho e família. Na pesquisa realizada por Siliprandi (2004, p.128) identificou-se que,

se pudessem escolher, 57% das mulheres urbanas gostariam de ter uma profissão e dedicar-se menos à casa (45% das rurais); mas 50% das rurais (e 36% das urbanas) declararam que prefeririam dedicar-se mais à casa que ao trabalho remunerado [...] em média, as rurais declaram passar mais tempo por semana nos trabalhos ditos “reprodutivos”: cuidando dos afazeres domésticos (lavar, cozinhar, limpar a casa), 27,93 horas, ante 23,11 (urbanas). Cuidando das crianças, 16,71 horas, ante 13,43 (urbanas) [...].

De acordo com a autora, as rurais se ressentem de trabalhos pesados, da dupla jornada, da falta de apoio para realizar o trabalho doméstico, ao mesmo tempo em que desejam maior acesso ao mercado de trabalho e aos estudos como pretensão de melhorar as condições de vida. Nesses aspectos, as mulheres urbanas se beneficiam pela existência de equipamentos sociais que contribuem no atendimento das tarefas reprodutivas, com as escolas, creches, restaurantes (SILIPRANDI, 2004).

Para as mulheres rurais, ser mulher está mais relacionado com o casamento e a maternidade, sendo considerados uma responsabilidade e um destino, e de certa forma, um peso em suas vidas (SILIPRANDI, 2004). Em suas considerações, Siliprandi (2004) destaca que as escolhas de vida das mulheres rurais acabam sendo limitadas, por causa das relações de gênero que se expressam em seu contexto.

Diante de tais considerações, é importante destacar que independente do contexto em que vivem, mulheres urbanas e rurais vivenciam desigualdades de gênero que determinam seus modos de vida. O trabalho feminino, independente do lugar, do contexto em que se realiza, deve ser pensado sempre na sua relação com o trabalho masculino, pois é partir deste que, universalmente, constituem-se as desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Apesar das conquistas de espaço no mercado de trabalho, de direitos adquiridos, constata-se poucos avanços. O que se vê na verdade são retrocessos que demarcam a incompreensão acerca da constituição de sujeitos que acontecem permeadas por questões culturais, sociais e econômicas.

Nesse contexto, a divisão do trabalho, na unidade familiar, é feita sob a orientação do chefe da família, o pai, que é configurado como o responsável por essa família e define a organização familiar a partir do caráter patriarcal, sendo assim nem o filho e nem a esposa terão autoridade suficiente para contestar as decisões tomadas pelo chefe da família, com isso, há uma divisão sexual do trabalho, a partir de condicionamentos culturais que vão determinar o lugar de cada um na propriedade da família (GRANDI, 2003). De acordo com a autora, “na agricultura familiar não é possível separar as relações de trabalhos das relações de gênero que se dão entre os membros de um núcleo familiar.” (GRANDI, 2003, p. 39)

Para Brumer (2004), a posição ocupada pelas mulheres é subordinada e o seu trabalho aparece como “ajuda”, mesmo quando elas trabalham da mesma forma e quantidade que os homens, inclusive

executando as mesmas atividades. A autora destaca ainda que essa posição subordinada fica evidenciada pelos seguintes aspectos:

[...] seu trabalho na esfera produtiva permanece invisível, tendo em vista que é praticado no interior do estabelecimento, sendo os homens praticamente os únicos responsáveis pelos contatos com o exterior (contato com extensionistas, bancos, sindicato, cooperativa, firmas vendedoras de insumos e compradores); (BRUMER, 2004, p. 211).

Diante disso, as atividades executadas pelas mulheres, crianças, jovens, no meio rural, segundo a autora, são direcionadas a limpeza da terra, colheita, seleção, embalagem dos produtos, cuidado dos animais, trabalhos na horta, além do trabalho doméstico, no qual por vezes recebem auxílio das filhas. Brumer (2004) destaca que, nessa esfera do trabalho doméstico, as mulheres “detêm” certo poder e autonomia, tomando as decisões acerca do preparo dos alimentos, cuidado da casa, das roupas, orientação e educação dos filhos, e também o uso de recursos destinados ao consumo doméstico.

Nesse aspecto, é importante incluir a discussão de Paulilo acerca do trabalho “leve” e “pesado”. O trabalho leve refere-se ao que é desempenhado pelas mulheres e crianças e o trabalho pesado, é de responsabilidade masculina (PAULILO, 1987). O caráter do que é “pesado” ou “leve” é culturalmente determinado, sendo que a mulher, em suas atividades (doméstico) executa tanto trabalhos considerados “leves” como também trabalhos “pesados” (BRUMER, 2004).

Paulilo (1987), a partir do estudo que realizou em diferentes regiões do Brasil constatou diferentes percepções acerca do trabalho “leve” e trabalho “pesado”. No Sertão da Paraíba, de acordo com a autora, o que se considera como trabalho “pesado” é a limpeza do mato e a criação do gado; o trabalho leve refere-se àqueles desempenhados pelas mulheres e crianças. Estes ajudam no plantio e na colheita das lavouras, cuidam das atividades domésticas complementam a renda com atividades artesanais, e resultam num pagamento mínimo (PAULILO, 1987).

Na região do Brejo da Paraíba, o trabalho “pesado”, que é masculino, refere-se ao roçar e cavar terra e o trabalho “leve”, feminino é aquele destinado ao plantar, arrancar mato miúdo e adubar (PAULILO, 1987). A autora destaca que as mulheres recebem metade

ou menos da diária de um homem, mesmo trabalhando a mesma quantidade de horas.

Já na região Sul de Santa Catarina, Paulilo (1987) destaca a cultura do fumo (predominante na época do estudo nessa região) é bastante exigente com relação à mão-de-obra. A autora destaca que nessa região, há ainda outra distinção que o trabalho “cansativo” e “pesado” e a lavoura estaria enquadrada na primeira categoria e não na segunda. Sendo assim, para o fumicultor o trabalho “pesado” é aquele que exige força física e é sempre executado por homens adultos (PAULILO, 1987).

Diante desse estudo, a autora destaca que,

Trabalho ‘leve’ e ‘pesado’ são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato (PAULILO, 1987, s.n.).

A autora ainda destaca que essa constatação também é realidade na literatura sociológica sobre a força de trabalho feminina nas cidades, onde as profissões consideradas femininas acabam por ter remuneração sempre inferior à daquelas consideradas masculinas.

Sobre esse aspecto, Chies (2010) destaca os estereótipos que existem acerca das profissões e, logo, indicam uma diferenciação no fato de que as mulheres “cuidam de” e os homens têm o “cuidado com”, ou seja, os homens preocupam-se com o dinheiro, carreira, progresso e as mulheres devem preocupar-se com o cuidado de suas famílias, vizinhos, amigos. Diante dessas demarcações, “a sociedade não considerou e não considera até hoje as ‘profissões’ relacionadas ao ‘cuidar de’ como merecedoras de uma rentabilidade.” (CHIES, 2010, p. 514).

A economia feminista procurou visibilizar as mulheres enquanto “atoras” econômicas, evidenciando o grande volume de trabalho doméstico e de cuidados que é realizado pelas mesmas (FARIA, 2009). De acordo com a autora, as esferas mercantil e salarial, na sociedade capitalista, vão depender do trabalho que é realizado pelas mulheres, o trabalho doméstico e tudo que está relacionado a este, o que evidencia a não autonomia da produção mercantil, pois depende do trabalho não remunerado nos lares. “[...] há uma falsa autonomia dos homens que utilizam os bens e serviços realizados pelas mulheres.” (FARIA, 2009, p. 17).

A partir disso então, a autora destaca a extrema importância de reconhecer o trabalho reprodutivo como econômico e isso não significa compará-lo ao trabalho mercantil, pelo contrário, é preciso reconhecer que o trabalho doméstico tem características próprias não comparáveis com as características de mercado. “Para a sustentabilidade da vida humana e seu bem-estar há um conjunto de necessidades, como de afetos, de segurança emocional, que é parte das atividades realizadas no âmbito doméstico pelas mulheres.” (FARIA, 2009, p. 17), e que precisam ser considerados no âmbito do trabalho produtivo. As privações que sofrem as mulheres no que tange ao seu bem-estar precisam ser consideradas por causa de sua importância para promover a justiça social e a justiça para as mulheres (SEN, 2000).

Nesse sentido, retoma-se a discussão sobre a divisão sexual do trabalho em contextos rurais. Brumer (2004) destaca dois aspectos que podem explicar a divisão de trabalho que se estabelece entre homens e mulheres rurais. Para a autora, o primeiro aspecto, refere-se à caracterização da unidade familiar de produção, que objetiva reunir esforços de todos os membros da família para beneficiar a todos, havendo assim proximidade entre unidade de produção e unidade de consumo; o segundo aspecto, refere-se a vivermos em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família (BRUMER, 2004).

A autora enfatiza que as atividades que geralmente são executadas por mulheres na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuários requerem algumas qualidades que as mulheres detêm naturalmente ou por aquisição pelo processo de socialização, como por exemplo, capacidade de executar tarefas repetitivas, tediosas e intensivas; capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo; possibilidades de associar ao trabalho suas responsabilidades na esfera da reprodução, trazendo os filhos junto com elas para a roça ou ficando afastadas por pouco tempos de suas casas (BRUMER, 2004).

Quando se traz essa discussão para a atividade leiteira não se percebe muitos avanços. De acordo com Magalhães (2009), a produção de leite, por tradição, é uma atividade desempenhada pelas mulheres e o aprendizado das técnicas de produção vai sendo passados de mãe para filha. Mas de acordo com o autor, o direcionamento da atividade para o mercado e não mais para a reprodução familiar, denotam mudanças no que se refere à divisão sexual do trabalho nessas famílias. “Segundo lideranças de Santa Catarina, ‘quando a atividade era de subsistência os homens não participavam, mas quando ela passou a gerar renda eles se envolveram.’” (MAGALHÃES, 2009, p. 284). Sendo assim, quando o

leite passa a gerar lucro e se torna produto principal, os homens passam a se responsabilizar por ele (PAULILO, et al. 2003).

Magalhães (2009) destaca que na produção de leite, na maioria das famílias, as mulheres se dedicam as atividades restritas ao âmbito interno da propriedade, enquanto os homens se responsabilizam pelas relações externas (venda da produção, compra de insumos, contato com técnicos, reuniões, etc.).

Segundo Grandi (1999), com o aumento da produção de leite, houve uma sobrecarga de trabalho para as mulheres, além de perderem o controle sobre a gestão e os resultados dessa produção. E, quando se trata da profissionalização da produção, o homem é quem participa dos cursos, treinamentos que são oferecidos pelos órgãos competentes, e as mulheres perdem o controle sobre o dinheiro que antes recebiam com a produção de leite que não era especializada (PAULILO, et al. 2003).

A perda de poder das mulheres na atividade leiteira é consequência não somente das condições econômicas, sociais e institucionais, mas também, de uma violência simbólica que adentra na mente de cada indivíduo, seja homem ou mulher (MAGALHÃES, 2009). De acordo com o autor, no contexto rural, inúmeras instituições, como é o caso da Igreja, a escola, o estado, sindicatos, cooperativas, reforçam e preservam as estruturas de dominação.

Nos grupos sociais onde a mulher se engaja no mercado de trabalho, é estabelecida uma via externa de transformação das relações que vai da sociedade para o interior da família. Na agricultura familiar onde o trabalho da mulher é predominantemente agrícola, esta via é truncada, mantendo-se uma sobredeterminação das relações familiares sobre as demais relações sociais. (MAGALHÃES, 2009, p. 296).

Na pesquisa realizada no Banco Nacional de Teses e Dissertações – BNTD, os poucos estudos localizados acerca dessa temática – mulheres e atividade leiteira – comprovam esse aspecto, ou seja, os homens como sendo os responsáveis pelas questões econômicas e sociais nas unidades familiares e às mulheres ocupam uma condição inferiorizada. De forma geral, os estudos, resultaram na constatação de que apesar das mudanças e avanços, inclusive com políticas públicas, as mulheres não conseguiram romper o sistema de dominação. O trabalho das mulheres é considerado uma atividade não produtiva, não

econômica, não sendo remunerado, apesar de ser fundamental para as atividades desempenhadas, especialmente no caso da atividade leiteira.

Como já descrito, nos últimos anos, mudanças significativas vêm acontecendo de forma a fortalecer o movimento e a organização das mulheres rurais para que sejam consideradas autônomas e não apenas parte da relação familiar e, como resultado desse processo, tem ocorrido mudanças, com o reconhecimento de direitos e sua institucionalização através de políticas públicas específicas para promoverem sua autonomia econômica, mas que demonstram resistência quanto ao trabalho doméstico e de cuidados que continua sendo desempenhado pelas mulheres (FAO, 2016).

A FAO (2016) cita a criação de diversos órgãos e programas⁹ que visam o atendimento de demandas específicas às mulheres, como a Secretaria de Políticas para as mulheres da Presidência da República (SPM), o Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) no Ministério de Desenvolvimento Agrário, transformado em Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DQMRQ). Com isso, tem-se fortalecido o diálogo com os movimentos e organizações de mulheres para acordar pautas específicas e compartilhar a gestão das políticas, numa articulação entre a União, os Estados e os municípios.

Neste ínterim, as políticas direcionadas às mulheres rurais seguiram, de acordo com a nova diretriz do governo federal, a por intermédio de equipe de assessoria e designação de recursos para a promoção de políticas de igualdade, promovendo direitos econômicos e acesso à cidadania, pelas mulheres rurais (BUTTO, 2011).

As políticas poderiam ser agrupadas em três áreas:

Garantir as precondições para o acesso às políticas públicas (documentação, cadastros, titulação da terra); ajustar as políticas às necessidades/demandas (ou as condições) das mulheres e criar novos instrumentos específicos (reforma agrária, crédito, assistência e extensão rural, organização produtiva); e dar visibilidade para a situação de desigualdade e legitimar a

⁹ Órgãos e Programas para atendimento de demandas específicas às mulheres foram criados durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e se mantiveram durante o governo de Dilma Rousseff. No entanto, mudanças ocorreram após o impeachment da Presidente.

agenda feminista (estatísticas, pesquisas). (FAO, 2016, p.156).

Dessa forma, fica evidente que mudanças em relação às desigualdades de gênero somente ocorrerão de forma satisfatória por intermédio da ação efetiva do Estado, no sentido de proporcionar condições para que a visibilidade das mulheres e, no caso das mulheres rurais, que seja reconhecida sua importância e atuação na promoção do desenvolvimento socioeconômico.

3 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, AGRICULTURA FAMILIAR E ATIVIDADE LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE ORLEANS

Após a discussão nos capítulos anteriores, das categorias centrais para este trabalho (gênero, divisão sexual do trabalho, agricultura familiar), será tratado a respeito do desenvolvimento socioeconômico, agricultura familiar e a atividade leiteira, a partir da caracterização do município de Orleans, lócus dessa pesquisa.

3.1 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ORLEANS

A Lei Provincial nº 1218 de 2 de outubro de 1888 criou o distrito de Orleans (DALL'ALBA, 2003). “Orleans finalmente surgia nas barrancas rochosas do Tubarão, numa clareira aberta na floresta virgem. Orleans do Sul! Orleans!” (DALL'ALBA, 2003, p 106).

A colonização das terras que compõem o atual município de Orleans iniciou em 1882, onde os donos, Conde D'Eu e a Princesa Isabel, contrataram pessoas de sua confiança para organizar a colônia, medir as terras, dividir lotes e vende-los, principalmente aos Europeus que viriam da Itália, Alemanha, Polônia, Letônia, e também a brasileiros que estavam no litoral, além dos portugueses, ingleses e franceses (SOUZA, 2013). Apesar de o processo de colonização ter iniciado em 1882, as terras já eram ocupadas pelos indígenas.

Souza (2013) destaca algumas das culturas que mais se adaptaram ao solo e ao clima na época da colonização: milho, feijão, cana-de-açúcar, mandioca, batata doce, batata inglesa, arroz e trigo, além de verduras e legumes. Os colonos também organizaram pequenas pastagens para criação de animais, como o gado, utilizado principalmente para o trabalho na lavoura, mas também para produzir carnes, leite e seus derivados; galinhas, para produção de ovos e carnes; porcos, também para produção de carnes e gorduras; cavalos para serem utilizados no transporte, além de marrecos, gansos, dentre outros.

No início da colonização, a produção era feita apenas para consumo próprio, pois os produtos não eram produzidos em grande quantidade, assim não haviam sobras (SOUZA, 2013). Ainda de acordo com Souza (2013), os colonos não conseguiam pagar suas dívidas, quando da compra das terras, então negociavam seu trabalho, na abertura de estradas, além de entregarem seus animais para abaterem parte de suas dívidas. Assim, a vida dos colonizadores passava a ter um

significado ruim, pois não conseguiam progredir e melhorar suas condições de vida, o que os levava a migrar inclusive para outras regiões, maiores que Orleans.

Mais tarde, pela lei estadual nº 981, de 30 de agosto de 1913, foi criado o município de Orleans, instalado em 20 de outubro do mesmo ano (IBGE, 2017). Pelo Decreto Lei Estadual nº 941, de 31 de dezembro de 1943, a grafia do nome do município foi alterada de Orleans para Orleães, mais tarde, em 1970, voltou a grafia original de Orleans, a pedido do Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança, quando visitou o município (IBGE, 2017).

De acordo com dados do IBGE (2015) Orleans possui área territorial 548,792 km². Está localizado na região Sul do Estado de Santa Catarina, a 185 km de distância da capital do Estado, Florianópolis e tem como municípios limítrofes: Lauro Muller, São Ludgero, Urussanga, Pedras Grandes e Grão Pará. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, 2018).

Figura 1 – Localização geográfica de Santa Catarina e Orleans - Brasil



Fonte: Cataneo cópias e impressões (adaptado).

De acordo com o Censo demográfico (2010) o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do município de Orleans é de 0,755, enquanto que o IDH de Santa Catarina é de 0,774. Já no Brasil, o IDH

foi de 0,699, no mesmo ano (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2010).

Pelo Censo demográfico (2010) sua população é de 21.393 habitantes. Na tabela a seguir, é possível uma análise acerca da população do município de acordo com os Censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Tabela 1 - População Total – Município de Orleans (1970-2010)

Ano	População (habitantes)
1970	15.773
1980	16.382
1991	20.041
2000	20.031
2010	21.393

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

Na tabela 2, verifica-se a baixa na população rural, num comparativo com os anos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, com conseqüente aumento da população urbana.

Tabela 2 - População Urbana e Rural – Município de Orleans (1970-2010)

Ano	Urbana	Rural
1970	4.442	11.331
1980	6.153	10.229
1991	8.915	11.126
2000	12.813	7.218
2010	16.084	5.309

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

A população rural do município, em 2010, é menos que a metade da população urbana. No que se refere à população urbana e rural, aliada a diferenciação entre homens e mulheres, constata-se pela tabela 3, que o número de homens é sempre menor que o de mulheres. Já no rural, verifica-se o contrário, o número de homens é maior que o de mulheres.

Anjos et al. (2014) destacam que a masculinização no setor agropecuário se deve a fatores de natureza cultural, religiosa e política. Os autores destacam que, no Sul do Brasil, esse fenômeno decorre de uma precarização estrutural das pequenas localidades. Nesse sentido, a saída das mulheres do meio rural é uma tentativa de ampliar seus horizontes de possibilidades, rompendo com um sistema cultural em que está envolvido a agricultura, onde exercem papéis que não são reconhecidos pelos homens e pela sociedade em geral (ANJOS et al., 2014). “Por mais extenuantes que sejam as jornadas de trabalho, as mulheres ‘sempre ajudam’ os homens e raramente são vistas como protagonistas destes processos” (ANJOS et al., 2014, p. 106).

Os autores destacam que esse desequilíbrio é algo preocupante, principalmente, quando esse êxodo rural é claramente jovem e feminino, conforme dados dos últimos vinte anos. Isso não pode ser visto como uma fatalidade, sobretudo, é preciso conhecer e entender os fatores que levam a essas transformações demográficas, assim como os fatores que orientam as escolhas dos indivíduos que migram e aqueles que decidem ficar (ANJOS et al., 2014).

Tabela 3 - População Urbana x Rural; Homens x Mulheres – Município de Orleans (1970-2010)

Ano	Urbano		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1970	2.106	2.336	5.798	5.533
1980	3.046	3.107	5.247	4.982
1991	4.354	4.561	5.825	5.301
2000	6.315	6.498	3.773	3.445
2010	7.880	8.204	2.754	2.555

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

A tabela a seguir, apresenta um panorama acerca da distribuição de trabalhadores, por sexo, do município de Orleans, nos principais setores que compõem a economia do município (Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária), a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS de 2015.

Tabela 4 – Trabalhadores por sexo e grandes setores da economia (2015)

Setores	Sexo do Trabalhador		Total
	Masculino	Feminino	
Indústria	1.951	1.109	3.060
Construção Civil	262	25	287
Comércio	751	683	1.434
Serviços	1.130	1.333	2.463
Agropecuária	51	22	73
Total	4.145	3.172	7.317

Fonte: RAIS (MTE, 2015).

De acordo com os dados apresentados, a maior concentração de trabalhadores/as está no setor da Indústria e em seguida, no setor de Serviços. Com relação à distribuição por sexo, observa-se que os homens concentram-se no setor da Indústria, com 1.951 trabalhadores empregados e as mulheres, no setor de Serviços, com 1.333 trabalhadoras empregadas.

De acordo com IBGE (2015), o número de matrículas e escolas no município está composto por: 540 matrículas no Ensino pré-escolar e 19 escolas; 2732 matrículas no Ensino Fundamental e 17 escolas; 539 matrículas no Ensino Médio e 4 escolas. Além disso, o município possui um Centro Universitário, o qual dispõe de 2.197 matrículas no Ensino Superior (INEP, 2016).

Com relação à produção agrícola municipal, no que compreende a lavoura permanente, foram produzidas 630 toneladas de laranja, 505 toneladas de banana e 173 toneladas de uva (IBGE, 2015). Já no que se refere à lavoura temporária, os produtos com produção mais significativa são: a cana-de-açúcar, o fumo e o milho (IBGE, 2015). Numa análise da produção desses produtos nos anos de 2013, 2014 e 2015 verifica-se o seguinte panorama:

Tabela 5 - Produção Agrícola Municipal (2013-2015)

	Ano	Área colhida (ha)	Produção (t)
Fumo	2013	2.295	5.196
	2014	2.295	5.187
	2015	2.275	5.142
Milho	2013	1.030	5.639
	2014	900	5.580
	2015	1000	5.514
Cana-de-açúcar	2013	200	8.800
	2014	200	8.800
	2015	200	8.800

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (2013; 2014; 2015).

A produção de fumo, nos aspectos de área colhida (ha) e produção (t) teve uma baixa em 2015 em relação aos outros anos. Da mesma forma, a produção de milho decaiu no decorrer dos três anos demonstrados pela tabela. A produção de cana-de-açúcar manteve-se, durante os três anos apresentados pela tabela, com mesma quantidade produzida (t) e a mesma área colhida (ha).

Sobre a cultura de fumo foi de suma importância para o desenvolvimento do município de Orleans. Segundo Souza (2013), em 1956, a Companhia Souza Cruz¹⁰ iniciou sua atuação na região, visitando propriedades, oferecendo incentivos para que os produtores se tornassem agregados de sua empresa, produzindo o fumo de estufa. Inicialmente, os produtores apresentaram resistência em aderir a esta cultura, devido aos mitos em relação ao cultivo do fumo como, por exemplo: onde se cultiva o fumo, a terra não produz mais nenhum tipo de lavoura, a terra ficaria danificada, além disso, era preciso utilizar o adubo químico na terra, e isto, era considerado puro veneno, nem “samambaia” cresceria mais (SOUZA, 2013).

Assim, os anos 1970 marcaram o início da atividade de produção de fumo em Orleans, onde os produtores iniciavam a produção de um

¹⁰ A Companhia Souza Cruz foi fundada em 25 de abril de 1903 pelo jovem imigrante português, Albino Souza Cruz, que colocou em funcionamento a primeira máquina do Brasil a produzir cigarros já enrolados em papel (SOUZA CRUZ, 2018).

produto economicamente viável e mais rentável, melhorando o padrão de vida (SOUZA, 2013). Ainda de acordo com o autor, os anos 1980 foram o grande momento econômico do fumo em Orleans, com mais de duas mil estufas produzindo, o comércio local alcançou bons padrões de venda, contribuindo para o crescimento econômico do município.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, referente ao pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, tem-se um total de 4.570 pessoas, sendo que destas, 4.049 ocupam estabelecimentos agropecuários, caracterizados como de agricultura familiar. Nesse sentido, verifica-se a predominância da agricultura familiar no município de Orleans, a qual tem sido fortalecida por uma atividade, que vem ganhando destaque no país, mais especialmente na região sul e no estado de Santa Catarina. Trata-se da atividade leiteira, com a comercialização do leite in natura.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR E ATIVIDADE LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE ORLEANS

Na sequência, são apresentados alguns dados que demonstram a relevância da atividade leiteira para o país, para o Estado de Santa Catarina e para Orleans.

Na tabela 06, pode-se observar a produção de leite no período de 2010 a 2016, nos três Estados que compõem a região Sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, num comparativo com a produção total do Brasil.

Tabela 6 - Produção de Leite (mil litros) no Brasil e nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (2010-2016)

Ano	Brasil	Paraná	Rio Grande do Sul	Santa Catarina
2010	30.715.460	3.595.775	3.633.834	2.381.130
2011	32.096.214	3.815.582	3.879.455	2.531.159
2012	32.304.421	3.968.506	4.049.487	2.717.651
2013	34.255.236	4.347.493	4.508.518	2.918.320
2014	35.124.360	4.540.714	4.687.489	2.983.250
2015	34.609.588	4.659.559	4.599.925	3.059.903
2016	33.624.653	4.730.195	4.613.780	3.113.769

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal.

O Estado do Paraná é o maior produtor em relação aos demais Estados, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no ano de 2016. Sua produção no referido ano foi de 4.730.195 (mil litros), enquanto que no Rio Grande do Sul, a produção foi de 4.613.780 (mil litros) e Santa Catarina, 3.113.769 (mil litros). Uma produção de 1.732,841 (mil litros) a mais em relação aos demais Estados do Sul do país.

Observa-se, no decorrer dos anos, um constante crescimento da produção de leite em Santa Catarina que, em 2010, produziu 2.381.130 (mil litros) e, em 2016, aumentou para 3.113.769 (mil litros). Em contrapartida, quando comparada a produção total de leite no Brasil, observa-se um decréscimo no ano de 2014 (35.124.36 - mil litros) em relação aos anos de 2015 (34.609.588 – mil litros) e 2016 (33.624.653 – mil litros).

Na sequência, na tabela 07, são apresentados os dados da produção de leite referentes às Mesorregiões Geográficas de Santa Catarina.

Tabela 7 - Produção de Leite (mil litros) nas Mesorregiões de Santa Catarina (2010-2016)

Ano	Oeste	Norte	Serrana	Vale do Itajaí	Grande Fpolis	Sul
2010	1.742.254	81.625	124.819	217.259	51.637	163.537
2011	1.846.717	82.317	150.934	222.875	54.647	173.670
2012	2.007.684	83.860	150.460	236.450	58.557	180.640
2013	2.146.941	111.611	81.503	253.898	67.001	257.366
2014	2.232.243	116.679	90.237	260.917	73.428	209.747
2015	2.299.451	117.816	90.924	267.619	72.889	211.204
2016	2.367.477	107.990	86.486	262.463	72.165	217.188

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010-2016).

O Sul Catarinense está em terceiro lugar com relação à produção leiteira nas mesorregiões geográficas de Santa Catarina, no ano de 2016. Sua produção no referido ano foi de 217.188 (mil litros), enquanto que as regiões do Oeste Catarinense e Vale do Itajaí, estão em primeiro e segundo lugar, respectivamente, com uma produção de 2.367.477 (mil litros) no Oeste, e 262.463 (mil litros) no Vale do Itajaí.

No Sul de Santa Catarina, observa-se um crescimento significativo da produção leiteira do ano de 2012 para 2013, de um total

de 180.640 (mil litros) para 257.366 mil litros, auge da produção, em relação aos anos apresentados.

A tabela 08 apresenta dados referentes à produção de leite na região da Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC, com destaque para alguns dos municípios pertencentes à mesma.

Tabela 8 - Produção de Leite (mil litros) AMREC (2010-2016) (municípios selecionados).

Ano	Orleans	Lauro Muller	Urussanga	Nova Veneza
2010	7.928	3.814	2.698	5.090
2011	9.125	3.836	2.711	5.000
2012	9.185	3.955	2.641	5.000
2013	10.950	5.055	2.811	13.266
2014	12.359	5.878	3.016	5.477
2015	14.653	6.575	5.694	4.929
2016	15.330	6.800	5.840	4.600

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010-2016).

A partir dos dados apresentados, percebe-se que Orleans desponta como o município com maior produção, ao longo dos anos, em relação aos demais municípios apresentados, sendo que a produção mais que dobrou de 2010 para 2016, onde foram produzidos 7.928 (mil litros) e 15.330 (mil litros), respectivamente. Além disso, é evidente o crescimento constante da produção de leite no município, ao longo dos anos.

Em 2016, foram produzidos, em Orleans, 15.330 (mil litros), em Lauro Muller, 6.800 (mil litros), Urussanga, 5.840 (mil litros) e Nova Veneza, 4.600 (mil litros). Sendo que, em 2010, foram produzidos 7.928 (mil litros) e, em 2016, 15.330 (mil litros).

A tabela 09 apresenta um comparativo da produção de leite do município de Orleans (AMREC) em relação a alguns dos principais municípios da AMUREL.

Tabela 9 - Produção de Leite (mil litros) AMREC e AMUREL (2010-2016) (municípios selecionados).

Ano	Braço do Norte	Rio Fortuna	Grão Pará	Orleans
2010	33.575	21.658	12.103	7.928
2011	34.675	24.375	14.835	9.125
2012	37.340	30.162	19.151	9.185
2013	40.200	32.492	21.328	10.950
2014	42.185	34.177	22.547	12.359
2015	43.800	33.550	22.695	14.653
2016	46.275	34.020	22.838	15.330

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2010-2016).

O município de Orleans aparece em quarto lugar na produção de leite, em relação aos três principais municípios da região da AMUREL: Braço do Norte produziu em 2016 46.275 (mil litros); Rio Fortuna 34.020 (mil litros); Grão Pará, 22.838 (mil litros) e Orleans, 15.330 (mil litros).

Todos os municípios apresentaram constante crescimento na produção de leite no decorrer dos anos, com exceção de Rio Fortuna, que teve um decréscimo no ano de 2014 em comparação com o ano de 2015, foram produzidos 34.177 (mil litros) e 33.550 (mil litros) respectivamente.

Na breve análise sobre os dados apresentados quanto à produção leiteira, percebe-se um crescimento importante da mesma, o que suscita reflexões quanto à valorização desta atividade na região Sul do País, especialmente no município de Orleans, lócus dessa pesquisa, uma vez que é impulsionada, principalmente, por estabelecimentos agropecuários caracterizados como de agricultura familiar.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, Orleans possui 643 estabelecimentos agropecuários e destes, 609 são caracterizados como de agricultura familiar. Do mesmo modo, a atividade leiteira no município é impulsionada principalmente por estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, pois do total da produção de leite de vaca, em Orleans, 91,8% era proveniente de estabelecimentos agropecuários desta natureza (IBGE, 2006).

Nesse sentido, o desenvolvimento da agricultura familiar em Orleans perpassa pela necessidade de investimentos nesse setor,

especialmente, no que tange a atividade leiteira. Pois como já mencionado, as mudanças no cenário da agricultura na região, em especial no município pesquisado, evidenciam a representatividade dessa atividade.

4 A ATIVIDADE LEITEIRA COMO POSSIBILIDADE DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ORLEANS/SC E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

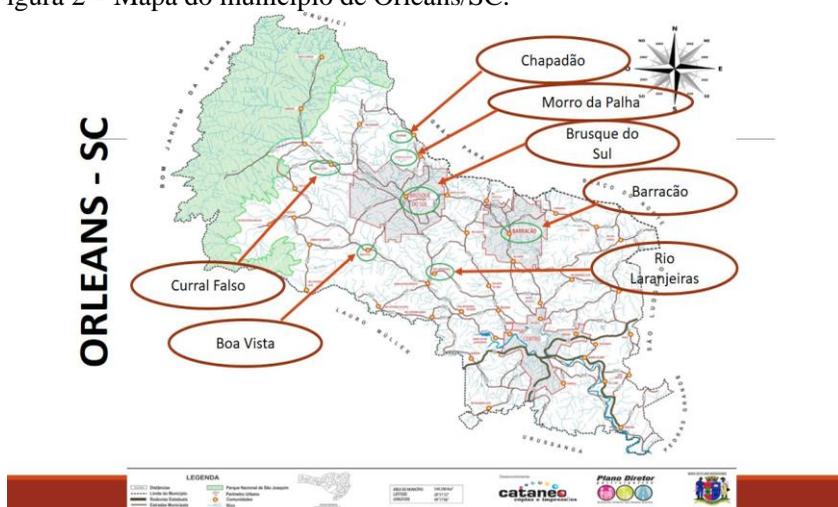
No capítulo anterior, fez-se a apresentação do município onde foi realizada a pesquisa, a partir de dados estatísticos que evidenciam a realidade do lugar, desde os dados demográficos até os dados socioeconômicos que caracterizam o município. Neste capítulo, em diálogo com os capítulos precedentes e a partir das entrevistas realizadas, discorre-se sobre a temática da atividade leiteira como possibilidade de reprodução da agricultura familiar de Orleans/SC e a participação das mulheres.

4.1 APRESENTAÇÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS

Conforme descrito nos procedimentos metodológicos, foram entrevistadas 10 mulheres, residentes em comunidades rurais do município de Orleans – Santa Catarina: Morro da Palha, Curral Falso, Rio Laranjeiras, Brusque do Sul, Chapadão, Boa Vista e Barracão. A escolha por essas comunidades se deu pela presença significativa da produção leiteira, além da proximidade e familiaridade da entrevistadora à esses locais, por ser sua região de origem.

A seguir, é possível identificar a localização das comunidades pesquisadas, no mapa do município e Orleans.

Figura 2 – Mapa do município de Orleans/SC.



Fonte: Cataneo cópias e impressões (adaptado).

O quadro a seguir apresenta uma breve caracterização das entrevistadas.

Quadro 1 - Apresentação geral das mulheres entrevistadas

Entrevistadas	Comunidade	Idade	Estado civil	Naturalidade	Composição familiar
E1	Morro da Palha	38	Casada	Orleans	4* (marido e duas filhas – 17 e 18)
E2	Curral Falso	34	Viúva	Orleans	4* (pai, mãe, filha-14)
E3	Rio Laranjeiras	28	União estável	Orleans	2 (marido)
E4	Brusque do Sul	42	Casada	Orleans	4* (marido e filha (16), filho (24))
E5	Chapadão	47	Casada	Orleans	5* (marido, sogro e a sogra e a filha)
E6	Rio Laranjeiras	38	Casada	Grão Pará	4* (marido e um casal de filhos)
E7	Morro da Palha	47	Casada	Orleans	3* (marido e filho - 17)
E8	Boa Vista	38	Casada	Orleans	4* (marido e dois filhos, 2 e 6 anos)
E9	Morro da Palha	51	Casada	Orleans	4* (marido e um casal de filhos)
E10	Barracão	41	Casada	Orleans	3* (marido e uma filha - 19)

Fonte: Dados da pesquisa. Entrevistas realizadas com as mulheres (2017).

*Está incluso a entrevistada.

As entrevistadas têm idade entre 28 e 51 anos, evidenciando o quão jovens são essas mulheres. Das 10 entrevistadas, 09 são casadas e 01 é viúva. As famílias são compostas de 2 a 5 integrantes, sendo que 9 das entrevistadas tem filhos(as), e 4 delas tem filhos(as) solteiros(as) que residem no perímetro urbano do município de Orleans, pois foram cursar o Ensino Superior, e lá estão trabalhando, mas os(as) consideram como integrantes do grupo familiar, conforme relata a E4: “a gente tem

três na casa, mas a gente considera quatro, porque tem o (nome do filho) fora né, mas ele no caso não depende mais da gente, já se vira”. E para a E6: “a minha família hoje, somos em quatro, nós, o casal, e dois filhos né”. Quando questionada se os filhos trabalham na propriedade, a E6 diz:

só o rapaz. Ela faz três anos que trabalha em Orleans [...] ela já terminou a faculdade de Ciências Contábeis, ela terminou agora, em maio [...] mas ela continua trabalhando lá, por causa do estudo, que era meio longe pra ela voltar, ela começou a trabalhar e agora terminou o estudo e continuou lá.

As famílias, na sua maioria, são formadas pelo casal e pelos filhos. E em alguns casos, além de residirem o casal e os filhos, residem também o casal de avós. Além disso, são famílias pequenas, o que evidencia uma questão que será central no desenvolver da análise deste trabalho, que se refere a pouca mão-de-obra para dar seguimento às atividades na unidade de produção familiar.

Das entrevistadas, 09 são naturais do município de Orleans, residindo ainda no município, mesmo após o casamento. Duas das entrevistadas ainda residem na comunidade de origem, mesmo após o seu casamento. A seguir, será apresentada a caracterização da propriedade das entrevistadas.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO

Com relação à propriedade, todas as entrevistadas residem em casas e terrenos próprios. As propriedades se caracterizam como de agricultura familiar, pois sua dimensão está entre 13,8 a 40 hectares, atendendo ao que estabelece a Lei da Agricultura Familiar (11.326, de 24 de julho de 2006), em seu Art. 3º, inciso I “não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais”. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra (2017)¹¹, 4 módulos fiscais, no município de Orleans, Santa Catarina, corresponde à dimensão de 56 hectares.

¹¹ <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>

Das 10 entrevistadas, oito residem há mais de 20 anos na propriedade; oito delas, casaram-se entre 16 e 22 anos de idade.

As propriedades no geral são compostas por 1 casa, 1 chiqueiro, 1 galinheiro, galpões, paióis, açudes, estufas elétricas, garagem para trator e implementos agrícolas. Além disso, tem 1 ou 2 tratores, acompanhados de implementos agrícolas como: carreta, ensiladeira, subsolador, grade, rotativa, pulverizador, bateadeira de grãos, espalhador de esterco, dentre outros implementos úteis à realização das atividades desenvolvidas nas propriedades. Todas as famílias têm carro e moto ou apenas carro.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO

Uma das características presentes nas unidades familiares pesquisadas diz respeito à variedade de atividades agropecuárias desenvolvidas de forma concomitante nas unidades familiares. As principais atividades são assim consideradas por gerarem renda para a manutenção da unidade familiar, ou seja, são comercializadas. As demais são consideradas secundárias, pois a produção resultante não, é comercializada, porém fundamental para subsistência da unidade familiar, como por exemplo, os alimentos oriundos dos quintais.

Com relação aos alimentos produzidos na propriedade, as entrevistadas informaram que têm quintal, no entanto, em alguns períodos do ano, devido à diversidade de atividades desenvolvidas, falta tempo para cuidá-lo. No quintal, produzem as verduras, legumes, temperos verdes, moranga, aipim, chás, frutas, para a subsistência. Além disso, informaram que as carnes bovina e suína, também, são produzidas na propriedade, juntamente com o leite e ovos. Apenas duas das entrevistadas relataram que não podem ter criação de galinhas, devido à proximidade de suas propriedades com os aviários do sistema integrado.

Sendo assim, as entrevistadas, com propriedade próxima de aviários do sistema integrado¹², relataram não poder ter criação de galinhas, pois essa atividade é considerada prejudicial aos aviários, uma vez que as galinhas criadas ao ar livre poderiam transmitir doenças às aves dos aviários. Esse modo de produção integrado interfere no modo de vida dessas famílias, na medida em que são impedidas de terem o 'galinheiro' e criarem suas galinhas, as quais vão produzir, além dos ovos, a carne, alimentos de subsistência para as famílias.

¹² A temática do sistema integrado será tratada posteriormente, ainda nesse item.

Importante destacar que essa regra é acatada pelas famílias vizinhas às propriedades com aviários e que, em algumas situações, conforme destacado pelas entrevistadas, ganham algumas bandejas de ovos dos produtores integrados, como forma de agradecimento e recompensa pelo apoio prestado.

O quadro abaixo demonstra certa diversidade de atividades realizadas e, de forma específica, há quanto tempo a atividade leiteira, assim como a comercialização da respectiva produção, começou a ser desenvolvida na unidade familiar. Além disso, o quadro evidencia as demais possibilidades de renda da família, como, por exemplo, a aposentadoria.

Quadro 2 - Caracterização geral das atividades desenvolvidas na unidade familiar

Entrevistadas	Atividades	Observações
E1	Fumo; Leite.	7 ou 8 anos na atividade leiteira.
E2	Fumo; Leite.	4 anos e meio na atividade leiteira; Pai aposentado; entrevistada recebe pensão por morte.
E3	Fumo; Leite.	3 anos na atividade leiteira
E4	Fumo; Leite.	9 anos na atividade leiteira
E5	Leite;	13 anos na atividade leiteira. Os sogros são aposentados.
E6	Leite; Feira.	17 anos na atividade leiteira. Antes disso, plantavam fumo. O marido recebe auxílio doença e pensão por morte da primeira esposa.
E7	Leite; Prestação de serviços com trator.	16 anos na atividade leiteira. Antes disso, plantavam fumo.
E8	Fumo; Leite.	8 anos na atividade leiteira.
E9	Aviário; Leite.	15 ou 16 anos na atividade leiteira. Já plantaram fumo também.
E10	Fumo; Leite; Milho.	8 anos na atividade leiteira.

Fonte: Dados da pesquisa. Entrevistas realizadas com as mulheres (2017).

Diante desse quadro, observa-se ainda certa predominância da produção de fumo em seis das dez unidades familiares pesquisadas.

Sendo que três das entrevistadas informaram ter deixado de produzir o fumo, pelas dificuldades pertinentes a essa lavoura: intoxicação, falta de mão-de-obra e baixa valorização do produto no momento da venda às empresas. As demais, que ainda produzem fumo, sinalizam a intenção de suspender a produção, pelos mesmos motivos citados anteriormente.

A decisão de iniciar a atividade leiteira, segundo as entrevistadas, aconteceu por influência de quem já estava na atividade ou pela possibilidade de obter uma renda mensal, principalmente, pela possibilidade de trabalhar com algo considerado menos “sofrido” do que a produção do fumo.

De acordo com Riquinho e Hennington (2014), o adoecimento relacionado à produção de fumo no Brasil ainda é pouco documentado. No entanto, os autores destacam que as principais formas de adoecimento, de acordo com estudos internacionais, é a doença da folha verde, doenças respiratórias, intoxicação por agrotóxicos e acidente de trabalho. Conforme ressaltam os autores, o cultivo do tabaco demanda trabalho árduo e constante contato com agrotóxicos, o que acarreta inúmeros problemas para a saúde.

Desde o semear as sementes do fumo até a sua colheita e preparação para a venda às empresas integradas, esse modo de produção demanda muito trabalho e contato com agrotóxicos.

Souza (2013) destaca que, em Orleans, com o processo de colonização, a possibilidade de vida era a produção de culturas de subsistência, plantando de tudo um pouco e, somente, as sobras eram vendidas em armazéns de secos e molhados. Segundo Souza (2013), produzir em grande escala para comercializar não era uma alternativa viável, por isso, o início da cultura do fumo trouxe modificações importantes para o município. A possibilidade de recuperar a fertilidade dos solos, com a utilização dos adubos químicos, foi o grande aliado do fumo, pois assim, poderia-se continuar a produzir outras culturas, como os alimentos (mandioca, milho, dentre outros) (SILVA, 2003).

Neste aspecto, é de extrema relevância situar acerca do sistema integrado de produção, que se aplica tanto ao cultivo do fumo quanto às agroindústrias de alimentos, como os aviários, ambas atividades agropecuárias desenvolvidas na região pesquisada. A legislação que vigora a respeito do sistema integrado, é de 2016, ou seja, bem recente ainda.

A Lei nº 13.288 de 16 de maio de 2016 trata dos contratos de integração vertical e estabelece as obrigações e responsabilidades para os produtores integrados e integradores e em seu Art. 2º dispõe acerca da caracterização dos envolvidos:

- I - integração vertical ou integração: relação contratual entre produtores integrados e integradores que visa a planejar e a realizar a produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final, com responsabilidades e obrigações recíprocas estabelecidas em contratos de integração;
- II - produtor integrado ou integrado: produtor agrossilvipastoril, pessoa física ou jurídica, que, individualmente ou de forma associativa, com ou sem a cooperação laboral de empregados, se vincula ao integrador por meio de contrato de integração vertical, recebendo bens ou serviços para a produção e para o fornecimento de matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final;
- III - integrador: pessoa física ou jurídica que se vincula ao produtor integrado por meio de contrato de integração vertical, fornecendo bens, insumos e serviços e recebendo matéria-prima, bens intermediários ou bens de consumo final utilizados no processo industrial ou comercial;
- IV - contrato de integração vertical ou contrato de integração: contrato, firmado entre o produtor integrado e o integrador, que estabelece a sua finalidade, as respectivas atribuições no processo produtivo, os compromissos financeiros, os deveres sociais, os requisitos sanitários, as responsabilidades ambientais, entre outros que regulem o relacionamento entre os sujeitos do contrato;
- V - atividades agrossilvipastoris: atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, pesca ou extrativismo vegetal (BRASIL, 2016).

De acordo com Silva (2003), a região sul catarinense foi pioneira na adoção da fumicultura pelo sistema de integração, através da empresa Souza Cruz, subsidiária da multinacional British American Tobacco (BAT). O sistema integrado chegou, substituindo lavouras que na época, tinham preços instáveis (SILVA, 2003). De acordo com a autora, a empresa fornecia empréstimos para construção de estufas e compra de

insumos para a produção de fumo, inclusive contratando filhos de agricultores para trabalharem como instrutores, os quais tinham a função de prestar assistência técnica aos produtores e controlar o andamento da lavoura, mantendo a empresa informada.

De acordo com Souza (2013), as plantações de fumo no município de Orleans, iniciaram nos anos de 1970, por iniciativa da Companhia Souza Cruz, inserindo na região o sistema integrado de produção. Esta empresa, já na década de 60, iniciou os trabalhos de conscientização desta cultura em Orleans, por intermédio do Senhor José Vicentini, o qual visitou toda a região de Orleans, buscando interessados e oferecendo incentivos para que os produtores integrassem à empresa e assim iniciassem a plantação do fumo (SOUZA, 2013). Segundo Souza (2013) os agricultores mostram-se animados diante da nova alternativa de produção, pois era viável e poderia melhorar o padrão de vida de todos.

As vantagens de aderir à cultura do fumo se refere à questão financeira, uma vez que toda a produção é vendida ao final da safra, quando o preço é mais estável; a venda é garantida e o ciclo do cultivo é curto, possibilitando ao agricultor o plantio de outras culturas, uma vez que o solo contém todos os fertilizantes e a quantidade de terra é escassa (SILVA, 2003).

No caso das agroindústrias de alimentos, como os aviários, Nogueira e Jesus (2013) destacam que as indústrias fornecem os pintinhos que tem padrão genético definido, raça, medicação e assistência técnica especializada e os produtores integrados são os responsáveis pelo cuidado das aves.

De acordo com Stropasolas (2006, p. 89)

O contrato de integração da produção, estabelecido, de maneira geral, nas últimas décadas do século XX entre as famílias de agricultores e as agroindústrias de alimentos, foi (e é) construído a partir de um conjunto de relações culturais e econômicas entre duas visões de mundo, a do(a) agricultor(a) e o a indústria [...].

Por intermédio desse sistema, as indústrias não geram os espaços de criação e de produção da matéria-prima, necessária para manutenção do negócio, no entanto, tem o monopólio de exploração e de controle sobre os produtores e suas famílias (NOGUEIRA; JESUS, 2013). Sob

este aspecto, Stropasolas (2006) ressalta que esta relação entre o(a) agricultor(a) e a indústria gera conflitos, pois os resultados geralmente tendem a favorecer um lado apenas, particularmente aquele que detém de forma hegemônica as representações e instrumentos que definem os ganhos de mercado.

O sistema de integração se define como uma “parceria”, conforme apontam Nogueira e Jesus (2013), que acaba sendo organizado pela própria agroindústria, iniciado por um acordo entre as partes, trabalhadores(as) rurais e suas famílias em relação a empresa, sendo que estes trabalhadores terão garantida a venda do produto em questão, mas ficam condicionados a seguirem rigorosamente as orientações técnicas quanto a criação/produção do mesmo. De acordo com os autores, há neste aspecto uma precarização do trabalho, uma vez que a única vantagem percebida pelos trabalhadores rurais, é a garantia de venda do produto, pois as condições de trabalho são exaustivas, exigindo dedicação vinte e quatro horas por dia, durante sete dias por semana, além dos compromissos assumidos com financiamentos para melhorias nos aviários. Por outro lado,

[...] o sistema de integração resulta em uma relação extremamente vantajosa para a empresa, tendo em vista que o contrato de parceria é com um só avicultor, mas, de fato, são vários trabalhadores(as), de certa forma “gratuitos”, à sua disposição [...] (NOGUEIRA; JESUS, 2013, p. 130).

O que se constata é de fato uma precarização do trabalho, pois a empresa faz suas exigências, rigorosas para manutenção da produtividade e eficiência, mas exime-se de qualquer obrigação trabalhista para com os trabalhadores(as) integrados(as). A própria legislação que rege a respeito do sistema integrado, em seu parágrafo 3º diz:

A integração, relação civil definida nos termos desta Lei, não configura prestação de serviço ou relação de emprego entre integrador e integrado, seus prepostos ou empregados (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, como mostram os números, a produção do fumo permaneceu como alternativa importante na geração de renda para a agricultura familiar no município do Orleans. A tabela 10 apresenta

um comparativo, de alguns dos municípios da Região da AMREC, em relação ao número de estabelecimentos agropecuários que cultivam fumo, conforme dados do Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 10 – Estabelecimentos Agropecuários com cultivo de fumo na Região AMREC (municípios selecionados).

Município	Nº de estabelecimentos agropecuários
Içara	761
Orleans	554
Urussanga	182
Criciúma	136

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

Conforme dados apresentados, percebe-se que Orleans ocupava, em 2006, o segundo lugar com relação ao número de estabelecimentos agropecuários que cultivam fumo, com um total de 554 estabelecimentos, ficando atrás apenas do município de Içara, que dispõe de um total de 761 estabelecimentos.

No entanto, conforme apontado pelos dados do IBGE (2015), os números referentes à área colhida desta cultura no município de Orleans vêm diminuindo. A área colhida referente à produção de fumo, em 2010, era de 2.500 hectares, sendo que, em 2015, foi reduzida para 2.275 hectares. Com relação à produção, observa-se que, em 2010, foram produzidas 3.940 toneladas e, em 2011, esse número subiu para 5.940 toneladas. Entretanto, a partir de 2012, a produção reduziu para 5.049 toneladas, sendo que, em 2015, foram produzidas 5.142 toneladas.

Essa redução é reflexo de alguns fatores; por exemplo, Silva (2003) destaca que a situação dos agricultores nunca é estável, pois num ano a safra pode ser boa, o preço também, no entanto, no próximo ano, tudo pode mudar, a produção aumenta e, conseqüentemente, a classificação quanto à qualidade do produto, pelas empresas fumageiras, torna-se mais rigorosa, baixando a rentabilidade do produtor.

Os modos e as relações dos agricultores(as) são constantemente influenciados por questões que estão além da sua propriedade. Como visto anteriormente, o sistema integrado influencia e modifica consideravelmente as relações na unidade familiar. Os agricultores(as) ficam refém de um sistema que faz promessas de garantias, mas que interfere diretamente nos seus modos de ser, fazer e produzir.

Sobre esse aspecto, vale destacar que a existência de aviários na própria propriedade ou nas propriedades vizinhas das mulheres que foram entrevistadas, interfere consideravelmente nas suas vidas. Por exemplo, a produção de ovos de galinha caipira, prática comum nas famílias das unidades de agricultura familiar, fica impedida diante da existência de aviários próximos. Conforme revela a entrevistada E4: “[...] galinha eu não tenho por causa das granjas ali, a lei é que vizinho não pode ter galinha porque diz que traz vírus, um monte de coisa. [...] daí eu compro ovo [...]”. E a entrevistada E5, “[...] uma vez a gente até tinha umas galinhas da colônia né, mas daí a gente resolveu acabar, porque transmite a doença pros aviários né [...]”.

Outro aspecto relevante, revelado pela E8 diz respeito às mudanças que incidiram sobre toda a família, em decorrência de problemas de saúde, em virtude do aviário, existente na sua propriedade. A unidade familiar atualmente dispõe de empregados no aviário, pois a família não pode trabalhar no aviário por orientação médica, devido processo alérgico desenvolvido por todos em relação à atividade.

E8: [...] porque tanto eu, meu esposo e meu filho somos alérgicos, daí tivemos que colocar uma família trabalhar lá e a gente se deslocar de lá, fazer (outra) moradia (distante do aviário), tudo esses gastos [...] por orientação médica[...] o médico orientou a gente a sair de lá, pra ter uma qualidade de vida melhor.

A possibilidade de encerrar as atividades do aviário em nenhum momento foi mencionada ou cogitada pela entrevistada, talvez em decorrência dos investimentos realizados para a manutenção do mesmo e pela renda obtida mensalmente.

4.4 A “ESCOLHA” PELA ATIVIDADE LEITEIRA COMERCIAL: CONTINUIDADES, RUPTURAS E O PROTAGONISMO FEMININO

Dando sequência a análise, é possível, a partir dos relatos das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, constatar as mudanças pelas quais elas próprias lutam, em prol da manutenção da sua unidade familiar, a começar pelo que produzem ou pelo que são capazes de produzir. Percebeu-se a tendência em buscarem outras atividades que eventualmente possam substituir a produção do fumo, ou serem

conciliadas com outras atividades já existentes. Com isso, a atividade leiteira, enquanto atividade produtiva é uma opção para todas as entrevistadas.

Todas as entrevistadas, com exceção de uma delas, plantam ou já plantaram fumo. Das entrevistadas, três não plantam mais fumo, pois substituíram a atividade pela produção de leite e outras atividades, como a feira. Seis entrevistadas, ainda, conciliam a atividade do fumo, com a produção de leite.

As entrevistadas apontam as desvantagens de seguir com a cultura do fumo, como a escassez de mão-de-obra, além de ser um trabalho sofrido, conforme destaca a E6, ao referir-se a mão-de-obra, “[...] nós plantava trinta mil pés (fumo), trinta e cinco mil pés (fumo) [...] não dava, era pouca gente e como tinha a menina pequena também era difícil né.”

A família é composta pelo casal, mais dois filhos, que na época, eram crianças. Esse fato acabou contribuindo para que abandonassem o cultivo do fumo e iniciassem com a produção de leite. Atualmente, a filha trabalha na cidade, na área de Ciências Contábeis e o filho, trabalha na propriedade. A família está há 17 anos na produção de leite.

A entrevistada E7 também destaca o problema com relação à escassez de mão-de-obra, “[...] é pouca gente pra trabalhar com fumo daí não dá, a filha casou e o filho era pequeno ainda, aí ficou só nós dois.”

Outra questão apontada é com relação aos problemas de saúde causados pelo fumo. A entrevistada E4, que ainda concilia a atividade do fumo com o leite, destaca:

[...] fumo pra mim, se não existisse, eu não gosto, eu odeio, eu sempre digo pra eles, faz uns quinze, dezesseis anos que ele (fumo) começou a me fazer mal, vomitar e... eu disse, vamos achar outra coisa, daí tinha essas vaquinhas, que a gente tirava leite, ia tapeando, fazia o queijinho, vendia um, pros parente e coisa e eu disse vamos começar a tirar pra vender se dá alguma coisa [...].

Para a E6, outra dificuldade em seguir com a cultura do fumo é:

[...] Por causa dos venenos né, ele (marido) não conseguia trabalhar, fazia muito mal... é, aí a gente trocou pra vê se né... e melhorou bastante e daí não trabalhamos mais com venenos, nada né,

nem as frutas que tem agora né [...] o peixe que não vai veneno também e a vaca também né.

A respeito do desgaste no que se refere à saúde dos(as) agricultores(as), Silva (2003) enfatiza que a cultura do fumo resulta sim, num intenso desgaste para a saúde dos agricultores, seja pela intoxicação devido o uso constante de agrotóxicos, que vai desde o canteiro até a colheita; pelas jornadas de trabalhos longas; pela utilização da mão-de-obra de todos, inclusive crianças e idosos durante a colheita e classificação; pelo contato constante e intenso com a lavoura que contém alto índice de agrotóxico. Sendo assim, a intoxicação pode ser aguda em curto prazo lento, ou longo prazo (SILVA, 2003). A intoxicação aguda é resultado do contato direto com o fumo, resultando em tonturas e dor de cabeça (SILVA, 2003). A intoxicação lenta, que se dá a longo prazo, ocorre pela acumulação gradativa de agrotóxicos, em alguns casos, levando à morte, sem que a pessoa perceba o que acontece com o seu corpo (GUIVANT, 1992; EMATER; 1990; BULL e HATHAWAY, 1986 apud SILVA, 2003).

Além disso, a possibilidade de obter uma renda mensal também aparece como atrativo para substituição/conciliação da cultura do fumo, pela atividade leiteira. Conforme destaca a entrevistada E1:

[...] eu sempre pedia que eu queria ter a vaca de leite, porque eu via a vizinhança, às vezes, tirar leite pra vender, tinha a remuneração mensal. [...] e a gente dependia só da renda do fumo no final do ano e, então, eu queria ter um giro mensal. Aí, às vezes, eu até dizia, só pra pagar um rancho (compras do mês) e a energia né que às vezes quinhentos reais resolvia o problema [...].

Diante desses apontamentos, o que se vê é uma realidade que vai se modificando, diante dos impasses, das dificuldades e alternativas que vão acontecendo. A agricultura familiar em Orleans não é mais a mesma da época da colonização, não é a mesma que há 10 anos atrás, não é a mesma que ontem! Os(as) agricultores(as) familiares reinventam-se a cada dia, buscando alternativas para sobrevivência de suas famílias, de suas propriedades, diante das “intempéries” que os(as) colocam em condições desfavoráveis, muitas vezes, comprometendo a sua existência.

Como visto anteriormente sobre a representatividade da atividade em âmbito nacional, regional e local, a atividade leiteira vem tomando espaço e força, uma vez que se apresenta como uma alternativa

interessante, com rentabilidade atrativa aos(as) produtores(as), superando inclusive algumas das desvantagens apontadas pelas entrevistadas desta pesquisa, em relação à produção do fumo.

Em todas as propriedades das entrevistadas, a atividade leiteira já era realizada enquanto atividade para a subsistência da família, ou seja, produzia-se leite e seus derivados apenas para o consumo próprio. No cotidiano familiar, tratava-se de uma atividade exercida pelas mulheres da casa, conforme exposto pelas entrevistadas E2 e E9, respectivamente: “[...] desde sempre minha mãe fazia queijo né, desde que viemos morar aqui [...] a mãe já fazia queijo” e “[...] comecei com aquelas vaquinhas lá, porque já fazia o queijo [...]”.

Com isso, a decisão de iniciar a atividade leiteira enquanto atividade produtiva passou pela iniciativa das mulheres da casa, as quais, como visto, desejavam abandonar a atividade do fumo e/ou perceberam a possibilidade de aumentar a produção do leite, atividade já existente na propriedade, e comercializar.

Foi em 2005 [...] eu gostava muito de, gosto da criação de bezerro e de ordenhar, gosto muito da vaca em si né eu sempre pedia que eu queria ter vaca de leite, porque eu via a vizinhança às vezes tirar leite pra vender, tinha a remuneração mensal (E1).

[...] por eu não gostar do fumo [...] eu disse vamos achar outra coisa, daí tinha essas vaquinhas, que a gente tirava leite [...] vamos começar pra ver se dá alguma coisa [...] mas mais por eu não gostar (do fumo) [...] (E4).

Apesar das narrativas evidenciarem a iniciativa das mulheres no ingresso na atividade leiteira comercial e em promover tal mudança nas suas propriedades, algumas delas não reconhecem esse protagonismo e envolvem o esposo ou demais membros da unidade familiar nessa decisão.

A gente estava trabalhando já com as vaquinha, daí a gente decidiu entre botar uma granja e continuar com o leite. A gente não tinha outro jeito aqui na roça, daí a gente foi perguntando pra um, pra outro, se era bom, se não é, aí ali a gente decidiu ficar com o leite (E5).

A entrevistada E9 relata, “[...] comecei a entregar o leite, dividindo o espaço com a minha vizinha no resfriador dela, que ela tinha grande, aí a gente começou assim [...].”

Assim, tinha seis, sete vacas, o queijo eu não gostava de fazer, então eu tirava o leite e levava pra vó fazer [...] não é que eu não gostava, é que não sobrava o tempo pra fazer em casa né. Aí eu levava pra ela. Mas, tu pensa no sacrifício todo dia levar esses leite lá pra cima e ela dizia, traz que eu faço, que eu gosto de fazer, daí quando eu vi que estava ruim pra ela fazer, com problema nas mãos, nós compramos o freezerzinho e colocamos ali (E10).

Nesse sentido, é evidente o protagonismo dessas mulheres ao buscarem alternativas para manutenção das suas propriedades, de modo a criar estratégias para enfrentaram às dificuldades inerentes ao processo, quando do início de uma nova atividade. Apesar das alternativas existentes para auxiliar nesse processo, como o acesso ao crédito rural, muitas vezes, desconhecem e ficam à mercê das decisões que serão daquele que é culturalmente administrador da unidade de produção, o marido/esposo. As discussões em torno desse aspecto serão abordadas mais adiante.

4.5 O COTIDIANO DA ATIVIDADE LEITEIRA: NOVOS PROCESSOS E DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

No bloco anterior, foi contextualizado acerca das modificações em torno da agricultura familiar no município de Orleans, evidenciando a representatividade da produção leiteira. Além disso, nas unidades familiares apresentadas, constatou-se a participação essencial das mulheres nesse processo de transição, de uma atividade à outra. Agora, chegou-se à questão central que delimitou e norteou esta pesquisa: a divisão sexual do trabalho na atividade leiteira, no contexto da agricultura familiar em Orleans.

As modificações no cenário agropecuário do município refletem mudanças significativas nessas unidades familiares, que contribuem para o desenvolvimento desta região e refletem em melhorias nos

âmbitos, social, político, econômico e cultural, ou sejam, possibilitam o desenvolvimento socioeconômico. Schmidt et al. (2003) destacam a necessidade de se pensar cada vez mais em termos locais e regionais, pensar a construção de territórios. Para os autores, “entenda-se essa construção como a capacidade dos atores econômicos locais de manejar e valorizar ativos específicos às regiões em que habitam.” (SCHMIDT, et al., 2003, p. 290). Sendo assim, o desenvolvimento do território depende da capacidade de ação e reação dos atores locais, a partir das especificidades e características do lugar (SCHMIDT, et al, 2003). Para os autores, todos os territórios possuem potenciais e que podem ser desenvolvidos por meio das riquezas que contribuem para o seu processo de transformação: riquezas humanas, culturais, naturais e materiais.

Ao assumirem a atividade leiteira como atividade produtiva comercial, essas unidades familiares estão reconhecendo potenciais do seu lugar, do seu território, a partir de suas riquezas. Ouso aqui destacar que o desenvolvimento da região estudada tem acontecido, principalmente, a partir da atuação de uma de suas riquezas: as mulheres agricultoras! Mulheres que com seu potencial transformador, tem promovido mudanças que tem fortalecido de fato a agricultura familiar nesta região.

Para Paulilo et at. (2003), o reconhecimento da participação das mulheres nas lidas do campo tem se intensificado nos últimos tempos, especialmente, pela atuação dos movimentos feministas, desde a década de 1960. Mas a desigualdade de gênero no contexto rural, ainda, é uma realidade, devido à naturalização de papéis que homens e mulheres assumem nas unidades familiares, a partir de uma hierarquização, resultando numa divisão sexual do trabalho (HERRERA, 2016). Para a autora, esse processo decorre a partir de um condicionamento social, guiado por vivências, símbolos e representações que se reproduzem na dinâmica da unidade familiar.

No que se refere à realização da atividade leiteira, Magalhães (2009) ressalta que é uma atividade essencialmente desenvolvida pelas mulheres. No entanto, ao assumir essa atividade, enquanto atividade produtiva, de mercado, modificações podem ocorrer quanto à divisão sexual do trabalho, na unidade familiar.

Sendo assim, durante as entrevistas, as mulheres foram questionadas acerca da sua rotina com a atividade leiteira. O dia-a-dia das mulheres entrevistadas é bastante semelhante. A “lida” começa muito cedo, entre quatro e seis da manhã.

Schmitz e Santos (2013) destacam que a modernização no setor leiteiro ocorreu após a década de 1990, mais tarde em relação a outros segmentos da agricultura. A atividade era desenvolvida por formas mais rudimentares e desempenhada pelas mulheres. Com o processo de modernização gradativa passa a ocorrer também uma divisão sexual do trabalho nas unidades de produção (SCHMITZ; SANTOS, 2013). Os autores destacam ainda que esse processo de modernização ocorreu incentivado por ações decorrentes do Governo e também pelas demandas de mercado.

A atividade leiteira, inicialmente, era executada manualmente utilizando-se de tarros para armazenamento do leite, dentro de freezers. Todo o processo era manual, desde a ordenha até a limpeza dos equipamentos. Com o processo de modernização, são adquiridas máquinas para o processo de ordenha e resfriamento, além de melhorias quanto à alimentação e técnicas de manejo do gado e da pastagem (SCHMITZ; SANTOS, 2013).

O processo de modernização ficou evidente durante a realização das entrevistas, posto que oito das 10 unidades de produção dispõem do sistema canalizado para ordenha e resfriamento do leite. Apenas duas das entrevistadas informaram que apesar de utilizarem máquina para ordenha, mantém as técnicas manuais para resfriamento (tarro). No que se refere à alimentação do gado, constatou-se que oito unidades de produção utilizam, como alternativa, a pastagem e a silagem.

Outro aspecto que colaborou para as melhorias na atividade leiteira, diz respeito à possibilidade de acesso desses(as) agricultores(as) a políticas públicas, para financiarem melhorias à sua unidade de produção, com a compra de equipamentos, construção de galpões adaptados à atividade, tratores, máquinas para silagem, dentre outros.

Schmitz e Santos (2013) destacam que o aumento na produtividade do leite se deve ao estímulo para investimentos através das políticas públicas, promovendo melhorias na qualidade do leite e na sua padronização. Durante as entrevistas, a maioria das mulheres entrevistadas relatou que já acessaram algum tipo de modalidade de financiamento para melhorias na sua propriedade, a exemplo do PRONAF, do Programa Mais Alimentos, Juro Zero, dentre outros. A entrevistada E1 destaca acerca do PRONAF:

Desde que a gente casou (risos). Começamos já nossa vida (risos) [...] é bom, o primeiro ano que tu usa é muito bom. Depois tu paga vem de volta (dinheiro) ajudou bastante já [...].

A entrevistada relata ainda que acessaram financiamentos para melhorias nos galpões onde realizam a atividade leiteira, compra de máquinas agrícolas: “[...] financiamento é tudo no Mais Alimentos, Juro Zero. Do galpão do leite foi no Juro Zero.”

Mas os financiamentos, geralmente, são acessados pelos maridos, pois eles são que vão aos bancos para buscar negociações dessa natureza. A entrevistada E4 quando questionada acerca do acesso a créditos, diz que conhece, sabe que existe, inclusive créditos para mulheres, mas nunca acessou. Entretanto, nas ocasiões em que acessaram foi por intermédio do marido: “É ele que é responsável [...] a dívida é dele (risos)”. No entanto, informa “[...] a gente sempre conversa se dá pra fazer, não é assim, ‘vou lá e faço e ela nem sabe’ [...] até hoje o que foi feito para melhoramento da propriedade, sempre foram os dois juntos, até a família né.”

A entrevistada E7 destaca: “No meu nome nada, porque assim, se for fazer financiamento hoje, vai no nome dos dois ou só no nome do marido, sem a mulher assinar, ele também não faz nada (risos)”. Esse fato se torna suficiente, na visão das mulheres, por isso não percebem a importância delas próprias acessarem alguma modalidade de crédito.

Em algumas das entrevistas ficou evidente o desconhecimento dessa prática na unidade familiar. Como na narrativa da entrevistada E5: “Acho que uma vez ele fez um financiamento da toбата ali.” Assim, além da gestão da produção, a gestão do dinheiro é assumida pelos homens.

Todas as tarefas relativas à atividade leiteira são realizadas duas vezes ao dia (início da manhã e final do dia), todos os dias da semana e consistem nos seguintes momentos: preparar e colocar o “trato” (silagem/milho picado/ração/feijão, dentre outros, conforme a época do ano) para os animais; buscar os animais na pastagem; fazer a higienização da ordenha; higienizar os tetos e ordenhar as vacas¹³; fazer novamente a higienização dos utensílios utilizados, da ordenha e da sala

¹³ A Epagri, em 2016, lançou uma cartilha com orientações acerca da produção do leite com qualidade e segurança. Nesta, constam os procedimentos para manejo adequado da ordenha: garantir que o local esteja limpo e seco; ordenhar tetos limpos e secos (lavar os tetos apenas se estiverem muito sujos; desinfetar os tetos antes da ordenha (pré-dipping); secar tetos com papel toalha descartável.); realizar o teste da caneca telada; acoplar corretamente a unidade de ordenha; ajustar as teteiras; após o término do fluxo do leite, desligar o vácuo antes de retirar as teteiras; desinfetar os tetos após a ordenha (pós-dipping); fornecer alimento aos animais para mantê-los em pé após a ordenha. (EPAGRI, 2016).

de ordenha; levar os animais novamente aos piquetes. Fora da sala de ordenha, deve-se ter atenção quantos às cercas que rodeiam os piquetes; à reprodução das vacas (cruzamento com touro ou inseminação artificial); doenças (infecções, como a mastite, os parasitas, dentre outros); compra de medicamentos; higienização do freezer ou resfriador de leite, ou ainda, tarros.

Eu levanto, tomo minha xícara de café, chapéu na cabeça e vou lá pro leite, aí vou lá ordenho, faço a lavação da ordenha [...] levo elas no piquete, [...] tiro o leite, põe elas pra comer [...] passa para o outro piquete [...] depois de ter feito outra lavação, eu entro pra dentro (casa), aí eu tomo meu café de verdade. (E4)

[...] quando estava na atividade do fumo, era o máximo quatro e meia da manhã, me levantava, preparava o café, deixava ele pronto e ia depois pro leite [...] lá tem que colocar a mangueira dentro do freezer pro leite não ir fora, aí vou lá ligo o rádio, faço a minha oraçõzinha [...] vou ligando os equipamentos, água [...]os produtos pra fazer a lavagem da ordenha e depois [...], ajudo ele (marido) a colocar a ração e assim vai, [...] daí às vezes ele (marido) diz assim, “ah mulher pode ir lá que eu fico aqui”, aí eu fico um pouquinho sentada escutando o Padre falar (rádio) (E3).

A utilização do rádio no galpão, onde realizam a ordenha e outros serviços referentes ao leite, é uma prática comum. Essa prática foi relatada por três entrevistadas. Segundo elas:

[...] eu tenho um rádio na minha estrebaria, elas são acostumadas com o rádio e aí o som faz a entrada delas, elas vem certinho. [...] E elas estão acostumadas com o rádio. [...] ficam tranquilas. (E5)

Quando questionada, sobre como aprendeu essa técnica, ela diz que aprendeu sozinha e comentou:

[...] porque eu gosto muito de rádio né, aí quando eu comecei o marido já instalou o rádio pra mim e aí ele botou um som bem bom ali pra mim (risos).

A entrevistada E10 também relatou essa prática:

O meu primeiro serviço lá é tocar as vacas para dentro (do galpão), aí eu vou lá no freezer e boto as mangueiras dentro, [...] ligo o rádio.

A responsabilidade pela ordenha das vacas é responsabilidade somente das mulheres, em todas as unidades pesquisadas. O trabalho de higienização do local e da ordenha, também, é executado somente pelas mulheres. Algumas delas têm ajuda de filhos(as) ou dos maridos, mas a execução da atividade é de sua responsabilidade: “[...] quem entra na ordenha é eu, ele (marido) vai lá e ajuda a tratar as terneirinhas, me ajuda o que precisa ali [...]” (E4).

[...] assim, a parte de notar elas, o comportamento delas, todo mundo tem contato com elas acaba tipo assim, tanto na hora da ordenha, quanto na hora de levar elas lá no piquete, todo mundo nota né (E1).

[...] quando ele (marido) pode ele vai pra estrebaria comigo [...] ele vai ali pra me ajudar também a levar o leite (para o resfriador) porque é tudo no braço né, é com o tarro, daí quando ele pode, ele me ajuda, porque ele tem as atividades dele fora que é abrir o piquete, colocar as caixinhas da água para as vacas, ele faz essa parte aí (E5).

De manhã, é eu que levanto e vou tirar o leite, o rapaz que trata, que ele coloca [...] os ingredientes, o sal [...] tem a guria que vem aqui orientar e ela passa pra ele né, a quantidade que tem que botar, então deixamos pra ele, ele cuida né, e eu é tirar o leite (E6).

No cotidiano da entrevistada E7: “quem tá todo dia é eu, às vezes, um deles (filho ou marido), mas o compromisso é eu né”. Além disso, todas as entrevistadas, com exceção de uma delas, concilia a atividade

leiteira com outra atividade. Como descrito nas atividades realizadas nas propriedades, a maioria produz fumo (6), as demais, trabalham com feira, aviário e prestação de serviços externos, com trator.

A entrevistada E4 relata a correria do seu dia-a-dia, especialmente na época que precisa conciliar as atividades do leite com a colheita do fumo, onde mal sobra tempo para comer. Ela relatou que após terminar os trabalhos no galpão, volta para casa para tomar café e depois ir para a roça, mas:

[...] porque se é na época de colher fumo, às vezes o trator já tá me esperando pra ir pra roça, aí eu pego e vou pra roça, às onze horas, onze e pouquinho, quando a (filha) não está, eu venho fazer o almoço aí depois do meio dia, roça de novo [...] aí cinco, cinco e meia até seis horas. Nessa época, eu vou lá, pego as vacas, venho com elas ali na ordenha de novo, às vezes, termina de noite, aí vem a atividade de novo, soltar no piquete, aí termina [...] para entrar em casa de novo, na época do fumo é nove meia, nove e quarenta que estou entrando em casa (E4).

A entrevistada E9 relatou suas dificuldades de conciliar todas as atividades, quando a filha saiu de casa para estudar:

[...] até quando a menina saiu eu achei que ia enlouquecer, porque ela fazia tudo para mim, quando eu chego do leite, é o café, é almoço, pátio, é roupa, não para. Para eu sentar, só se estiver doente. A gente não tem querer, só quem não gosta do trabalho.

Essa condição traz uma intensa sobrecarga de trabalho, pois além dessas atividades, tem os afazeres da casa e do quintal. Nessas atividades, as mulheres entrevistadas têm a ajuda das outras mulheres da casa. Conforme relatado pelas entrevistadas: “Parte de verdura eu planto tudo, não precisa comprar nada no mercado [...]” (E5): “[...] a gente não pára, logo mulher né, tem casa, tem almoço, tem café.”(E7).

Eu levanto às cinco e meia, todo dia esse horário que a gente acostuma e a noite, sempre às cinco da tarde, aquele horário [...] eu vou primeiro lá no leite, depois volto, arrumo o café [...] depois do

leite vou pros peixe né, fazer filé, meu trabalho mais é com o peixe ali, durante a semana (E6).

Em alguns casos, os afazeres da casa, são assumidos pela filha, como no caso da E4: “[...] porque eu não sou dona de casa, eu até faço, mas eu não sou mais dona de casa, faz tempo, eu até cuido, faço mistura, mas é a (filha) que cuida.” Nesse ponto, seria interessante refletir acerca das mudanças perante as posições ocupadas pelas mulheres por conta das atividades agropecuárias e das trocas geracionais (entre as mulheres e suas filhas/filhos.).

Durante as entrevistas, constatou-se que as atividades de vacinação, inseminação artificial, manutenção de cercas, pastagens, compra de remédios e alimento para as vacas, participação em cursos, ou seja, atividades externas à sala de ordenha, são executadas pelos homens.

Magalhães (2009) ressalta essa condição, ao sinalizar que, na maior parte das famílias, dentre as atividades necessárias à produção de leite, às mulheres geralmente ficam com as tarefas internas das propriedades, enquanto os homens se dedicam às relações externas, tais como a venda da produção, o contato com técnicos, a compra de insumos, dentre outros. Nesse sentido, apresentam-se alguns relatos. E1, “[...] a parte de vacina é mais com ele (marido), nós assim, só damos a dosagem e o remédio, e ele faz.” Quando questionada por que não executa a tarefa, ela diz:

Mas eu tenho muita dó do bichinho daí eu tenho pena de furar de, às vezes judiar e às vezes acabar não fazendo bem feito né. Então essa parte é mais com ele (marido) (E1).

Para a entrevistada E5:

É assim, quando o animal fica doente já dá pra perceber porque ele fica muito triste né, daí ela (vaca) não come. Daí, às vezes assim, o (marido) já conhece, ele mesmo faz os remédios, mas quando é um caso mais grave a gente chama o veterinário, mas quando é um caso mais simples, que a gente sabe né, que já conhece o animal né, ele (marido) mesmo faz o remédio, a gente tem em casa (E5).

A entrevistada E4, quando questionada acerca de quem faz a inseminação artificial no rebanho, responde:

Ele (marido), porque quando eu ia fazer o curso pra fazer a inseminação, eu tive que fazer a cirurgia no seio, se não era eu que tinha feito o curso, [...] deu uma turma só de homem na época, e quando eu ia fazer, tinha uma turma de mulheres do Rio Laranjeiras, e não era aqui, era em Lages ou Balneário Camboriú, mas daí naquela semana eu tive que fazer a cirurgia, senão eu tinha aprendido [...].

No caso da entrevistada E8, “Ele (marido) insemina, ele tem curso”. Questionada se nunca quis fazer o curso, ela responde: “Não, eu não tenho coragem (risos) eu tenho medo”. O mesmo acontece com a entrevistada E9, “[...] o filho fez o curso de inseminação artificial, ele mesmo insemina né [...]”.

A entrevistada E3 deixa claro o seu conhecimento a respeito do procedimento, no entanto, “Daí eu vou lá e ajudo ele, vou lá e preparo tudo pra inseminar [...] ele fez o curso.” A entrevistada relatou por quais motivos ficou impossibilitada de realizar o curso:

[...] eu não pude fazer porque daí era melhor ele ir, porque era um curso dele, era lá acima na Serra, Bom Jardim, aí não tinha como, porque minha sogra queria que ficasse. Eu que tinha que ajudar ela também né e daí eu pra tirar o leite era melhor do que ele sabe, porque as vacas estão mais acostumadas comigo.

Em duas das unidades familiares, a técnica da inseminação artificial não é utilizada. Em um dos casos, é porque estão aguardando o filho ter idade: “[...] o filho não quis fazer, daí estava esperando ele ter mais idade, [...] e aí nem podia, tinha dezesseis, dezessete anos, nem podia [...]” (E6). A entrevistada E10, também, relatou que dispõem de um touro na propriedade, para a reprodução do rebanho, e não adotaram a técnica de inseminação ainda, pois dependeria de um Veterinário ou do marido:

Pra nós, é bem mais prático (ter o touro), porque tu já pensou com tudo esse serviço que a gente

tem, [...] se às vezes ele (marido) não está em casa, o que eu vou fazer? Eu não faço. (E10).

A utilização da inseminação artificial também é um indicador acerca do processo de modernização do setor leiteiro, conforme apontam Schmitz e Santos (2013). Os autores destacam o crescimento na quantidade de inseminação artificial no Brasil, que foi de 18,1% de 1995 a 2010. Esse aumento é consequência do incentivo para melhoria na qualidade genética do rebanho, que conseqüentemente aumentará a quantidade de leite produzido por cabeça (SCHMITZ; SANTOS, 2013). Das unidades de produção pesquisadas, 7 utilizam a inseminação artificial como forma de melhorar a genética do rebanho.

A participação em cursos, palestras também acaba sendo uma atividade em que o homem participa, conforme apontado pela E10: “É ele que vai [...] uma vez eu fui lá em Braço do Norte [...] não tem importância, ele passa as coisas depois.” Em alguns casos, as entrevistadas relataram que participam também, como é o caso da E1:

É nós dois [...] é geralmente os dois juntos. [...] As meninas também né. A gente já procura quando um não sabe uma coisa procura ir junto pra aprender, tanto que só se der um problema grave, se não elas sabem lutar com as coisas lá.

Diante dos resultados apresentados, percebe-se que às mulheres, ainda que estejam envolvidas numa atividade considerada produtiva, realizam atividades consideradas domésticas, como a higienização do espaço, o cuidado com as vacas, estando estas tarefas, restritas ao espaço da propriedade, enquanto as atividades externas são de responsabilidade dos homens da casa. Além disso, as atividades de cuidados com a casa, quintal também permanecem a cargo das mulheres.

Conforme apontado por Magalhães (2009), a divisão do trabalho é um processo cultural, e não determinado por qualidades femininas ou masculinas, como muitos acreditam. Sendo assim, a divisão sexual do trabalho será condicionada por esses processos culturais, os quais determinarão o lugar de cada indivíduo na propriedade e na família (GRANDI, 2003). Sendo assim,

a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social

entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Portanto, no contexto do rural, todo o trabalho realizado pelas mulheres na esfera produtiva é visto como ajuda ao marido, à família, apesar de realizarem as mesmas atividades (BRUMER, 2004). Nesse sentido, o trabalho realizado pela mulher no meio rural sofre com a invisibilidade, pois as atividades por elas realizadas são significadas como extensão intrínseca às atribuições de mãe, esposa, não sendo remuneradas adequadamente por esses trabalhos (BRUMER, 2004). As próprias mulheres têm dificuldades em estabelecer uma separação entre o que é trabalho doméstico e o que é trabalho produtivo, pois tudo que está em volta da casa é considerado como extensão da casa.

Essa separação não é nada simples, como destaca Paulilo (2004). A autora destaca que as mulheres e crianças participavam diretamente das atividades econômicas da família, enquanto esta era considerada como unidade de produção. Com o surgimento do capitalismo, este além de separar os meios de produção do trabalho e o espaço doméstico do espaço de produção, tentou subordinar a sociedade ao mercado (PAULILO, 2004). Segundo a autora, deste fato decorre a separação entre trabalho produtivo e não produtivo (doméstico), o que fica difícil de visualizar quando não há separação entre unidade familiar e unidade de produção, como é o caso do campesinato ou da agricultura familiar, objeto desta pesquisa.

[...] o conceito de ‘trabalho produtivo’ foi cunhado para situações em que se dá a extração da mais-valia, ou seja, quando o trabalho excedente é apropriado pelo dono dos meios de produção, ou seja, o capitalista. Querer empobrecer seu sentido até reduzi-lo ao trabalho que produz o que pode ser vendido, o que tem valor de troca [...] (PAULILO, 2004, p. 245).

A atenção e valorização está no que é econômico, no que gera retorno financeiro àquela unidade de produção, as atividades indiretas

que contribuem para este processo (manutenção da casa, do quintal, cuidado dos filhos, dos idosos, dentre outros) não são consideradas produtivas. Paulilo (2004, p. 245) destaca, “é simples: é doméstico se é atribuição da mulher”. Se essa mulher vai pra roça com o marido, é trabalho produtivo, não importando se o que vai ser produzido é para comer ou vender, mas se cuida da horta, das galinhas sozinha, é trabalho doméstico (PAULILO, 2004).

No entanto, todas as atividades desenvolvidas na unidade familiar (domésticas ou produtivas) são essenciais para a manutenção da mesma. Paulilo (2004) destaca que essa oposição entre trabalho produtivo e doméstico é falsa, sendo assim, todos devem fazer de tudo, querendo, gostando, ou não. A autora ainda sugere que se a divisão entre esfera doméstica e produtiva fosse rompida e todos os trabalhos fossem igualmente valorizados, ficaria mais fácil deixar que cada casal fizesse suas próprias negociações levando em conta vontades e aptidões.

Herrera (2016) destaca que as mulheres têm papel central na reprodução e manutenção da agricultura familiar, conseqüentemente os trabalhos e atividades por elas desenvolvidos, nos âmbitos agrícolas e não agrícolas, são essenciais para subsistência biológica e socioeconômica das famílias. De acordo com a autora, os trabalhos domésticos e de *care* são tão importantes quanto o trabalho considerado produtivo, para a manutenção das famílias inseridas na lógica da agricultura familiar.

Os trabalhos domésticos e de *care* consistem em uma estratégia de reprodução social, que estão voltadas para a reprodução biológica, de bem-estar e de manutenção das famílias urbanas e rurais. (HERRERA, 2016, p. 218).

Hirata (2010) destaca que o trabalho doméstico não remunerado é aquele trabalho realizado gratuitamente, sendo uma forma de as mulheres expressarem amor aos filhos, companheiros, à família, implicando em trabalhos repetitivos, como, lavar, limpar e cozinhar. Segundo a autora, a definição de *care* possui diferentes significados, como cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento às suas necessidades, envolvendo atividades realizadas principalmente pelas mulheres.

O *care* “é o tipo de relação social que tem como objeto outra pessoa.” (HIRATA, 2010, p. 48). A autora cita o exemplo do descascar batatas, demonstrando que esta ação é *care*, mas indiretamente, “[...] é

care porque preserva a saúde, o outro ser. Fazer com que outro ser continue com saúde implica cozinhar, alimentá-lo, pois precisa desse cuidado material, físico.” (HIRATA, 2010, p. 48). Portanto, o care refere-se a todas as atividades cotidianas, que vão desde a manutenção da casa, existência pessoal e do carinho e afeto por outras pessoas, exercidas especialmente pelas mulheres, em que são beneficiados, crianças, idosos, pessoas doentes e também os homens adultos e filhos, os quais têm garantida sua estabilidade física e emocional, a partir dos cuidados exercidos pelas mulheres (HERRERA, 2016).

Nesse sentido, ao tratar da realização de tarefas em torno da atividade leiteira pelas mulheres pesquisadas, podem ser percebidas características de atividades domésticas e de *care*, histórica e sociocultural mente relacionadas ao conjunto de tarefas consideradas femininas, pois as tarefas executadas pelas mulheres demandam de cuidado, atenção, zelo pelo ambiente e pelos animais, e que são reforçadas por elas,

[...] tu tem que ter muita calma, naquela hora ali é amor por elas (vacas)[...] se a pessoa foi lá, falou algo errado, estressa, elas já não soltam mais leite, são assim mesmo, [...] precisa de amor a mesma coisa, igual um ser humano (E5).

As vacas leiteiras é assim, acho que todo bicho é assim, até o ser humano é assim, eu acho que tudo que respira tem esse comportamento, se for com calma é outra vida, às vezes se a gente tá estressada, sem aquela paciência e chega lá o animal também vai se estressar [...] (E9).

Os cuidados com os animais são parte de suas tarefas, inclusive, chamando os animais pelo nome, conforme relata a E3:

[...] eu já chego lá em cima do morro e já grito “vem Periquita” (risos) e aí todas já vem. [...] se eu vou mais alegre, cantando com elas, elas já vem mais alegre comigo e se eu chego nervosa, estressada, parece que elas dizem assim “a minha patroa hoje não está boa” (risos) e daí é assim.

A inserção de novas tecnologias na propriedade, tendo em vista a necessidade de mecanização da atividade para facilitar os trabalhos, não

dispensa as mulheres de tarefas relacionadas aos cuidados. Além disso, a utilização das tecnologias fica restrita ao espaço da sala de ordenha.

Com a ampliação do setor industrial no setor lácteo e conseqüentemente a necessidade de mais matéria-prima para suprir essa indústria, houve a necessidade de as unidades de produção, substituírem a produção realizada de forma rudimentar por algo mais tecnificado que garantisse a padronização da produção (SCHMITZ; SANTOS, 2013). As autoras destacam que é nesse contexto que surgem as normatizações referentes à qualidade do leite, normas de higiene, sanidade animal, dentre outros. Essa condição, levou os(as) produtores(as) a investirem em melhorias na sua propriedade e assim, adaptarem-se à nova realidade para realização da atividade leiteira.

Sobre este aspecto, destaca-se a instrução normativa nº 51 de 18 de setembro de 2002¹⁴, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que resolve em seu artigo 1º:

Aprovar os Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite tipo B, do Leite tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, em conformidade com os Anexos a esta Instrução Normativa.

¹⁴ Instrução Normativa Nº 62, de 29 de dezembro de 2011, resolve em seu Art. 1º: Alterar o caput, excluir o parágrafo único e inserir os §§ 1º ao 3º, todos do art. 1º, da Instrução da Normativa MAPA nº 51, de 18 de setembro de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Cru Refrigerado, o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Pasteurizado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, em conformidade com os Anexos desta Instrução Normativa.

§ 1º Esta Instrução Normativa é aplicável somente ao leite de vaca.

§ 2º Os aspectos relacionados à remuneração ao produtor baseada na qualidade do leite devem ser estabelecidos mediante acordo setorial específico.

§ 3º O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA instituirá Comissão Técnica Consultiva permanente, com vistas à avaliação das ações voltadas para a melhoria da qualidade do leite no Brasil."(NR)

Art. 2º Alterar os Anexos I, IV, V e VI da Instrução Normativa MAPA nº 51, de 18 de setembro de 2002, na forma dos Anexos I a IV desta Instrução Normativa.

Art. 3º Ficam revogados os Anexos II e III da Instrução Normativa MAPA nº 51, de 18 de setembro de 2002. (MAPA, 2001).

A inclusão de dispositivos legais que impõem exigências para o processo de produção e comercialização de animais, produtos derivados, dentre eles o leite, pressupõe a adaptação da propriedade a essas exigências legais. Scmitz e Santos (2013) destacam que devido à ampliação do mercado para o leite UHT, surgem exigências para que o processamento e tratamento do leite *in natura* sejam rápidos, exigindo uma padronização das unidades de produção familiar até o primeiro processamento, pois a comercialização destes produtos se dá em locais bastante distantes de onde foi produzido.

Das mulheres entrevistadas, 80% têm, em suas propriedades, ordenhas com o sistema canalizado para armazenamento e resfriamento do leite. O sistema canalizado dispõe de algumas vantagens, como rapidez no processo de ordenha; lavagem automática e filtragem do leite, além de favorecer o processo de higienização do leite, uma vez que o(a) agricultor(a) não tem contato direto com o produto, pois o mesmo é canalizado da ordenha direto para o resfriador. A entrevistada E1 relata acerca do processo de transição de ordenha balde ao pé para a ordenha canalizada:

O custo (risos) bem alto, mas melhorou a qualidade do leite, melhorou a mão-de-obra né, reduziu a mão-de-obra e com isso a gente conseguiu até um preço melhor também. No começo a gente até tinha ordenha, mas usava o tarro, e era muito manual. Tinha que pegar os tarros pesados e colocar dentro do freezer. Agora já temos a canalizada, que aí facilitou muito né, não se coloca mais a mão no leite. O leite vai direto pro resfriador de 1000 litros.

A entrevistada E9 completa:

[...] aquele resfriador com tarro, era muito complicado com a higiene né, porque aquela água, parada ali, tinha que trocar de vez em quando [...] aí tinha que deixar resfriar a água para poder chegar na temperatura ideal pro leite resfriar né. Aí quando mudamos pra granel (sistema canalizado) melhorou muito né, melhorou tanto na mão-de-obra quanto na qualidade do leite, muito melhor a higienização [...].

Mas, esse processo de mudança para um sistema mais mecanizado também teve suas dificuldades de adaptação. A entrevistada E3 destaca:

Olha, no começo não foi fácil [...] foi uma semana pra pegar bem, não vou te mentir, que eu fiquei uma semana ali naquele botões (risos), bate num botão aqui, bate noutro botão ali, até duas vezes foi água pra dentro, aí eu falei “me desculpa (motorista do caminhão que vem buscar o leite)”, mas ele disse que não indo produto, tudo bem.

Duas questões podem ser destacadas na narrativa da entrevista: a primeira delas é a falta de orientação a respeito do manejo dos equipamentos, que deveria ser dado pela empresa que vendeu o maquinário ou por extensionistas ou pela empresa que compra o leite. A segunda e refere aos prejuízos decorrentes dessa falta de orientação, pois se for detectado qualquer produto (água, químicos, dentre outros) no leite, o laticínio “pune” o produtor, descontando valores do montante produzido naquele mês, podendo inclusive suspender temporariamente a compra do leite.

As mulheres relataram suas dificuldades de adaptação, e que tiveram pouca orientação para manusear os equipamentos e produtos para higienização. Quando aconteceram, as orientações se restringiram ao dia da instalação ou foram dadas ao marido ou filho,

[...] no começo o rapaz veio e passou pro (filho) e depois passou pra mim, no caso o meu filho passou pra mim, porque nem o (marido) não meche, é muito botãozinho, daqui a pouco eu aperto no botão errado. (E6)

Eles vieram, montaram a ordenha e entregaram pra gente, e se vira (risos) [...] ali onde a gente comprou, eles não ensinaram, mas aí a técnica do laticínio veio um dia e me orientou: vai usar tanto produto, de tantas vezes por semana [...] e eu fui pegando as manhas, a temperatura da água, quanto do ácido semanal. Isso eu até tinha aprendido num curso, que eu fiz pelo SENAR, uns dez anos atrás, aí eu tinha nos cadernos ali, fui achando. (E4)

Para a entrevistada E6, a mudança de sistema de ordenha foi muito importante, e trouxe muitos benefícios, inclusive em relação à sua saúde:

Ah foi maravilhoso (risos) a diferença não tem explicação, eu já tinha problema de coluna e pra mim, já estava desistindo e eu estava vendendo um pouco de vaca [...] mas aí a gente resolveu botar, mas a diferença, até pra lavar, é tudo adaptadinho, porque antes eu lavava tudo manual né, porque não tinha outro jeito.

As demais (20%) trabalham com o sistema de ordenhadeira balde ao pé, com o armazenamento do leite em tarros que são colocados dentro do resfriador. Esse sistema é mais trabalhoso, pois necessita que os tarros, depois de cheios, sejam levados manualmente para o resfriador. Além disso, o processo de higiene é mais delicado, uma vez que os tarros, ordenhas e resfriadores devem ser lavados manualmente. Mas ainda é uma opção de trabalho, conforme relatam as entrevistadas:

Tem o resfriador e a ordenha, mas nós tiramos com o tarro ainda, porque ela é mais antiginha. Hoje em dia é mais moderna né, mas aí nós deixamos assim, porque se for pra botar daquelas com transferidos tem que mexer tudo com o galpão. Então por enquanto tá assim, a gente tira o leite com a ordenha, coloca no tarro e joga no resfriador. (E2).

Antes eu tirava com a mão, aí tinha os tarros que a gente colocava no freezer. Quando eu comecei a comprar mais vacas, a gente comprou a ordenha e o resfriador [...] estranhei um pouco [...] tinha um técnico que vinha visitar a nossa propriedade, vinha colocar as mangueiras (ordenhas) [...] a gente foi se virando, aprendendo, porque tem um jeitinho ali né de colocar, se não cai tudo (risos). (E5).

Magalhães (2009) destaca que o acesso à novas tecnologias acaba sendo condicionado pelas relações de gênero e também pela maneira como a assistência técnica se relaciona com os homens e mulheres, o que acaba por reforçar a divisão sexual do trabalho. Segundo o autor, em

uma pesquisa realizada em Francisco Beltrão, verificou-se que as mulheres têm contato com os extensionistas quando estes visitam a propriedade, ou nas reuniões quando realizadas na própria comunidade ou ainda, quando o conteúdo tratado for a respeito da higiene, ordenha dos animais ou atividade doméstica. E3 mencionou ter participado de alguns cursos, cuja temática tratava-se da qualidade do leite (QT Rural) e outro, a respeito dos cuidados com a propriedade (De Olho).

Nesta pesquisa, verificou-se que as mudanças tecnológicas, advindas pela atividade leiteira, possibilitaram mudanças significativas no modo de produção, mas não conseguiram alterar de forma significativa determinada divisão sexual do trabalho. Como visto, na organização da atividade, a maioria é responsável pelas tarefas de manuseio, limpeza e cuidado com os equipamentos¹⁵ (ordenha, resfriador, mangueiras), com o ambiente (sala de ordenha), animais (higienização dos tetos) e com o próprio produto, leite (utilização de produtos específicos para evitar contaminação). Os homens não se envolvem com tais tarefas e são responsáveis pelo alimento dos animais, manutenção dos pastos, inseminação artificial, medicação, vacinas, compra de remédios e outros suprimentos necessários à manutenção da atividade, ou seja, atividades externas à sala e ao processo de ordenha.

Para Magalhães (2009), a força física é tida como explicação do senso comum, para justificar as funções de homens e mulheres na sociedade. Mas como já mencionado neste trabalho, o estudo realizado por Paulilo (1987) em várias regiões do país, menciona que a definição do que é considerado trabalho “leve” e “pesado” varia de acordo com o sexo do trabalhador, e a partir das condições de exploração de terra no país, ou seja, é leve ou pesado, de acordo com quem e onde se realiza. Magalhães (2009, p. 287) destaca,

Não são, portanto, as características do trabalho, a necessidade de força ou resistência física que define, na representação dos agricultores, o peso

¹⁵ “Kit ordenha higiênica”, composto por: sanitizante (para desinfecção dos equipamentos e utensílios antes de iniciar a ordenha); desinfetante pré-ordenha (com aplicador não retornável); toalha de papel (para limpar e secar os tetos); caneca de fundo escuro e teste CMT (identificação de mastites clínicas e subclínicas, respectivamente); desinfetante pós-ordenha (para proteção dos tetos contra patógenos); detergente alcalino clorado e detergente ácido (para higienização de utensílios e equipamentos). Além disso, a cartilha orienta acerca dos demais itens que são necessários para obtenção do leite, com qualidade e segurança (EPAGRI, 2016).

do trabalho, mas o trabalho se define como trabalho pesado se for uma atividade do domínio masculino e é leve se for uma atividade do domínio masculino.

Diante disso, na região pesquisada, carregar o tarro cheio de leite, por exemplo, é sim uma atividade que exige força física, mas é executada pelas mulheres. Executar a mesma atividade duas vezes por dia, durante sete dias por semana, independente de feriados, ou compromissos particulares, é sim, uma atividade pesada, repetitiva, que exige dedicação e atenção constantes, e que é executada pelas mulheres.

A sobrecarga de trabalho, as tarefas repetitivas, o compromisso assumido para manutenção da sua unidade familiar, muitas vezes, faz com que essas mulheres abdicuem inclusive do seu bem-estar, da sua saúde, em detrimento do seu trabalho e do outro. A valorização do trabalho, por essas mulheres, pode ultrapassar limites da própria saúde, produzindo muitas vezes sofrimento e angústia.

Ao serem questionadas acerca do seu papel e da sua importância para aquela unidade familiar, de forma unânime, o momento foi de reflexão, o olhar para o nada, e pensando a respeito, em meio as palavras tímidas, responderem:

Eu acho que sim né, porque eu estou ajudando em tudo né, fazendo parte de tudo né, se precisar tem que assumir [...] não sei como ele (marido) ia...sem eu (risos) quando saio pouco tempo ele fica louco. (E8).

É não vou dizer que é o pilar, mas é um dos que compõe, porque se eu não tivesse eles iam partir pra ganhar o salário mínimo, muitas vezes é eu que faço a frente, vamos, vamos! Não no fumo, porque ele me faz muito mal, na época de colher, eu vivo dopada de remédio [...]. (E4).

A entrevistada E5 reconhece as dificuldades e relata: “(risos) tem dia que não é fácil, é puxado, tem tarefa que tem que se determinar e se organizar, pois se não, nada dá certo”.

Durante as entrevistas, a questão saúde-doença foi evocada. Alguns relatos foram trazidos, deixando claro algumas das condições de adoecimento, as quais estão sujeitas ao longo de sua vida. A entrevistada E1, mencionou, o período em que seu marido esteve afastado das

atividades da propriedade familiar, em virtude de um acidente de trabalho:

No ano passado, ele cortou a perna com a maquina. Aí, devido a um mal atendimento, ele teve que refazer a cirurgia, ficou um bom tempo sem poder fazer muita coisa. E foi difícil, porque faltou o homem da casa né, então até a parte de inseminação eu tinha que chamar a vizinhança [...] até os projetos que a gente tinha pro ano ficou tudo pela metade [...] eu não sabia se cuidava dele, se cuidava das vacas, se cuidava do fumo, então a gente ia fazendo o que era necessário, mais urgente, e tocamos assim.

No caso das entrevistadas, as atividades das mulheres estão muito além do que cuidar dos filhos. Elas são o suporte físico e emocional, que alicerçam o dia-a-dia de suas famílias, apesar de, em alguns momentos, chegarem ao limite. A entrevistada E1 relata o seu pensamento em desistir de tudo, naquele período:

(choro) é deu um abalo geral na família, abalou todo mundo, pensamos em desistir, eu pensei em desistir [...] desistir da lavoura, pensei sei lá, vender, doar, que eu achava que não ia conseguir né, era setenta e cinco mil pés de fumo, vacas de leite, e ele todo dia na cama, hospital, curativo, aquela coisa, mas conseguimos, ganhamos bastante ajuda de amigos.

Em contrapartida, essas vivências podem trazer contribuições importantes para a vida dessas mulheres. A entrevistada E9 relata o sentido que atribuiu diante de tudo que vivenciou:

Eu pensei tudo o que passei com meu menino doente, tudo que passei com meu marido doente [...] e uma coisa que me fez cair a ficha foi a minha cunhada, ela disse: “para um pouco mulher, tu não pode resolver o problema do mundo”, acho que comecei a me conscientizar, e pensar um pouquinho, eu achava que cabia a mim fazer eles ficarem bem ou não [...] estou tentando, me esforçando ao máximo pra saber que eu não sou

responsável por tudo, pra eu me libertar um pouco né, até pra minha sobrevivência.

A força e a esperança dessas mulheres têm feito com que superem os desafios diários. Elas estão envolvidas nas atividades agrícolas e não agrícolas, participam do processo de manutenção de suas propriedades em todos os âmbitos. A elas são atribuídas às atividades de cuidar, limpar, cozinhar, plantar, colher, abraçar, sofrer, chorar, sorrir. Mas além de tudo isso, elas precisam vencer as desigualdades e as injustiças que estão impostas culturalmente às suas formas de viver!

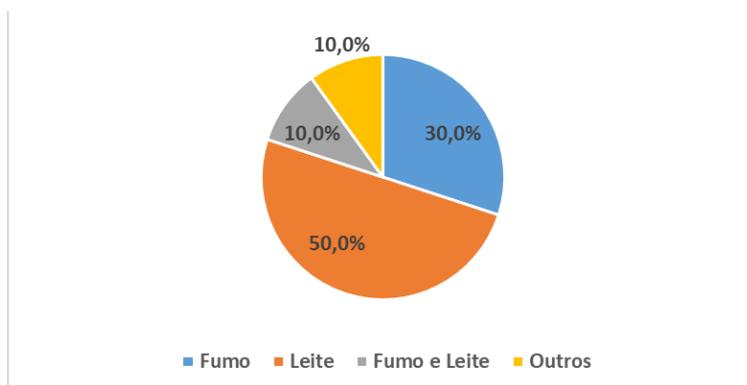
4.6 O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO LEITEIRA: AVANÇOS E DIFICULDADES NA PERSPECTIVA DAS MULHERES

Neste capítulo, será abordado acerca dos avanços e dificuldades relativas à comercialização da produção leiteira, na perspectiva das mulheres entrevistadas. Apesar de ser uma alternativa interessante para a manutenção das unidades familiares na região pesquisada, há uma demanda de cuidados, investimentos e outros aspectos como a própria gestão do tempo dessas famílias.

A viabilidade da atividade leiteira, de acordo com Ferrari et al (2005), perpassa pelo campo financeiro, produtivo e social. Segundo os autores, esta atividade se torna importante para as famílias agricultoras no campo financeiro, por ser uma renda mensal e que pode contribuir para o equilíbrio das finanças da unidade familiar. A fácil adequação dos produtores e das unidades familiares às tecnologias necessárias para execução dessa atividade refere-se ao campo produtivo e, no campo social, como forma de superar as dificuldades diante da realização de outras atividades, que estejam em crise (FERRARI, et al, 2005).

Diante das atividades produtivas desenvolvidas nas unidades familiares pesquisadas, a maior concentração de renda está na atividade leiteira, conforme demonstra o gráfico 01. Portanto, nas demais, 30% da representatividade de renda está no cultivo do fumo, 10% está nas duas atividades, fumo e leite e os outros 10% estão em outras atividades.

Gráfico 1- Representatividade da renda da produção leiteira na unidade familiar



Fonte: Dados da pesquisa. Entrevistas realizadas com as mulheres (2017).

Esse dado revela a importância desta atividade, pois se torna fundamental para o processo de manutenção e desenvolvimento das famílias e da região.

A tabela a seguir apresenta a produção de leite nas unidades familiares de produção pesquisadas, de acordo com as entrevistadas.

Tabela 11 – Números total de vacas e produção de leite por unidade familiar

Entrevistadas	Quantidade vacas (em produção)	Quantidade de leite (L/Mês)
E1	14	6.000
E2	23	6.000
E3	15	6.500
E4	22	6.200
E5	16	Não soube informar
E6	20	5.000
E7	36	16.000
E8	28	10.000
E9	25	2.000
E10	18	6.000

Fonte: Dados da pesquisa. Entrevistas realizadas com as mulheres (2017).

Conforme demonstra a tabela, a quantidade de leite e número total de vacas ordenhadas não segue um padrão, ou seja, uma propriedade com 23 vacas em produção produz a mesma quantidade de leite, de uma propriedade que possui 14 vacas.

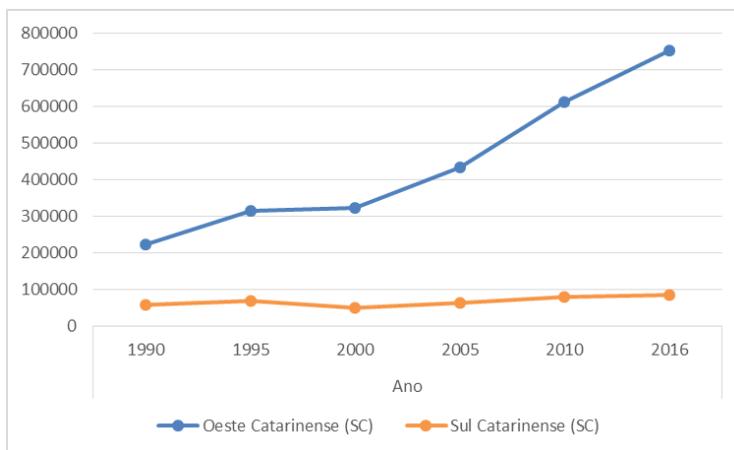
Esse dado sugere o levantamento de algumas hipóteses. Essas mulheres, que estão envolvidas conhecem de fato os dados de produção de leite na sua unidade familiar, ou quem de fato detém este saber, são seus esposos/filhos? Além disso, verifica-se a necessidade que essas unidades de produção têm acerca de orientações, de trabalhos de extensionistas para tornar suas unidades de produção adequadas e produzindo adequadamente, conforme o tamanho do rebanho, a pastagem disponível, dentre outros aspectos que interferem na produção.

As mulheres entrevistadas relataram que as orientações que recebem são das agropecuárias onde compram a medicação, a ração e outros derivados necessários para a produção de leite que em contrapartida oferecem o suporte de médicos veterinários para a propriedade. Durante as entrevistas ficou evidente o predomínio de uma

cooperativa local, que fornece esse tipo de serviço aos(as) produtores(as).

Em seguida, apresenta-se dados referentes a quantidade de vacas ordenhadas nas mesorregiões Oeste e Sul Catarinense.

Gráfico 2 – Número total de vacas ordenhadas nas Mesorregiões do Oeste e Sul Catarinenses (1990-2016)

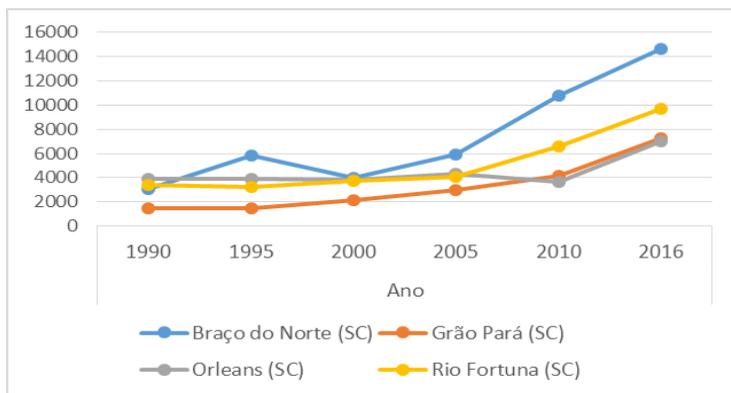


Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (1990-2016).

O Sul Catarinense se mantém estável quanto ao número de vacas ordenhadas, enquanto o Oeste Catarinense está numa constante crescente, evidenciando o crescimento da produção de leite na região.

Ao apresentarmos o mesmo dado, mas agora em um comparativo entre os principais municípios da região da AMREC e AMUREI, percebe-se também uma crescente constante nessas regiões, quanto ao número de vacas ordenhadas.

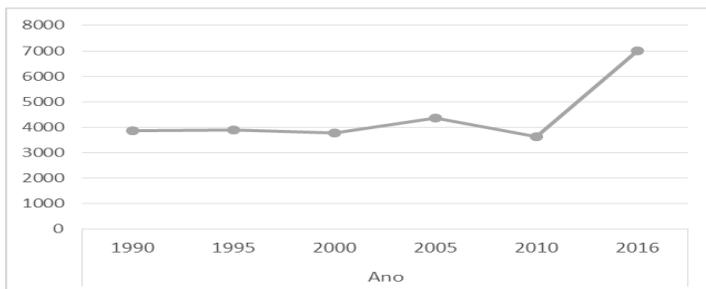
Gráfico 3 – Número total de vacas ordenhadas nas regiões da AMREC e AMUREL (1990-2016) (municípios selecionados).



Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (1990-2016).

Por fim, apresenta-se a variação do número de vacas ordenhadas no município de Orleans.

Gráfico 4 - Número total de vacas ordenhadas no município de Orleans/SC (1990-2016).



Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (1990-2016).

Os dados do gráfico demonstram o crescimento do número de vacas ordenhadas no município, que se manteve estável dos anos de 1990 até 2000. Em 2005, verifica-se uma elevação e, em 2010, um decréscimo. Mas em 2016, houve um crescimento considerável. Esses dados contribuem para demonstrar a representatividade que a atividade vem ganhando no município de Orleans, lócus dessa pesquisa.

Nesse sentido, as entrevistadas destacaram algumas vantagens em adotar essa atividade em suas propriedades, como o complemento da renda e o acesso a uma renda mensal, que em outros cultivos ou atividades, isso não é possível, conforme destaca a entrevistada E1: “A vantagem, a vantagem do leite é o capital, a renda que entra mensal tu consegue te equilibrar durante o ano [...]”. A entrevistada E7 reforça: “Facilita, porque todo mês o dinheiro vem e no fumo é só uma vez por ano né.” A entrevistada E4 destaca:

A renda do leite junto com o fumo veio para complementar, porque ou a gente plantava muito fumo, e não fazia outra coisa e daí a gente não consegue porque é só em duas pessoas [...] até o pensamento é não plantar mais fumo, para ver em um ano o que vai acontecer.

Outra questão, conforme visto na entrevista da E4, é com relação à contratação de mão-de-obra. A entrevistada E10 reforça tal vantagem: “Porque o leite não precisa tá pagando empregado né, nós que fazemos tudo [...].”

Em algumas situações, a renda obtida pela venda do leite, compensa as fragilidades de rendimento das outras atividades desenvolvidas na unidade familiar, como é o caso da entrevistada E10: “[...] porque a gente tá pagando a maioria das coisas com o leite né, tu vê que até adubo pro fumo a gente tá pagando com dinheiro do leite”. Para a entrevistada E6, acontece o mesmo: “[...] entre outras coisas, ele (leite) tá cobrindo às vezes o que o outro não dá.” Outra vantagem destacada pela entrevistada E1, é o trabalho com o leite ser menos penoso “[...] tu tendo o trato pra vaca é bem mais fácil pra trabalhar, não precisa ir lá na hora do sol quente.”

Para as entrevistadas, as dificuldades quanto à atividade leiteira, referem-se ao compromisso diário, semanal, duas vezes por dia, sem possibilidade de “folga”.

Acho que a maior dificuldade é o diário, sábado e domingo que aí a mulher não tem né. Sábado, seis horas tem que ir, domingo seis horas tem que ir, não importa se saiu sábado de noite e chegou tarde, não pode dormir até nove, dez horas. (E7).

[...] o leite é todo dia né, não tem sair, tem que dá tempo pra voltar. E quando surge algo que alguém

precisa sair, a mulher é quem fica, [...] Ele teve uma viagem, porque nós fizemos um curso, foi feito um que a Auriverde ofereceu. Daí teve uma viagem pra ir e não teve como eu ir, porque não tinha ninguém para tirar o leite e daí como eu estava grávida, de seis meses, eu já não fui, porque não tem como sair e os dois ficar fora né. (E8).

Essa condição pressupõe que a mulher é a única responsável pela atividade, sem ela, a atividade não acontece, além de ser privada de novas experiências, como o aprendizado além da própria unidade produtiva. Com isso, as mulheres ficam impossibilitadas de participar de situações externas à propriedade, “[...] por causa das vacas, não gosto assim de sair, não vou.” (E10).

Outra desvantagem apontada pelas mulheres é com relação ao adoecimento do rebanho, o que compromete a produção e comercialização do leite.

É ultimamente vem aparecendo algumas doenças que quando a gente trabalhava com o gado mais rústico, mais comum, não tinha tanto né. Essa questão de vacinação tem que ter, essas leptospirose, um monte de coisa que a gente não ouvia falar né, as vezes até morria os animais né, mas a gente nem sabia do que. Só que hoje tá mais presente no rebanho, amarelão, doenças reprodutivas. O gado, não sei se é a própria genética, vai ficando mais sensível[...]. (E1).

Tem, quando adoce muito as vacas, tem bastante gasto, às vezes o que tá sobrando de dois, três meses, vai tudo em um mês. Tem suas vantagens, mas tem também suas desvantagens. (E6).

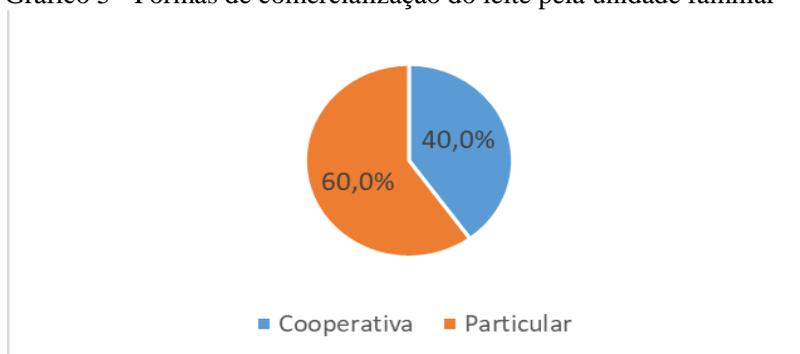
Para a entrevistada E4, uma outra questão que está dificultando a produção de leite, é com relação ao preço do produto. Para ela,

É o preço. Pelo custo da alimentação que tem, deveria ser mais valorizada né. Às vezes tu vê no mercado tá dois reais e trinta e cinco centavos (R\$2,35) e eles tão pagando um real e sessenta centavos (R\$1,60). Chegou a um real e cinquenta

e quatro centavos (R\$1,54), que foi o máximo que nós recebemos esse ano, quando estava aquela época lá que o leite parecia que estava valendo ouro. Mas aí a gente não entende o porquê, se tem o leite e tem o consumo, tem que ter a valorização de quem produz né?!

Nesse aspecto, vale destacar que algumas das unidades familiares pesquisadas estão se organizando em Cooperativas, a fim de buscar melhores vantagens para continuarem com a produção de leite, de forma a enfrentarem os desafios e dificuldades pertinentes a atividade. O gráfico a seguir apresenta o percentual das unidades familiares pesquisadas que aderiram às cooperativas e o percentual que ainda comercializa o leite, individualmente, com venda direta para laticínio.

Gráfico 5 - Formas de comercialização do leite pela unidade familiar



Fonte: Dados da pesquisa. Entrevistas realizadas com as mulheres (2017).

De acordo com os dados apresentados no gráfico, 40% das famílias entrevistadas já se inseriram no sistema de cooperativas para viabilizar a comercialização da sua produção. No entanto, 60% permanecem comercializando sua produção por via direta aos laticínios da região. Segundo Estevam et al. (2015, p. 02):

De um modo geral, estas cooperativas representam um mecanismo para viabilizar a inserção mais equilibrada dos agricultores familiares ao mercado, na medida em que permitem melhorar as condições socioeconômicas e de competitividade junto às agroindústrias, facilitam a compra de insumos e, sobretudo, as

condições de negociação da comercialização. Os associados são responsáveis pela produção e participam de todo processo da tomada de decisão na etapa de comercialização.

Com isso, as cooperativas se apresentam como uma importante alternativa para viabilizar a produção dessas famílias. A partir de 2005, as cooperativas de leite foram sendo instituídas no Sul de Santa Catarina (ESTEVAM, et al., 2015). Segundo os autores, existem seis cooperativas em atividade e duas associações, com um total de 348 associados, os quais produzem um montante significativo de leite, em torno de um milhão e meio de litros.

Em Orleans, foi constituída, em 2014, a Cooperfale – Cooperativa de Agricultores Familiares e Produtores de Leite de Orleans. A Cooperativa atualmente possui 33 associados, e no mês de dezembro, a produção de leite ultrapassou 150 mil litros (EPAGRI, 2018).

Durante as entrevistas, as mulheres integrantes da Cooperativa, apontaram algumas vantagens em participar desta forma de organização. Uma das entrevistadas é associada e participa da Cooperativa, também como secretária. A E6 cita vantagens, ao referir-se ao apoio do governo, por meio de projetos que resultem em incentivos aos associados da cooperativa:

Tem vantagem né, que a gente consegue ganhar também um pouco do governo né, no caso, eles ajudaram a fazer a fossa, o pasto, então tem bastante vantagem, na compra de ureia, essas coisas ajudam um pouco né [...].

De acordo com a literatura sobre o tema, quando a atividade leiteira era realizada para subsistência, de modo não mecanizado, era a mulher quem geria este recurso, disponibilizando a quantidade para consumo in natura, a quantidade que seria produzido queijo, e assim por diante. O estudo realizado por Grandi (1999) mostrou que as mulheres responsáveis pelo manejo e beneficiamento do leite, quando produzido em pequenas quantidades. A renda advinda da venda deste produto era utilizada pelas mulheres para os gastos da casa e da família, utensílios domésticos, roupas de cama e banho, vestuário, material escolar dentre outras necessidades (GRANDI, 2003). “É uma atividade que permite à mulher manter uma certa autonomia econômica, sem precisar ficar pedindo dinheiro ao marido [...]” (GRANDI, 2003, p. 49).

Ao se transformar em atividade produtiva e comercial, as relações sociais, econômicas e culturais das unidades familiares mudaram. As estratégias para gestão do produto e dos resultados financeiros do mesmo, também se modificaram. As mulheres não têm mais o controle acerca da venda daquilo que é produzido.

No caso das unidades familiares que vendem a produção de leite diretamente para o laticínio, o caminhão vem buscar o leite na propriedade, diariamente ou a cada dois ou três dias, conforme a produção da unidade familiar e capacidade de armazenamento do resfriador. Ao completar o mês, as unidades familiares recebem, por intermédio do motorista do caminhão, a nota com a quantidade de leite produzido/vendido, os valores descontados em virtude de alguma inconsistência apontada pelas análises do leite (feita periodicamente, por amostras de leite que são retiradas direto do resfriador) e o cheque com o valor pago pela produção daquele mês. Ou seja, o(a) produtor(a) não tem conhecimento antecipado do valor que será pago pelo seu produto.

Assim, as dificuldades para gestão e comercialização da sua produção, ficaram evidentes durante as entrevistas. As mulheres entrevistadas relataram o seu pouco ou total desconhecimento acerca do preço do leite, por exemplo. Na fala das entrevistadas:

[...] Só quando tipo o cheque vem ali com a folha com o pagamento que daí vem tudo escrito na folha que vem o preço, se não [...] a gente nunca sabe se vai subir ou se vai baixar. (E2).

O preço não sei direito quanto tá, mas pela época que é verão, o preço subiu, tá bom eu acho. [...] É tem que esperar o papelzinho, a notinha, quando vem o pagamento, então pra gente, a gente diz, tá bom. (E5).

Neste aspecto, a comercialização por intermédio da cooperativa trouxe alguns diferenciais, de acordo com uma das entrevistadas.

A gente tem uma pessoa que participa pela cooperativa de um fórum, o fórum de Cooperativas de Leite da Região Sul de Santa Catarina. Dentro desse fórum tem oito cooperativas se não me engano, duas associações e nós temos uma pessoa que participa das reuniões do CONSELEITE [...] reuniões onde vai a

indústria, vai comércio, vai produtor, entende? Vão pra negociar o leite, mercado, preço, custo e aí eles tem uma base [...]então nós temos um representante do fórum que vai nessas reuniões e traz notícia [...](E1).

Esse relato demonstra um importante avanço aos(as) produtores(as), enquanto ferramenta de gestão para o processo de negociação e venda do produto, além de dar maior segurança aos mesmos. A entrevistada E3 sinalizou sua satisfação, ao mencionar a organização dos associados por redes sociais, como o *WhatsApp*, que possibilita e facilita a comunicação entre os mesmos e a segurança das informações obtidas por meio da cooperativa.

Quando questionadas, acerca da gestão financeira, dos recursos provenientes das atividades produtivas da unidade familiar, as mulheres relatam ter conhecimento de tudo, sobre a aquisição de equipamentos, as melhorias para a propriedade, tudo é decidido em conjunto, no entanto, o marido é o responsável pelas idas ao banco, pelas compras, pelo gerenciamento dos recursos, enfim, o homem é o administrador da unidade produtiva, mesmo na atividade leiteira, onde as mulheres são as principais agentes quanto à realização dos trabalhos. As narrativas a seguir demonstram essa condição.

É mais ele. Às vezes até assim ele diz “ah mulher, quer ir lá (banco) um dia?” e eu “Ai, cheiro não”, não vou, mas eu entendo bem, se precisar um dia que ele não tiver, que tá doente, alguma coisa assim, eu vou lá e resolvo. (E3).

A entrevistada E5 ressalta: “Eu só cuido da casa, ele faz tudo lá fora pra mim.” E quando questionada sobre ir ao banco, ela completa:

Já fui, mas confesso que eu não sei, devido ao medo, entrar nas portas (giratória) se é preciso eu vou, não tem, mas eu não gosto, tenho trauma, tenho medo de alguma coisa, não sei, então eu não gosto sabe, então eu prefiro que as outras pessoas fazem por mim, eu me sinto bem melhor.

A participação ou responsabilidade das mulheres se restringe se relaciona às compras para a casa, pagamento de contas da casa, conforme relatado por uma delas:

A gente faz assim, o cheque do leite vem e tudo que é boleto eu vou lá e acerto, mercado acertado né, aí sobrou tanto, eu coloco na mão dele, ele fica monitorando o que sobrou, mas se precisa não quer dizer que se faltou dinheiro, se não tem na carteira eu não possa dizer, me arruma cem reais, mas nunca assim disse não pode gastar, é tudo colocado assim [...] o dinheiro do leite é nominal a mim, daí como eu tenho que ir no banco[...].

Com os incentivos para comercialização do leite e modernização da atividade, é o homem quem se insere na atividade, ficando à frente dos processos que envolvem negociação, técnica de manejo, capacitações, administração e manuseio das novas técnicas utilizadas na unidade de produção (SCHMITZ; SANTOS, 2013). Segundo as autoras, mudaram-se as formas de realizar a atividade, mas não mudaram as relações de gênero e sujeição. Os homens sempre foram os administradores da propriedade e, com a modernização, essa condição não se altera, ocorrendo assim à exclusão das mulheres na gestão do processo produtivo (SCHMITZ; SANTOS, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar do desenvolvimento socioeconômico de uma região, precisa-se ir além do aspecto econômico. É preciso considerar além do rendimento econômico, as condições de vida, de saúde, de bem-estar das pessoas do lugar. No município estudado, modificações vêm acontecendo, de forma a proporcionar melhores condições de sobrevivência àqueles que ali residem. Nesse sentido, a inserção da atividade leiteira nas unidades de agricultores familiares na região tem contribuído para esse processo. Atividades mais desgastantes, sofridas, como o cultivo do fumo, por exemplo, têm sido abandonadas ou diminuídas em busca de melhores condições de trabalho e de vida das famílias. Com isso, o estudo realizado demonstrou que a agricultura familiar no município foi sendo reestruturada e fortalecida a partir da atividade leiteira como atividade comercial nas unidades analisadas.

A possibilidade de reinventar-se a partir das condições colocadas pelo território, pelas possibilidades das próprias famílias, é o que possibilita à agricultura familiar condições de reprodução. E, além disso, condições de enfrentar as demandas impostas pelos próprios governos, que ora incentivam e ora suspendem políticas e ações para fortalecimento da agricultura familiar.

Ressalta-se aqui, a importância do período do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que teve continuidade no Governo de Dilma Rousseff, para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar nesse país. Naquele período foram lançadas e ampliadas políticas públicas de financiamento para melhorias e investimentos nas propriedades de agricultoras(es) familiares, a exemplo do Pronaf, Juro Zero e Mais Alimentos.

Dando sequência, destaca-se que realização dessa atividade na unidade familiar é transformada, passando de um método manual, mais rudimentar, de pequena produção, para um processo mecanizado, com modernas tecnologias como a utilização da ordenha mecânica. As modificações no processo de produção e de gestão da atividade possibilitaram, a comercialização do leite, dentro das exigências estabelecidas para tal.

No entanto, como visto, a divisão sexual do trabalho permanece. A atividade que inicialmente era gerida e realizada pelas mulheres, todos os dias, manualmente, em locais não muito adequados, continua sendo realizada por ela, mas agora com o apoio das “tecnologias”, em locais adaptados e preparados para a realização da atividade. O que acontece de “novo” é a inserção do homem, marido/filho nos processos

que envolvem a gestão e comercialização do produto, além da participação em cursos, palestras, orientações acerca da realização da atividade.

Nesse aspecto, no que se refere à assessoria em tais processos, destaca-se o trabalho da Epagri, que contribui com orientações importantes a respeito da realização e modernização da atividade leiteira. Essas/es agricultoras/es são beneficiárias/os diretas e indiretas da Extensão rural feito pela Epagri. No entanto, no âmbito das políticas de orientação dos extensionistas ou do próprio acesso à políticas públicas para modernização da propriedade, é possível dizer, ainda, de determinado direcionamento aos homens da unidade familiar, ficando as mulheres numa condição de invisibilidade no processo.

Ao tratarmos do início da atividade leiteira nas unidades de produção pesquisadas, ficou evidente o protagonismo das mulheres em promover melhorias nas suas propriedades, de forma a iniciar uma atividade mais viável, que contribuísse para a manutenção da propriedade e para o bem-estar de suas famílias. No entanto, esse protagonismo acaba sendo “mascarado”, pelas próprias mulheres que não conseguem se reconhecer enquanto tal. Elas têm dificuldade de se colocarem enquanto responsáveis por todo processo de execução e deliberações acerca da atividade leiteira. Sabe-se que isso é resultado de um processo culturalmente construído, que as coloca nesse lugar secundário, de não reconhecimento e de invisibilidade.

Nesse sentido, como ocorre a participação dessas mulheres na atividade leiteira no município de Orleans/SC?

Elas participam! Mas ainda em condições que reforçam desigualdades de gênero e determinada divisão sexual do trabalho. Em grande medida, o estudo evidenciou que elas seguem realizando tarefas relacionadas ao cuidado e a atividades desenvolvidas no âmbito das unidades produtivas. As tarefas relacionadas a atividades de formação técnica fora das unidades produtivas e que envolvem o processo de comercialização ainda são atribuídas aos homens, mesmo se tratando de uma atividade que eles nem sempre estiveram envolvidos.

Como já mencionado neste trabalho, a elas são atribuídas às atividades de cuidar, limpar, cozinhar, plantar, colher, abraçar, sofrer, chorar, sorrir. Mas é preciso ir além disso, elas precisam vencer as desigualdades e as injustiças que são impostas culturalmente às suas formas de viver!

Este trabalho não eliminou as desigualdades, mas possibilitou reflexões importantes e centrais para compreender a contribuição das atividades desenvolvidas pelas mulheres para o desenvolvimento

socioeconômico de uma sociedade e, no caso específico do estudo, da agricultura familiar, tão marcado por diferenças que reforçam condições desiguais de participação laboral das mulheres em relação os homens.

Além disso, a conclusão desse trabalho suscita novas problemáticas de pesquisa, como por exemplo, a organização da região, em cooperativas para facilitar os processos de comercialização da produção leiteira. Iniciativas como essa, poderão contribuir com a permanência e continuidade da atividade leiteira na região.

É com imensa satisfação que finalizamos essa pesquisa, certas de que cumprimos um importante papel para a produção de conhecimento científico para essa área de estudo, mas mais certas ainda de que há muito a se fazer para promover as verdadeiras protagonistas dessa história: as mulheres!

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. 328p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2007.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Edunicamp/Anpocs. 1992.
- ALVES NETA, Ana Barbosa. **Mulheres na agricultura familiar do semiárido norte-mineiro: divisão social do trabalho e gênero no Projeto Jaíba**. 2013. 225 f. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/79131>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 629-638, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v24n2/1805-9584-ref-24-02-00629.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.
- ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda; POLLNOW, Germano Ehlert. Menos mulheres, menos jovens e mais incertezas: a transição demográfica no Brasil rural meridional. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria/RS, vol. 21, nº 2, p. 94-116, abri-jun, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/10453>. Acesso em: 31 jan. 2018.
- BÉRNI, Dlilo de Avila; FERNANDEZ, Brena Paulo Magno. Os métodos da ciência. In: _____. **Métodos e técnicas de pesquisa: modelando as ciências empresariais**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BRASIL. **Decreto nº 3.508, de 14 de junho de 2000**. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3508.htm. Acesso em: 15 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3508.htm. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.288, de 16 de maio de 2016**. Dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13288.htm. Acesso em: 09 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Instrução Normativa nº 51, de 18 de setembro de 2002**. Aprova os Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite tipo B, do Leite tipo C, do Leite Pasteurizado e do Leite Cru Refrigerado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel. Disponível em: www.camara.gov.br/sileg/integras/141673.pdf Acesso em: 24 jan. 2018.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, abr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BUTTO, Andréa. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andréa; DANTAS, Isolda. (Orgs.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília, DF: MDA, 2011.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, p. 09-88, mar. 2008. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ceres/2008-maria_carneiro.pdf. Acesso em: 05 de out. 2016.

CARNEIRO, Maria José. Do rural como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades**

contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 507-528, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n2/13.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

CORDEIRO, Rosineide de L. M.; SCOTT, Russel Parry. Dossiê Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 15, n. 2, ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-026X20070002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 set. 2016.

COSTA, Rakuel Samara Silva. **Pra não dizer que não falei das flores:** um estudo sobre relações gênero e biodiversidade no semiárido pernambucano. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3138> . Acesso em: 20 abr. 2016.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ªed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DALL´ALBA, João Leonir. **Pioneiros nas terras dos condes.** 2 ed. Orleans: Gráfica do Lelo, 2003.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Educação e realidade.** Porto Alegre, v. 20, 2, p. 71-99, jul/dez, 1995. <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 18 set. 2017.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. 2018.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MARIA, Fernanda Lidório; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. As estratégias coletivas dos/as agricultores/as familiares para acessar o mercado: estudo das cooperativas de leite do Sul de Santa Catarina – Brasil. In: XXX CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA - ALAS

2015. San José - Costa Rica. **Acta académica: XXX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**, 2015.

FAO. Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Superação da Fome e da pobreza rural: iniciativas Brasileiras**. Brasília, 2016.

FARIA, Nalu. Economia Feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andréa (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. p. 13-28.

FERNANDES, Sirlei Aparecida. **Gênero e políticas de crédito: o Pronaf-Mulher em Santa Catarina**. 2008. 138f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91928>. Acesso em 20 abr. 2016.

FERRARI, et. al. Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.35, n.1, p. 22-36, jan. 2005. Disponível em: www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/2005/tec2-0105.pdf. Acesso em 18 jan. 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6ª Ed. – 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GRANDI, Alessandra Bueno De. Relações de Gênero em famílias agricultoras em Santa Catarina. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira;

SCHMIDT, Wilson. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003. 39-70 p.

GRANDI, Alessandra Bueno De. **Relações de Gênero nas famílias agricultoras associadas a mini-usinas de leite no Estado de Santa Catarina**. 1999. 78 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/80793>. Acesso: 20 abr. 2016.

HERRERA, Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. *Política & Sociedade*, Florianópolis/SC, v. 15, p. 208-233, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/2491/showToc>. Acesso em: 16 jan. 2018.

HIRATA, Helena. Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010. p. 42-46. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2011/05/13/caderno-sempreviva-cuidado-trabalho-e-autonomia-das-mulheres>. Acesso em: 16 jan. 2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 out. 2016.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. 9 ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

IBGE – Banco de Dados Agregados. Pecuária. 2015. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421170&idt_ema=159&search=santa-catarina|orleans|pecuaria-2015. Acesso em: 17 set. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006 – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm Acesso em: 02 dez. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006 – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 12 abr. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário, 2006. Disponível em
<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao#caracteristicas-dos-estabelecimentos-agropecuarios>. Acesso em: 10 jan 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo Agropecuário. 2006. Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao#agricultura-familiar>. Acesso em: 16 jan. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Panorama Orleans. 2017. Disponível:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/orleans/panorama>. Acesso em: 16 jan. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Pecuária. 2015. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao#pecuaria> . Acesso em 16 jan. 2018.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. 2016. Disponível em:
http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2017/. Acesso em 08 set. 2017.

LEIS, Héctor Ricardo. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: PHILIPPI JR, Arlindo; NETO, Antônio J. Silva. **Interdisciplinaridade em Ciências, Tecnologia & Inovação**. Barueri: Manole, 2011.

LUZ, Carlos Cesar Vieira da. **Fatores que afetam a inovação tecnológica de sistemas produtivos de produtores familiares na cadeia produtiva leiteira do Distrito Federal**. 2014. 191 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/16015>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **A incorporação do gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios**. São Paulo: Annablume, 1999.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. A "masculinização" da produção de leite. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. v.47, n.1, p. 275-299, 2009.

MARASCHIN, Ângela de Faria. **As relações entre produtores de leite e cooperativas: um estudo de caso na bacia leiteira de Santa Rosa-RS**. 2004. 146 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/6407>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estud. av.** [online]. 2001, vol.15, n.43, pp.31-36. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300004>. Acesso em: 05 abr. 2017.

MELLO, Márcio Antonio de. **A trajetória da produção e transformação do leite no oeste catarinense e a busca de vias alternativas**. 1998. 165 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77904>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MELO, Lígia Albuquerque de. **Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira- PE**. 2003. 215 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9144>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de. **O papel das mulheres na agricultura familiar**: a comunidade rancharia, Campo Alegre de Goiás. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3673>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MIT POLITICAL SCIENCE. Disponível em: <http://web.mit.edu/polisci/people/faculty/michael-piore.html>. Acesso em: 22 nov. 2016.

MOMO, Denise Cristina. **Economia solidária e relações de gênero na agricultura familiar**: o caso do grupo produtivo mulheres decididas a vencer. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Políticas e Gestão Públicas; Gestão Organizacional) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/12221> . Acesso em: 20 abr. 2016.

MORAES, Alexandra de. **Produção Leiteira e Desenvolvimento Regional**: uma análise dos agentes da cadeia produtiva na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010. Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3390. Acesso em: 20 abr. 2016.

MTE – Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. 2015. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>. Acesso em: 08 set. 2017.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; JESUS, Edivane. A pequena produção avícola familiar e o sistema de integração no oeste catarinense: "uma prisão de portas abertas". Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 67, p. 123-138, jan./abr. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jan. 2018.

OLIVEIRA, Hersília Monteiro Cadengue De. **Relações de gênero e poder no cotidiano das mulheres assentadas no Cabo de Santo Agostinho (PE)**. 2008. 163 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9282>. Acesso em: 20 abr. 2016.

OSORIO, Hernández Carmen. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de "empoderamento" para as mulheres rurais?** 2009. 248f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/16405>. Acesso em: 20 abr. 2016.

PAULILO, Maria Ignez S. et al. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003. p. 15-38.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do Trabalho leve. **Revista Ciência Hoje.**, Departamento de Ciências Sociais – UFSC, Florianópolis, n. 28, [s.n.], 1987.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, abr. 2004.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.777-98, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2016.

PISONI, Estela Maris. **A educação ambiental e gênero como instrumentos do desenvolvimento rural em municípios do RS. 2009**. 339 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/18319>. Acesso em: 20 abr. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS. **Características**. 2018. Disponível em:

<http://www.pmo.sc.gov.br/index.php/inicio/caracteristicas> . Acesso em 24 jan. 2018.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção de conhecimentos. (In) PHILIPPI JR, Arlindo; NETO, Antônio J. Silva. **Interdisciplinaridade em Ciências, Tecnologia & Inovação**. Barueri: Manole, 2011.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2010.

Disponível em:

<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200010/>. Acesso em 24 jan. 2018.

RIQUINHO, Deise Lisboa; HENNINGTON, Élide Azevedo. Cultivo do Tabaco no Sul do Brasil: folha verde e outros agravos à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 12. p. 4797-4808, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001204797&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jan. 2018.

RODRIGUES, Renata Gonçalves. **Atividade leiteira em unidades de produção familiar quanto a tipologia de produtores, na microregião de Erechim-RS**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/60502>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth, I. B. **A mulher na sociedade das classes: mito e realidade**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Ainda precisamos avançar: os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Serra (MST) em SC**. 2004. 183 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2004.

SANTIAGO, Maria Helena Furtado. **A sucessão em unidades produtoras de leite de base familiar na Zona da Mata Mineira**. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Instituições sociais e desenvolvimento; Cultura, processos sociais e conhecimento) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010. Disponível em:

<http://repositorio.ufv.br/handle/123456789/4146>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SCHMIDT, Wilson et al. Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um “território” nas Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003. p. 287-307.

SCHMITZ Aline Motter; SANTOS, Roselí Alves dos. A produção de leite na agricultura familiar do Sudoeste do Paraná e a participação das mulheres no processo produtivo. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.7, n.2, p. 339-355, jul/dez. 2013. Disponível em: www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/4543/3950. Acesso em: 31 jan. 2018.

SCHMITZ, Aline Motter. **O Trabalho das Mulheres Agricultoras Familiares na Atividade Leiteira**. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014. Disponível em: http://tede.unioeste.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1501. Acesso em: 20 abr. 2016.

SCHNEIDER, Sergio. Evolução e Características da Agricultura Familiar no Brasil. **Revista ALASRU - Análisis Latinoamericano del Medio Rural**, Estado do México, n.9, p. 21-52, outubro. 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPRANDI, Emma. Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. In: VENTURI, Gustavo, RECAMAÚ, Marisol, OLIVEIRA, Suely de (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.121-135.

SILVA, Carolina Braz de Castilho e. **Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10183/22983>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SILVA, Marineide Maria. A fumicultura em Santa Catarina: discutindo a rentabilidade à luz das implicações sociais e econômicas. In: PAULILO, Maria Inez Silveira; SCHMIDT, Wilson (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2003. p. 99-123.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau (Org.). **Políticas Públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 113-126.

SOUZA CRUZ. **Quem somos**. 2018. Disponível em
http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_AG6LVH.nsf/vwPagesWebLive/DOAG7DXA?opendocument. Acesso em: 06 fev. 2018.

SOUZA, Celso de Oliveira. **Orleans: cem anos de história política**. Orleans: Fundação Educacional Barrig Verde, 2013.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

Veiga, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo, Hucitec, 1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade, **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003. Disponível em:
<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>. Acesso em: set 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do camponato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

APÉNDICE(S)

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO DO COMITÊ DE ÉTICA



Universidade do Extremo Sul Catarinense -
UNESC
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE **Título da Pesquisa: A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA** **ATIVIDADE LEITEIRA: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE** **ORLEANS/SC**

Objetivo: Analisar no contexto da agricultura familiar, a participação de mulheres na atividade leiteira, no município de Orleans/SC.

Período da coleta de dados: 06/01/2017 a 28/04/2017

Tempo estimado para cada coleta: 20/20

Local da coleta: Orleans/SC.

Pesquisador/Orientador: Giovana Ilka Jacinto Salvaro

Telefone: (48)999842020

Pesquisador/Acadêmico: Vandrezza Vigarani Dorregão

Telefone: (48) 999196022

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) UNESC.

O (a) Sr (a) está sendo convidado (a) para participar voluntariamente da pesquisa e objetivo acima intitulados. Aceitando participar do estudo, poderá desistir a qualquer momento, bastando informar sua decisão diretamente ao pesquisador responsável ou à pessoa que está efetuando a pesquisa. Fica esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não haverá nenhuma remuneração, bem como o (a) senhor (a) não terá despesas para com a mesma. Os dados referentes à sua pessoa serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 466/2012 do CNS - Conselho Nacional de Saúde, podendo o (a) senhor (a) solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta. Para tanto, esclarecemos também os procedimentos, riscos e benefícios, a saber:

DETALHES DOS PROCEDIMENTOS QUE SERÃO

UTILIZADOS NA PESQUISA

<p>A presente pesquisa será realizada em comunidades rurais do município de Orleans, por meio de entrevistas semiestruturadas com mulheres trabalhadoras rurais.</p>
--

RISCOS

<p>A pesquisa não oferece risco aos participantes.</p>
--

BENEFÍCIOS

<p>Espera-se que pesquisa possa contribuir para a discussão sobre a participação das mulheres em atividades produtivas no meio rural, como forma de geração de renda e autonomia econômica e social.</p>
--

Diante de tudo o que até agora fora demonstrado, declaro que todos os procedimentos metodológicos e os possíveis riscos, detalhados acima, bem como as minhas dúvidas foram devidamente esclarecidos, sendo que para tanto, firmo ao final a presente declaração em duas vias de igual teor e forma ficando na posse de uma e outra sido entregue ao pesquisador responsável.

Em caso de dúvidas, sugestões ou denúncias, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNESC pelo telefone (48) 3431-2723 ou pelo e-mail cetica@unesc.net.

ASSINATURAS

Voluntário/Participante	Pesquisador Responsável
<p>_____</p> <p>Assinatura</p> <p>Nome: _____</p> <p>CPF: _____ - _____</p>	<p>_____</p> <p>Assinatura</p> <p>Nome: _____</p> <p>CPF: _____ - _____</p>

Criciúma (SC), ____ de _____ de 2016.

APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Caracterização da entrevistada:

1. Comunidade
2. Nome
3. Data de nascimento/idade
4. Endereço
5. Estado civil
6. Naturalidade
7. Composição familiar (residentes e não residentes na propriedade)

Caracterização da propriedade:

1. Há quanto tempo reside nesse local
2. Quais são as atividades produtivas desenvolvidas na unidade familiar?
3. Algum integrante da família desempenha atividades fora da unidade familiar?
4. Descreva como é sua propriedade (unidade de produção e local de moradia). (casa, paiol, galinheiros, chiqueiros, varandas, tratores, tobatas, implementos agrícolas...).
5. Quais alimentos são produzidos para consumo da família?

Caracterização da atividade leiteira:

6. Como foi a decisão de iniciar a atividade leiteira, como atividade produtiva, na unidade familiar?
7. Há quanto tempo a atividade leiteira integra o conjunto de atividades produzidas na unidade familiar?
8. Como é a rotina da atividade leiteira? (Que horas inicia, cuidados com as vacas, cuidados com o ambiente, alimentação para as vacas (o alimento para as vacas provém da própria propriedade/agropecuárias?) ...)
9. Como é realizada a atividade leiteira na sua família (produção e comercialização)?
 - a) Quem participa;
 - b) Atividades que desempenha e responsabilidades;
 - c) Processo de mecanização e tecnologias utilizadas na atividade leiteira (receberam orientação, treinamentos para aprender a manusear o equipamento; quem participou?)

- d) Participação em cursos/orientações de extensionistas.
- e) Quantidade de leite produzido, por mês, na unidade familiar e tamanho do rebanho.
- f) Quantas vezes, durante a semana? É recolhido o leite armazenado em sua unidade familiar? Como é comercializado?
- g) Qual a representatividade da renda obtida pela produção do leite em relação às outras rendas da família?
- h) Na sua percepção, quais foram as mudanças na sua propriedade/família, com a produção de leite (estrutural, econômica, dinâmica da família...)?
- i) Você identifica dificuldades na atividade leiteira? Quais?
- j) Como você percebe a sua atuação na unidade familiar?

Outras informações:

- 10. Você conhece ou já acessou alguma modalidade do crédito rural?
- 11. Você participa de outras atividades, além das desempenhadas na unidade familiar? (Grupos de jovens, clubes de mães, catequeses, Igreja, esporte...)